



Série Mais Educação

PROGRAMA **MAIS EDUCAÇÃO**

Gestão Intersetorial no Território



Série Mais Educação

PROGRAMA **MAIS EDUCAÇÃO**

Gestão Intersetorial no Território

1ª edição

Ministério
da Educação



Brasília
2009

© Secad/MEC, 2009

Realização:
Secretaria de Educação Continuada,
Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação
Esplanada dos Ministérios, Bloco L
CEP 70.047-900, Brasília, DF
portal.mec.gov.br/secad

SÉRIE MAIS EDUCAÇÃO

Organização:
Jaqueline Moll

Coordenação Editorial:
Leandro da Costa Fialho
José Zuchiwschi
Gesuína de Fátima Elias Leclerc

CADERNO GESTÃO INTERSETORIAL NO TERRITÓRIO

Elaboração
Centro de Estudos em Educação, Cultura e Ação Comunitária – Cenpec
Coordenação Geral: Maria do Carmo Brant de Carvalho
Equipe da área Educação e Comunidade

Autoria
Lúcia Helena Nilson
Maria Júlia Azevedo Gouveia
Stela Ferreira

Colaboração
Ana Cecilia Chaves Arruda, Camila Condini, Célia Pecci, Edilene Rodrigues de Castro, Josi Souza, Juliana Breschigliari, Maria Angela Leal Rudge, Simone Aparecida Jorge

Equipe técnica da Coordenação Geral de Ações Educacionais Complementares da Secad/MEC:
Leandro da Costa Fialho, Adriana de Oliveira Barbosa, Clarissa Guedes Machado, Elis Ângela Lopetti Fagan, Ernesto Erivelton Rodrigues, Gesuina de Fátima Elias Leclerc, Lucenir Pinheiro, Rochester Gomes Alagia, Sônia de Fátima Bonfante Mello

Fórum Mais Educação
Ministério da Educação, Ministério da Cultura, Ministério do Esporte, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério do Meio Ambiente, Secretaria Nacional da Juventude/Presidência da República

Leitura crítica
Anna Helena Altenfelder, Jaqueline Moll, Maria do Carmo Brant de Carvalho

Concepção do Projeto Gráfico e Ilustrações
Fernanda Saguas Presas

Projeto Gráfico e Editoração
Alba Cerdeira Rodrigues

Revisão do texto
Noêmia Ponzeto

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Centro de Informação e Biblioteca em Educação (CIBEC)

Programa Mais Educação : gestão intersetorial no território. – Brasília :
Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e
Diversidade, 2009

ISBN: 978-85-60731-75-6

104 p. il. – (Coleção Mais Educação)

1. Programa Mais Educação. 2. Educação integral. I. Título. II. Brasil. Ministério
da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e
Diversidade.
CDU 37.014

APRESENTAÇÃO

A Educação Integral tem sido um ideal presente na legislação educacional brasileira e nas formulações de nossos mais lúcidos educadores. Iniciativas diversas, em diferentes momentos da vida pública do país, levaram esse ideal para perto das escolas implantando propostas e modelos de grande riqueza, mas ainda pontuais e esporádicos.

O Ministério da Educação, por meio das Secretarias de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD e da Educação Básica - SEB, em parceria com o FNDE, retomou esse ideal para, a partir do aprendizado com experiências bem sucedidas, levá-lo como prática às redes de ensino dos estados e municípios do país.

As experiências recentes indicam o papel central que a escola deve ter no projeto de educação integral, mas também apontam a necessidade de articular outras políticas públicas que contribuam para a diversidade de vivências que tornam a educação integral uma experiência inovadora e sustentável ao longo do tempo. Com essas premissas, foi instituído o Programa MAIS EDUCAÇÃO no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE.

O Programa MAIS EDUCAÇÃO alcançou construir parcerias intersetoriais e inter governamentais. Por um lado, no Fórum Mais Educação constituído no Governo Federal, diferentes Ministérios têm aportado seus programas e ações em torno de um princípio simples: lugar de crianças, adolescente e jovens é na escola. Portanto, programas e ações de governo voltados para esse público devem prever, necessariamente, um diálogo com as redes de educação. Por outro lado, o compromisso dos estados e municípios em aprimorar a qualidade da educação pública motivou uma ampla adesão dessas redes à proposta em construção.

O Programa MAIS EDUCAÇÃO já é uma realidade que, como tudo que se faz em educação, será progressivamente aprimorada com a participação de educadores, educandos, artistas, atletas, equipes de saúde e da área ambiental, cientistas, gestores das áreas sociais, enfim, com todos aqueles que, pessoal e profissionalmente, dedicam-se à tarefa de garantir os direitos de nossas crianças, adolescentes e jovens.

A educação integral exige mais do que compromissos: impõe também e principalmente projeto pedagógico, formação de seus agentes, infra-estrutura e meios para sua implantação. Ela será o resultado dessas condições de partida e daquilo que for criado e construído em cada escola, em cada rede de ensino, com a participação dos educadores, educandos

e das comunidades que podem e devem contribuir para ampliar os tempos e os espaços de formação de nossas crianças, adolescentes e jovens na perspectiva de que o acesso a educação pública seja complementado pelos processos de permanência e aprendizagem.

A trilogia que apresentamos tem o propósito de contribuir para a conceituação, a operacionalização e a implementação do Programa MAIS EDUCAÇÃO. O primeiro caderno intitula-se Gestão Intersetorial no Território e ocupa-se dos marcos legais do Programa MAIS EDUCAÇÃO, das temáticas Educação Integral e Gestão Intersetorial, da estrutura organizacional e operacional do Programa MAIS EDUCAÇÃO, dos projetos e programas ministeriais que o compõem e de sugestões para procedimentos de gestão nos territórios.

O segundo caderno intitula-se Educação Integral e apresenta o texto referência sobre Educação Integral para o debate nacional. O texto foi produzido pelo Grupo de Trabalho composto por gestores e educadores municipais, estaduais, e federais, representantes da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME, do Conselho Nacional dos Secretários de Educação – CONSED, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE, da Associação Nacional pela Formação de Profissionais da Educação – ANFOPE, de universidades e de Organizações não Governamentais comprometidas com a educação. O Grupo de Trabalho foi convocado pelo Ministério da Educação, sob coordenação da SECAD.

O terceiro caderno intitula-se Rede de Saberes Mais Educação e sugere caminhos para a elaboração de propostas pedagógicas de Educação Integral por meio do diálogo entre saberes escolares e comunitários. Esses caminhos são representados na forma de Mandalas de Saberes para incorporar as diversas realidades territoriais brasileiras.

Esta trilogia inicial pretende desencadear um amplo diálogo nacional, que envolva atores diretos da cena escolar – estudantes, trabalhador e trabalhadora da educação, pais, mães, gestor, gestora – e demais profissionais e instituições que possam colaborar para a construção de novas configurações educativas que nos ajudem a superar os desafios históricos da educação pública. Além disso, esta trilogia, no contexto das políticas educacionais brasileiras, propõe-se a animar o debate e a construção de um paradigma contemporâneo de educação integral, que possa constituir-se como legado qualificado e sustentável.

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e diversidade - SECAD
Secretaria de Educação Básica - SEB
Ministério de Educação

SUMÁRIO

O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO: UMA AÇÃO INTERMINISTERIAL	13
UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL	19
INTERSETORIALIDADE: NOVA FORMA DE GESTÃO DA POLÍTICA.....	25
Os programas ministeriais e suas potencialidades.....	31
PERSPECTIVA TERRITORIAL NA POLÍTICA PÚBLICA.....	33
Produção de informações e princípio da transparência.....	34
O IDEB como referência para o Programa MAIS EDUCAÇÃO	35
OPERACIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA NO TERRITÓRIO.....	43
Instâncias de gestão político-pedagógica do Programa MAIS EDUCAÇÃO.....	44
Implementação do Programa MAIS EDUCAÇÃO no território	47
O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NA ESCOLA	51
Instâncias de Gestão Administrativa.....	52
Planejamento e financiamento	54
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	59
ANEXOS	63
IDEB observado em 2005 e 2007. Projeções para Rede Estadual e Rede Municipal.....	64
Quadros dos Programas Ministeriais.....	79
potencialidades comuns aos Ministérios.....	104



O Programa
MAIS EDUCAÇÃO:
Uma ação Interministerial

A política de atendimento dos direitos das crianças e dos adolescentes far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Estatuto da Criança e do Adolescente, artigo 86.

A sociedade brasileira vem construindo compromissos em torno do direito à educação de crianças e adolescentes. Tais compromissos tomam forma na legislação, nas campanhas e movimentos protagonizados pela sociedade civil e iniciativas governamentais nas três esferas de governo. Essa trajetória, ao reconfigurar os compromissos para garantir o direito ao desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, traz novos desafios para a agenda pública do país.

A Constituição Federal (1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) são marcos legais que trazem para o centro do planejamento das políticas públicas a garantia do direito à proteção integral de crianças e adolescentes. A partir dessas referências, foram desencadeadas inúmeras ações, projetos e programas para o enfrentamento do quadro de desigualdade que compromete o pleno desenvolvimento do público infanto-juvenil. No entanto, a profusão destas iniciativas levou, freqüentemente, à sobreposições das ações, à pouca articulação entre elas, cujos efeitos foram a baixa efetividade.

No âmbito do Governo Luiz Inácio Lula da Silva, foi lançado, em 2007, o Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE com a perspectiva de construir um alinhamento entre os princípios constitucionais e a Política Nacional de Educação - PNE - para garantir uma educação de qualidade, inclusiva, que possibilite a construção da autonomia das crianças e adolescentes e o respeito à diversidade. O PDE é um plano executivo organizado em torno de quatro eixos norteadores: educação básica, educação superior, educação profissional e alfabetização; é composto por mais de quarenta programas e ações - den-

tre os quais destacamos o Programa MAIS EDUCAÇÃO - que objetivam dar consequência às metas quantitativas estabelecidas pelo PNE. Sua finalidade é

[...] expressar o enlace necessário entre educação, território e desenvolvimento de um lado e o enlace entre qualidade, equidade e potencialidade, de outro. (MEC, PDE, 2007, p.11)

Para que isso se efetive e alcance sustentabilidade, o MEC, também no âmbito do PDE, conta com recursos provenientes do Fundeb - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação-, que contempla o financiamento de toda a educação básica, além de: prever um percentual a mais baseado na educação em tempo integral.¹

Para concretizar tais premissas em âmbito local, foi criado em 2007, um plano estratégico: Plano de Metas **Compromisso Todos pela Educação**², com o objetivo de produzir um elenco de medidas específicas que visem a melhoria da qualidade da educação básica em cada território.

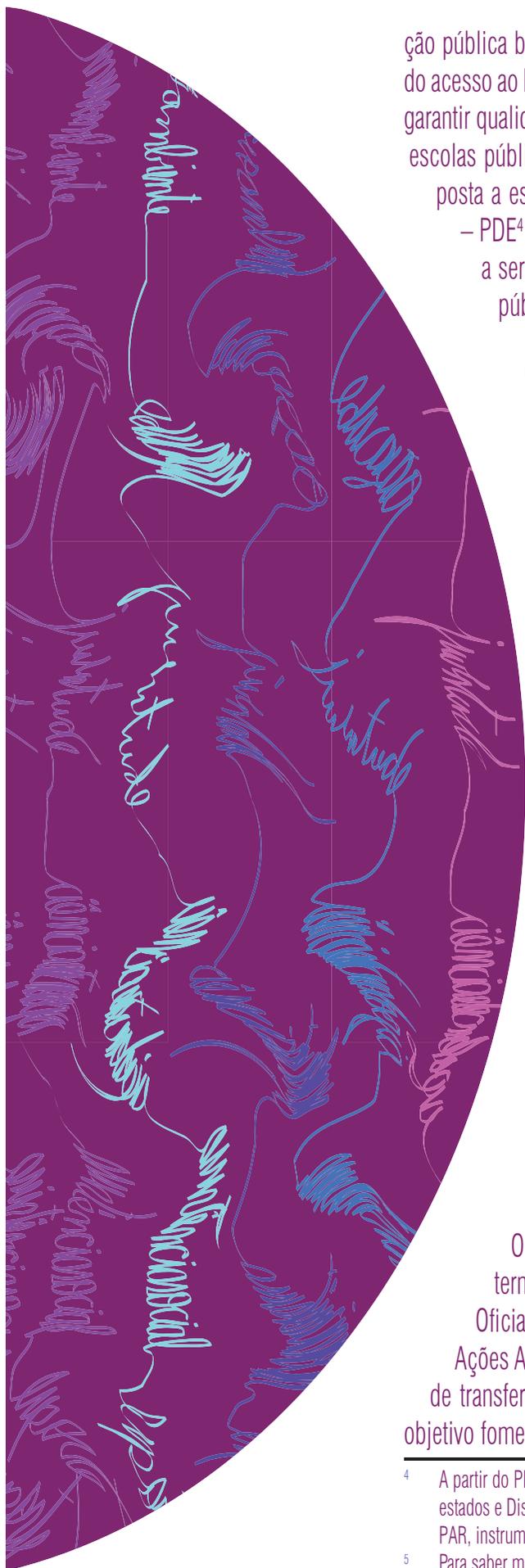
*O Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação agrega ingredientes novos ao regime de colaboração de forma a garantir a sustentabilidade das ações que o compõem. Convênios unidimensionais e efêmeros dão lugar aos Planos de Ações Articuladas (PAR), de caráter plurianual, construídos com a participação dos gestores e educadores locais baseados em diagnósticos de caráter participativo (...).*³

A década de 90 marcou um alcance inédito na educa-

¹ Para o ensino fundamental, o percentual é de 25% a mais do custo/aluno/ano. Para o ensino médio, 30%. (Ver Lei 11.494, de 20/06/07, que regulamenta o Fundeb).

² Para saber mais consulte: <http://www.todospelaeducacao.org.br>

³ PDE – Plano de Desenvolvimento da educação: Razões, princípios e programas. MEC, Governo Federal, 2007, p. 24.



ção pública brasileira ao ponto de deixá-la muito próxima da meta da universalização do acesso ao Ensino Fundamental. Conquista inegável que decorre no desafio presente: garantir qualidade na aprendizagem das crianças, adolescentes e jovens que estão nas escolas públicas. Do ponto de vista da responsabilidade do governo federal, a resposta a este desafio está configurada no Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE⁴, aprovado em 2007. O PDE estabelece um plano de metas de qualidade a serem alcançadas pelos municípios e estados no que se refere à educação pública no país.

O Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, instituído pelo Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007, tem por objetivo conjugar esforços da União, Estados, Distrito Federal, Municípios, famílias e comunidade, em prol da melhoria da qualidade da educação básica. O Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação expressa o compromisso dos gestores estaduais e municipais para colocar em prática as 28 diretrizes do PDE, assumindo compromisso com metas estabelecidas até o ano 2021. Estão entre elas: a alfabetização obrigatória das crianças até oito anos de idade; o combate à repetência e à evasão; a promoção da educação infantil, entre outras. No artigo 2º do Decreto, são apresentadas as 28 diretrizes voltadas para a melhoria da qualidade da educação básica. Destacam-se, aqui, aquelas direcionadas para a ampliação do tempo na escola:

IV - Combater a repetência, dadas as especificidades de cada rede, pela adoção de práticas como aulas de reforço no contra-turno, estudos de recuperação e progressão parcial;

VII - Ampliar as possibilidades de permanência do educando sob a responsabilidade da escola para além da jornada regular;

Dos 5.563 municípios brasileiros, 98% aderiram ao compromisso. Todos aqueles que participam do Programa MAIS EDUCAÇÃO fazem parte deste grupo.

O Programa MAIS EDUCAÇÃO, instituído pelas Portarias Normativas Interministeriais nº 17 e nº 19, de 24 de abril de 2007 (Publicadas no Diário Oficial da União de 26 de abril de 2007), é um dos componentes do Plano de Ações Articuladas (PAR), elaborado por municípios e estados para o recebimento de transferências voluntárias e assistência técnica do MEC⁵. O Programa tem por objetivo fomentar a educação integral por meio do apoio a atividades socioeducativas

⁴ A partir do PDE as transferências financeiras e assistência técnica do Ministério da Educação aos municípios, estados e Distrito Federal ficam vinculadas à adesão ao Compromisso Todos pela Educação e à elaboração do PAR, instrumentos para a melhoria do IDEB

⁵ Para saber mais consulte: <http://portal.mec.gov.br>



no contra turno escolar. Vale evidenciar a concepção da educação integral, expressa na portaria, como possibilidade de formação integral do ser humano:

Art. 1º - Instituir o Programa Mais Educação, com o objetivo de contribuir para a formação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio da articulação de ações, de projetos e de programas do Governo Federal e suas contribuições às propostas, visões e práticas curriculares das redes públicas de ensino e das escolas, alterando o ambiente escolar e ampliando a oferta de saberes, métodos, processos e conteúdos educativos.

Parágrafo único - O programa será implementado por meio do apoio à realização, em escolas e outros espaços sócio-culturais, de ações socioeducativas no contra turno escolar, incluindo os campos da educação, artes, cultura, esporte, lazer, mobilizando-os para a melhoria do desempenho educacional, ao cultivo de relações entre professores, alunos e suas comunidades, à garantia da proteção social da assistência social e à formação para a cidadania, incluindo perspectivas temáticas dos direitos humanos, consciência ambiental, novas tecnologias, comunicação social, saúde e consciência corporal, segurança alimentar e nutricional, convivência e democracia, compartilhamento comunitário e dinâmicas de redes.

Além do mais, a portaria interministerial orienta que a ampliação do tempo escolar seja direcionada à formação integral do indivíduo, como reza o Art. 6º:

O Programa Mais Educação visa fomentar projetos ou ações de articulação de políticas sociais e implementação de ações socioeducativas oferecidas gratuitamente a crianças, adolescentes e jovens, por meio de sensibilização, incentivo e apoio, e que considerem as seguintes orientações:

I - Contemplar a ampliação do tempo e do espaço educativo de suas redes e escolas, pautada pela noção de formação integral e emancipadora;

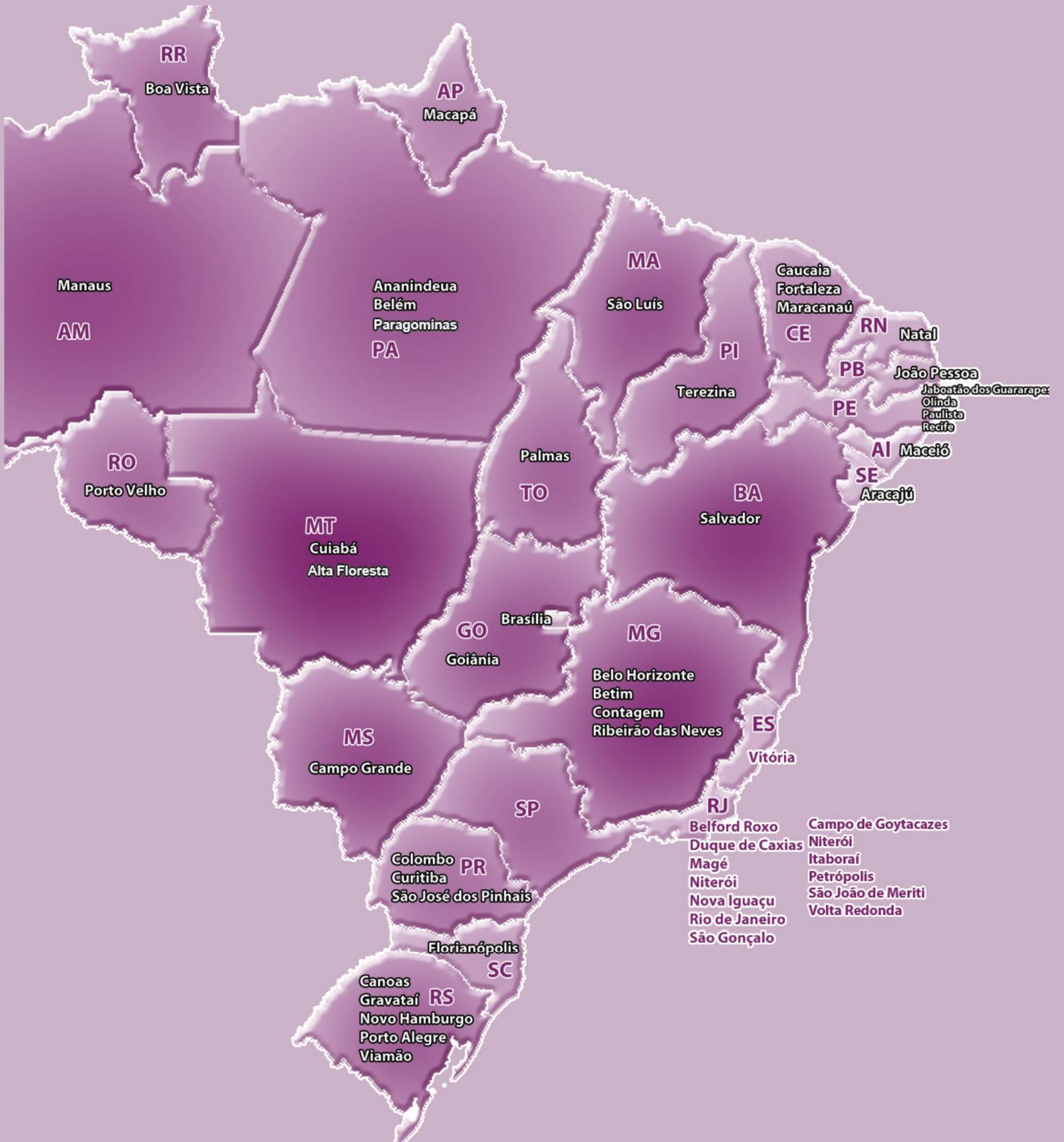
Para sua implementação em 2008, foram definidos 54⁶ municípios a partir do conjunto dos seguintes critérios:

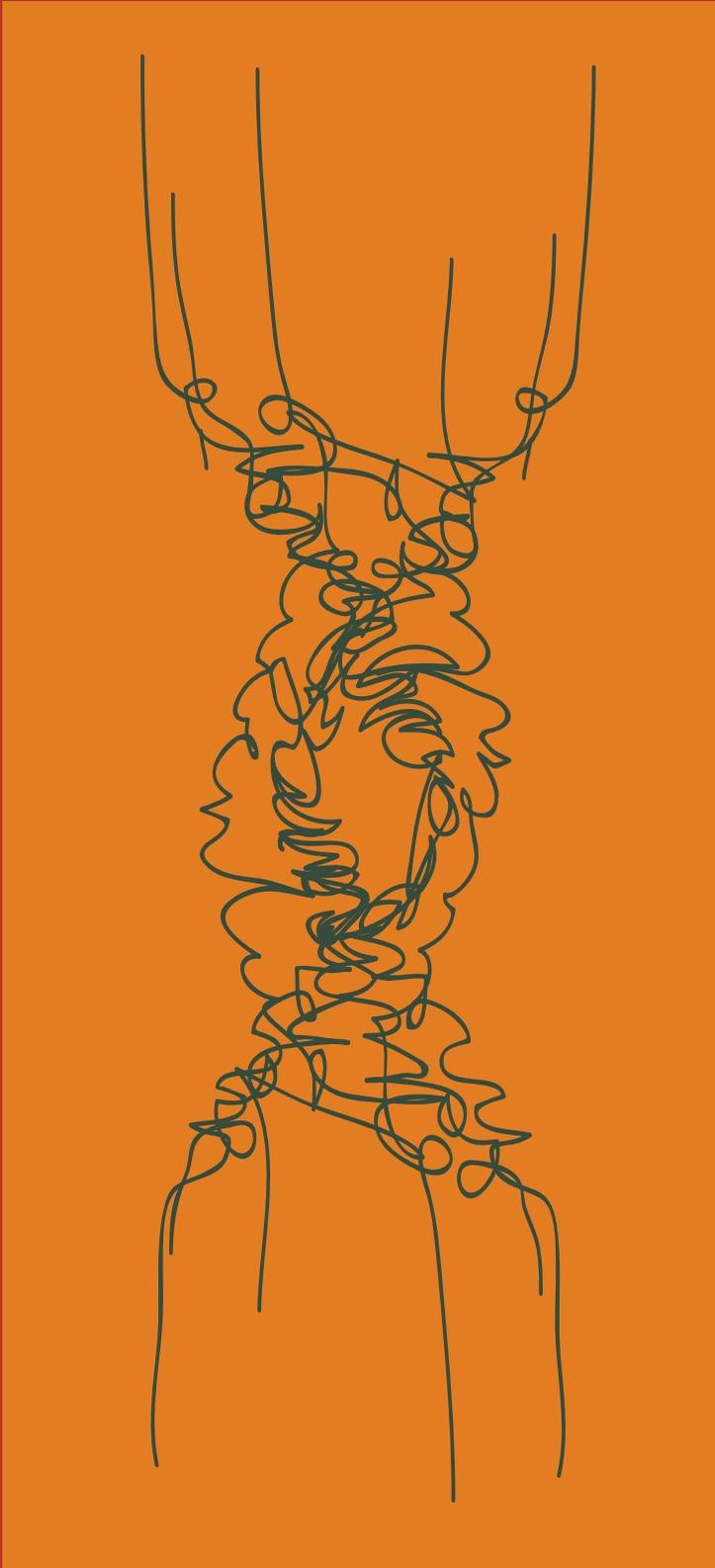
- Ter assinado o Compromisso Todos pela Educação;
- Todas as capitais dos estados brasileiros;
- Cidades das regiões metropolitanas com mais de 200 mil habitantes;
- Ter escolas municipais ou estaduais com IDEB abaixo de 2.9.

⁶ A Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro foi autorizada, em caráter excepcional, a implantar o Programa Mais Educação em CIEPs situados em Petrópolis, Volta Redonda, Itaboraí e Campos dos Goytacazes.

Os Municípios de Paragominas (PA), Altamira (PA) e Alta Floresta (MT) participam do Programa Mais Educação em sua convergência com a Operação Arco Verde do plano de ação do Governo Federal para prevenção e controle dos desmatamentos na Amazônia.







UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL

No atual contexto brasileiro, de amplo acesso das crianças e adolescentes à escola pública, avaliações nacionais têm apontado para o não alcance da aprendizagem nos patamares desejáveis¹. Tal informação indica aos gestores públicos o grau de complexidade que constitui o direito à educação, considerando que as correlações entre o acesso à escola e as condições de aprendizagem ofertadas nela e em outros espaços ainda não são inteiramente conhecidas.

Dessa incerteza surgem questões como: quais são os fatores que contribuem para a aprendizagem das crianças e adolescentes? O que precisamos aprender para impactar positivamente a aprendizagem dos meninos e meninas? Quais são as implicações da afirmação de uma educação integral para a melhoria da qualidade da aprendizagem e para a permanência dos alunos na escola? Para que educação integral?

Entendemos a relevância da Educação Integral² como meio para assegurar o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes em todos os âmbitos da condição humana. Ao usufruir da condição de sujeito de direito, elas e eles podem sentir que têm lugar legítimo no mundo de hoje, enraizado no mundo de ontem e com perspectiva de um amanhã, ou seja, que possam ser felizes.

Para isso, faz-se necessário compreender o processo de trânsito paradigmático que estamos atravessando e que inaugura novas perspectivas de futuro. Como afirma Jaqueline Moll:

Na responsabilidade que temos com o futuro – que só pode existir como presente transformado – as tarefas educativas podem ser lidas como centrais, pois nos ajudam a desenhar, em seus processos dinâmicos e permanentes, possibilidades outras para a vida em sociedade. Por meio de processos educativos podemos rever formas de ser e estar no mundo, tecendo compromissos comuns em torno de utopias de fraternidade e de alegria compartilhadas. (Moll, 2004, p. 40)

Dessa forma, a Educação Integral constitui ação estratégica para garantir proteção e desenvolvimento integral às crianças e aos adolescentes que vivem na contemporaneidade marcada por intensas transformações: no acesso e na produção de conhecimentos, nas relações sociais entre diferentes gerações e culturas, nas formas de comunicação, na maior exposição aos efeitos das mudanças em nível local, regional e internacional.

¹ É dessa avaliação que resulta, como opção estratégica do Programa Mais Educação, a meta de implementá-lo em 54 municípios que tenham escolas públicas com IDEB inferior a 2,9.

² Para aprofundamento leia o Caderno Educação Integral: texto referência para o debate nacional organizado pela SECAD

Essa contemporaneidade é também marcada por concepções e deliberações jurídicas que, na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, expressam uma nova perspectiva em relação à infância e juventude: a Doutrina da Proteção Integral. Essa coloca as crianças e adolescentes no centro das políticas públicas, pois afirma sua condição de sujeito de direitos, a indivisibilidade desses direitos e a prioridade absoluta no atendimento de suas necessidades. Tal condição implica que os adultos de hoje, embora tenham vivenciado sua infância e juventude na condição de objeto de tutela dos adultos, precisam relacionar-se com as crianças e adolescentes reconhecendo e valorizando seus interesses, opiniões, dificuldades e habilidades, de forma que a relação adulto-criança não se restrinja à referência do adulto, mas seja sustentada por sua escuta, discernimento, argumentação e experiência.

Algumas boas experiências em curso no país têm apontado caminhos possíveis para o sucesso desse desafio. Exemplo disso é o projeto Bairro-escola, cujo conceito se baseia em dois pressupostos: 1) aprender é se conhecer e intervir em seu meio; 2) a educação deve se realizar pela gestão de parcerias entre escolas, famílias, poder público, organizações sociais, para o alcance das potencialidades educativas da comunidade.

Esse processo de educação comunitária consegue agregar a sociedade em torno do processo educativo ao: pactuar com ela esse compromisso; identificar referências; realizar diagnóstico do território; mapear oportunidades e parceiros; construir e gerir trilhas educativas³. Acreditamos que a ampliação de tempos, espaços e oportunidades educativas qualificam o processo educacional e melhoram o aprendizado dos alunos⁴. Não se trata, portanto, da criação ou recriação da escola como instituição total, mas da implicação dos diversos atores sociais que já atuam na garantia de direitos de nossas crianças e jovens na co-responsabilidade por sua formação escolar e integral.

³ Trilhas educativas são percursos pelos quais o processo pedagógico se estende, extrapolando a sala de aula e incluindo praças, parques, ateliês, becos, estúdios, oficinas, empresas, museus, teatros, cinemas, parques de diversão, centros esportivos, bibliotecas, livrarias, entre outros. (Bairro-Escola passo a passo, p. 9)

⁴ Pesquisa realizada por Soares & Sátyro (2008) chegou a conclusões semelhantes ao analisar as correlações entre infra-estrutura (entre elas o tempo da jornada escolar) e os resultados escolares: [...] Como os impactos de melhorias nos insumos escolares são maiores justamente para os que menos insumos têm, uma mesma intervenção aumenta a média e reduz a desigualdade na distribuição dos resultados escolares. É mais importante ir de três para quatro horas de aula por dia que de quatro para cinco; tem maior impacto ir de -1,5 para zero que de zero para 1,5 no índice de infra-estrutura; é melhor aumentar a proporção de professores com ensino superior de 0% para 10% que de 90% para 100%.

A orientação legal convoca o conjunto das políticas públicas a convergirem suas ações para a garantia de direitos das crianças e adolescentes. Assim, a centralidade se desloca da especificidade de cada política setorial para garantir prioridade para a infância e juventude.

Essa mudança traz desafios para a gestão pública, ao mesmo tempo em que reconhece as potências educativas de diferentes agentes institucionais.

O reconhecimento da multiplicidade dos atores demanda a ênfase na construção de recursos de poder e legitimidade; na participação, articulação e concertação dos atores diversos, com o foco nos resultados das intervenções, nas modificações efetivamente produzidas nas condições de vida das pessoas e grupos-alvo das ações. (Bronzo e Veiga, 2007, p. 8)

Em face desse contexto, a questão – **o que crianças, adolescentes e jovens precisam e desejam aprender?** – ganha relevância. Em nosso entendimento, essa questão precisa ser tomada como crivo das escolhas de todos os envolvidos nas ações educativas. Encontramos na publicação da Unesco – *Dez fatores para uma educação de qualidade para todos no século XXI* – algumas pistas em relação às aprendizagens que podem compor uma resposta a esta questão, ou seja, as crianças e adolescentes precisam ter oportunidades para aprender a:

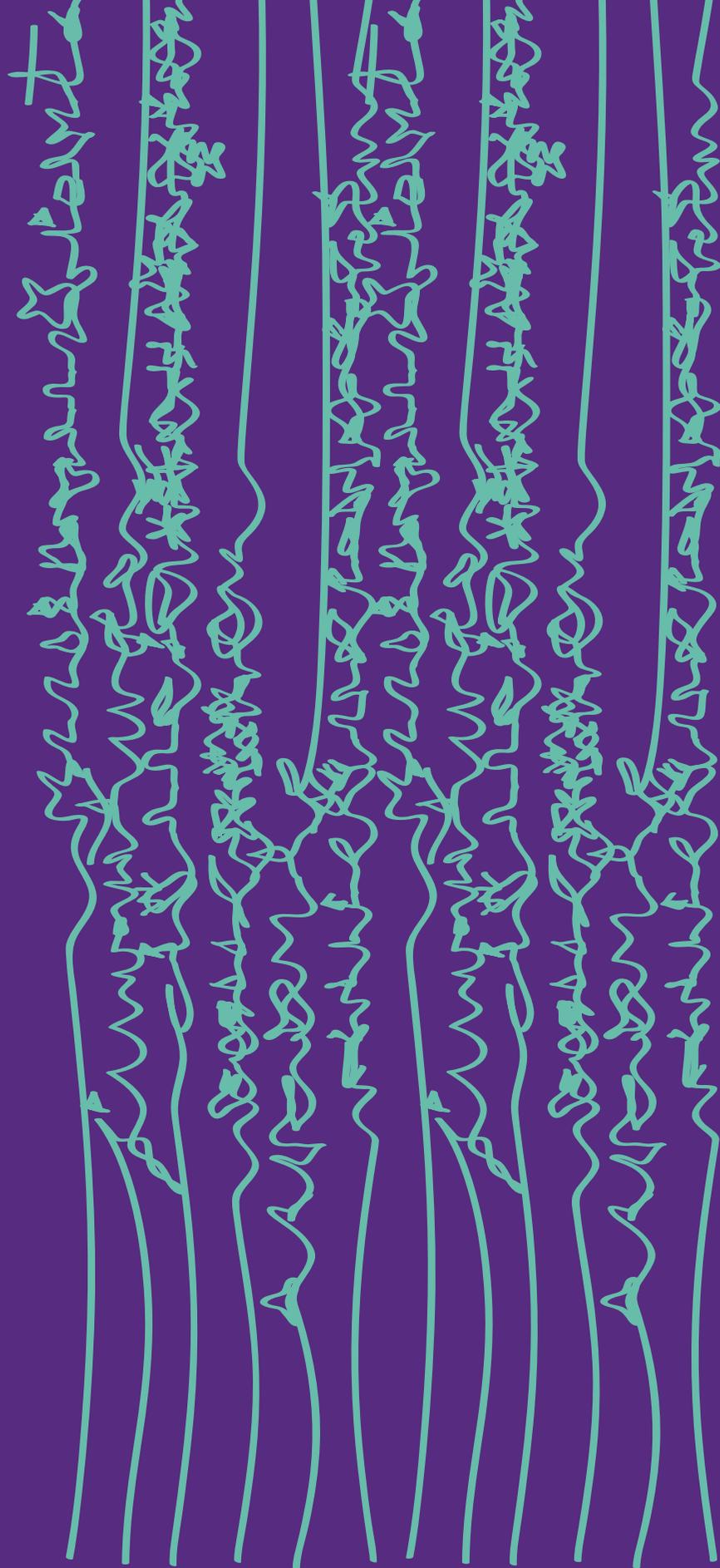
- Confiar em si mesmo e nos outros
- Realizar um projeto
- Dominar as capacidades necessárias para concluir um projeto
- Relacionar-se com os demais de maneira saudável
- Explicar sua própria vida e o mundo

Tais aprendizagens supõem novos arranjos educativos consonantes com o desafio de educar **na e para** a convivência democrática, onde os relacionamentos, sentimentos e interesses de todos os envolvidos no processo de aprendizagem sejam considerados. A concepção de integralidade apresentada aqui se expressa na composição e na dinâmica da equação pedagógica (Gouveia, 2006) que é composta por quatro elementos:

- os **sujeitos** aprendentes e ensinantes ocupam lugares dinâmicos: o educador é o adulto que tem a responsabilidade pelo percurso educativo e se coloca à disposição da invenção de situações de aprendizagem que levam em consideração quem são, onde vivem, o que sabem e o que desejam os aprendizes com os quais vai empreender a aventura do conhecimento.

- os **espaços** são os lugares disponíveis e potencializadores da aprendizagem. Lugares onde se encontram os objetos de conhecimento seja no âmbito da cidade ou no campo. Locais que são ocupados pelos sujeitos, produzindo uma ambiência educativa.
- os **tempos**: são definidos a partir dos sujeitos e objetos de conhecimento envolvidos na aprendizagem.
- os **objetos de conhecimento** estão no mundo, definem-se num arranjo que coloca em relação os interesses, as necessidades e as possibilidades dos diversos sujeitos envolvidos. O acesso e a apropriação desses objetos pelos envolvidos se dão por meio de projetos que viabilizam um produto que realiza e comunica o aprendizado de todos, pois **aprender é conhecer e intervir no seu meio**. (Cidade Escola Aprendiz, 2007).

Dessa forma, uma proposta de educação integral demanda a articulação de um conjunto de atores sociais e de programas para oferecer uma diversidade de oportunidades garantindo desenvolvimento integral de crianças e adolescentes.



INTERSETORIALIDADE: NOVA
FORMA DE GESTÃO DA
POLÍTICA

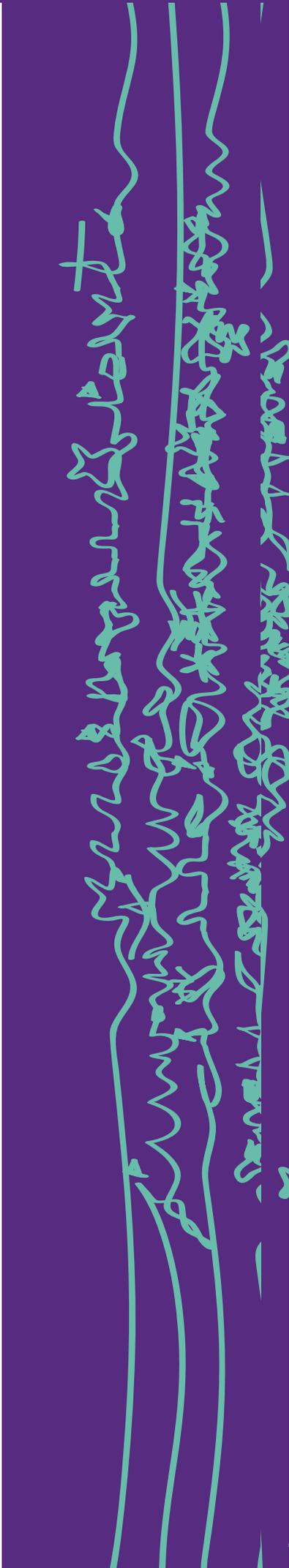
O Programa MAIS EDUCAÇÃO traz a intersetorialidade em sua gênese, uma conquista da intervenção pública no campo educativo. Como visto anteriormente, trata-se de uma articulação entre os Ministérios da Educação, da Cultura, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do Esporte, da Ciência e Tecnologia, do Meio-Ambiente, da Secretaria Nacional da Juventude da Presidência da República com o objetivo de efetivar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens. A concepção de educação que sustenta o Programa afirma o **potencial educativo** de amplo espectro das políticas públicas setoriais: Assistência Social, Ciência e Tecnologia, Cultura, Educação, Esporte, Meio Ambiente.

Não é demais lembrar que, do ponto de vista dos direitos das crianças e adolescentes, as políticas setoriais se alinham – pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – no compromisso que têm com a garantia da proteção e desenvolvimento integral destes cidadãos. Estes direitos fazem parte da chamada agenda dos “novos direitos sociais”, assim como o são aqueles derivados das agendas do meio ambiente, das questões raciais e étnicas, de gênero, da diversidade sexual, da cultura. Estes ‘novos’ direitos trouxeram para a agenda pública uma complexidade até poucos anos desconhecida dos gestores públicos¹.

A trajetória das políticas públicas brasileiras guarda distinções entre elas em função dos movimentos sociais que as pautaram e constituíram, da forma como estão formalizadas em lei, da variedade de interesses que compõem sua agenda, das responsabilidades que foram capazes de configurar para cada esfera governamental. Essas diferenças em si já configuraram o primeiro desafio quando o tema é intersetorialidade: as políticas públicas setoriais estão estruturadas para funcionar isoladamente. Planejamentos, orçamentos, normatizações técnicas, recursos humanos, enfim, todo o modelo de gestão é organizado e operado, via de regra, em função do grau de especialização e profissionalização de cada área.

Nesse contexto, começa a se delinear um novo modelo de gestão que passa a conviver com o anterior sem, no entanto, superá-lo inteiramente: trata-se da *gestão da incerteza*.

¹ A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD – tem se dedicado à formulação e financiamento de projetos e desenvolvimento de pesquisas e materiais didáticos relativos a estas temáticas. Para saber mais consulte: www.mec.gov.br/secad



En un período de incertidumbre, la gestión pública se desarrolla en campos más complejos, los problemas dejan de ser procedimentales y se trasladan al ámbito de los objetivos y de las estrategias. No se trata de hacer bien lo que ya se sabe que hay que hacer, sino establecer prioridades y de decidir las mejores vías para alcanzarlas². (Gomà e Brugué, 1998, p. 212)

A partir da lógica da 'gestão da incerteza', uma vez reconhecida a complexidade da tarefa de garantir o direito à educação integral nos municípios brasileiros, o passo seguinte é destacar elementos estratégicos que tenham poder de mobilizar os diversos atores em torno de um objetivo comum. Dito de outro modo, a intersetorialidade se materializa no cotidiano da gestão à medida que consegue criar consenso em torno de uma meta com a qual todos possam, em alguma medida, comprometer-se. Esta é a primeira característica que podemos destacar numa estratégia de ação intersetorial, a qual Sposati (2006) chamou de princípio da convergência:

Conjunto de impulsos para a ação em determinada situação, seja ela um objeto, um tema, uma necessidade, um território, um grupo, um objetivo, uma perspectiva. (...) [neste aspecto] a intersetorialidade pode trazer mais qualidade por permitir ultrapassar limites que, a princípio, ocorreriam numa abordagem somente setorial. (p. 37)

Trata-se, portanto, de uma decisão política de redirecionar a ação pública no campo educativo. Uma decisão que, em regimes democráticos,

[...] exigirá a construção de consensos e pactuação de compromissos dos atores relevantes, lembrando sempre que a diversidade de valores, preferências e interesses em jogo, características das sociedades modernas, tende a tornar o processo de negociação complexo e marcado por altos níveis de incerteza. A legitimação e o processo de adesão, por sua vez, afetam o sucesso do processo da implementação. (Bronzo e Veiga, 2007, p.14)

Portanto o primeiro princípio para levar a cabo um programa intersetorial, em tempos de incerteza, consiste na **construção de recursos de poder e legitimidade**, uma vez que será exigido algum grau de inovação do ponto de vista da gestão de cada agente institucional envolvido. A intersetorialidade supõe trocas sustentadas na horizontalidade das relações políticas, gerenciais e técnicas. Não se trata de equivalências, mas, sobretudo, do reconhecimento da capacidade que cada política setorial tem a aportar ao propósito comum: garantir educação integral às crianças, adolescentes e jovens. A definição de Junqueira e Inojosa (1997) sobre a intersetorialidade na gestão pública é elucidativa: *articulação de saberes e experiências*

² Em um período de incertezas, a gestão pública se desenvolve em campos mais complexos, os problemas deixam de ser procedimentais e se transferem para o âmbito dos objetivos e das estratégias. Não se trata de fazer bem o que já se sabe que tem que ser feito, mas estabelecer prioridades e decidir os melhores caminhos para alcançá-las. (Goma e Brugué, 1998, p.212)

no planejamento, realização e avaliação de ações para alcançar efeito sinérgico em situações complexas, visando o desenvolvimento social, superando a exclusão social. (p. 24)

Certamente a construção de consensos em torno do Programa é essencial por traçar a meta e dar diretriz que oriente a ação de todos. No entanto, não é possível alcançar grandes objetivos de uma só vez, como se uma decisão tivesse o mágico poder de tudo acertar. O esforço contínuo de negociação, de planejamento e replanejamentos, de publicização de resultados, de ampliação da participação dos agentes institucionais e também das crianças e adolescentes mantêm-se como processos contínuos para agregar efetividade às ações.

Da decisão política de participação no Programa MAIS EDUCAÇÃO decorre outro princípio destacado por Sposati (2006): o princípio da gradualidade.

É preciso ter grande perspectiva, mas atuar de forma gradual por etapas ou metas cujos resultados alcançados sempre produzem uma mudança na configuração anterior de dada situação. Poder-se-ia dizer que os resultados colocam a realidade em um novo patamar, mesmo que não seja ainda a perspectiva última desejada. [...] É preciso reconhecer publicamente a alteração de patamar de uma situação, mesmo que ainda não seja pleno, para que o resultado da ação se torne visível para a sociedade, para ação do governo, para os agentes institucionais e como isto está assimilado, não se voltando à estaca zero. (p.139)

A implementação do Programa MAIS EDUCAÇÃO inicia-se pela apresentação da proposta, articulação e coordenação de Programas setoriais. Gradualmente vai organizando, a partir de monitoramento e avaliação, uma gestão transversal na qual novas estratégias vão sendo concebidas coletivamente, considerando a articulação em torno do Plano de Atendimento da Escola³.

Portanto, a definição de uma matriz avaliativa a partir da qual as metas e os resultados possam ser avaliados por critérios conhecidos e validados por todos é também uma exigência colocada aos gestores. E, sobretudo, que esta avaliação tenha alto grau de interação e participação das crianças, adolescentes e jovens, uma vez que é em função deles que o Programa ganha existência.

A ênfase que vem sendo dada neste texto ao processo de negociação e pactuação entre os agentes públicos envolvidos é decorrente de uma característica fundamental das políticas públicas pós Constituição Federal de 1988: a descentralização e o fortalecimento dos governos locais.

Desde a Constituição Federal de 1988, a descentralização passou a ser uma diretriz importante na gestão das políticas sociais, especialmente nos aspectos de execução e coordenação. Como efeito da descentralização ao longo desses anos, observamos um distanciamento dos modelos centralizados no governo federal e uma ampliação da autonomia dos Estados e municípios para inovações e experimentações políticas mais próximas das especificidades locais e regionais. Assim, a descentralização tem induzido políticas sociais a condições heterogêneas e, quando são simultaneamente impulsionadas pela diretriz da participação popular, tendem a se aproximar das demandas locais.

³ O Caderno Rede de Saberes Mais Educação apresenta pressupostos para o desenvolvimento de projetos pedagógicos de educação integral.

Embora com efeitos diferenciados do ponto de vista dos 'pactos federativos' firmados pelas diferentes políticas setoriais envolvidas no Programa MAIS EDUCAÇÃO, a diretriz da descentralização tem impactado a gestão pública nas três esferas de governo. Como apontado por Bronzo e Veiga (2007),

[...] a idéia de rede tem se tornado um referente central nas discussões em diversos campos, para sinalizar interconexão, interdependência, a conformação necessária para dar conta da complexidade dos processos e da realidade social. Uma idéia inovadora na concepção de redes amplia a perspectiva de redes horizontais e incorpora a idéia de redes multinível (ou de níveis múltiplos), o que remete à interdependência não só existente entre atores no nível local, mas que envolve diversos níveis de governo. (p. 17)

Por essa razão, a construção efetiva do Programa se dá em diferentes níveis – entre os gestores dos diversos programas federais, entre os gestores das três esferas de governo, entre as diferentes secretarias em nível municipal e nos territórios compostos por todos aqueles envolvidos na implementação do Programa e que tenham proximidade com o cotidiano das crianças e adolescentes.

Diante disto ficamos com as perguntas: Qual a permeabilidade das estruturas organizacionais às demandas e soluções aportadas pelas crianças, adolescentes, famílias, educadores? Qual a capacidade da administração pública ampliar os canais de participação e sua disposição para alterar a programação e a priorização dos serviços a partir dos resultados dos processos de participação? Que modelos de ação intersetorial poderão ser produzidos nas diversas regiões do país?

Um exemplo de organização possível da gestão do projeto local vem do Programa Escola Aberta, hoje instalado em todas as regiões metropolitanas do país, que promove a abertura das escolas à comunidade nos finais de semana.

O Programa conta, em sua estrutura, com Comitês Metropolitanos, que agregam representantes das escolas, das secretarias de educação, da comunidade, como espaço de articulação das ações e experiências da região e constroem Planos de Ação Coletivos. Esses comitês se relacionam tanto com a Coordenação Nacional do Programa quanto com as escolas e unidades executoras de cada território.

OS PROGRAMAS MINISTERIAIS E SUAS POTENCIALIDADES

O Programa MAIS EDUCAÇÃO articula 25 programas federais formulados pelos 6 Ministérios participantes.

A diversidade desses programas, detalhados no anexo *Quadro dos Programas Ministeriais*, expressa a amplitude de ação do governo federal⁴. Cada programa envolve sujeitos diversos (agentes educativos e público das ações), multiplicidade de objetos de conhecimento, de espaços e de tempos, compondo possível integralidade na associação com o tempo escolar. Ao mesmo tempo, destaca-se uma diversidade de estratégias de relacionamento com os municípios.

O que os une é o potencial educativo de cada um correlacionado pelos sete *Macro campos* definidos pelo MEC: acompanhamento pedagógico; meio ambiente; esporte e lazer; direitos humanos e cidadania; cultura e artes; inclusão digital e comunicação; saúde, alimentação e prevenção.

Os macro campos são referência para:

- a transferência de recursos por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE;
- as escolhas pedagógicas apresentadas no Caderno Rede de Saberes Mais Educação;
- explicitar o potencial educativo dos Programas Ministeriais.

No anexo *Mapa das Potencialidades dos Programas* relacionamos os Programas com os macro campos explicitando seus potenciais para implementação da educação integral.

⁴ A maior parte dos programas tem publicações impressas ou virtuais que apresentam suas concepções e metodologias.

OS PROGRAMAS MINISTERIAIS E SUAS POTENCIALIDADES

ciência e tecnologia

Casa Brasil Inclusão Digital
Centros Vocacionais Tecnológicos
Centros e Museus da Ciência

desenvolvimento social
e combate à fome

Centro de Referência Especializado de
Assistência Social - CREAS
Programa Atenção Integral à Família - PAIF
Programa de Erradicação do Trabalho
Infantil - PETI
PróJovem Adolescente

educação

Com-vidas – Comissão de Meio
Ambiente e Qualidade de Vida
Educação em Direitos Humanos
Educação Inclusiva: Direito à
Diversidade
Educar na Diversidade
Escola Aberta
Escola que Protege
Juventude e Meio Ambiente
Salas de Recursos Multifuncionais
Pro Info

meio ambiente

Municípios Educadores Sustentáveis
Sala Verde
Viveiros Educadores

cultura

Casas do Patrimônio
Cineclube na Escola
Cultura Viva

esporte

Esporte e Lazer na Cidade
Segundo Tempo

25 programas federais formulados
pelos 6 Ministérios participantes



PERSPECTIVA
TERRITORIAL NA
POLÍTICA PÚBLICA

O enlace entre educação e desenvolvimento é essencial na medida em que é por meio dele que se visualizam e se constituem as interfaces entre a educação como um todo e as outras de atuação do Estado. Não importa a abrangência do território considerado, o bairro ou o país. A relação recíproca entre educação e desenvolvimento só se fixa quando as ações do Estado são alinhadas e os nexos entre elas são fortalecidos, potencializando seus efeitos mútuos. Desse movimento de busca de sintonia das políticas públicas entre si depende a potencialidade dos planos setoriais.

Plano de Desenvolvimento da Educação, MEC: 2007

A intersectorialidade, como meio de gestão do Programa MAIS EDUCAÇÃO, implica que cada município poderá participar da definição de seus critérios de implementação, de acordo com a relevância que eles têm em cada realidade municipal, isto é, quais as articulações setoriais mais relevantes e adequadas a cada contexto local. E, sobretudo, respeitando as conquistas sociais em instâncias de participação e deliberação, como os conselhos de políticas públicas e as respectivas conferências. Portanto, em nível municipal é fundamental que sejam consideradas as deliberações de conferências municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, da Educação e da Assistência Social.

Nos anos mais recentes avançou-se na construção de informação e de ferramentas de geoprocessamento, as quais têm sido uma tecnologia importante a serviço do planejamento das políticas públicas. A correlação entre informação e espaço, ou seja, a leitura de informações contextualizadas permite construir parâmetros intra-urbanos e/ ou regionais capazes de dar relevo às informações que orientam a ação dos governos.

Merece destaque a iniciativa do IBGE que, desde o Censo de 2000, divulga os resultados de forma digitalizada para municípios com população superior a 20.000 habitantes. Já é possível, portanto, obter e analisar os dados dessas cidades a partir da perspectiva micro-territorial nas quais se expressa a diversidade e as desigualdades das condições de vida dos seus cidadãos.

PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES E PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA

A produção de informações por meio de pesquisas, censos e mapeamentos tem se tornado cada vez mais estratégica no planejamento da ação governamental, orientando-a para um compromisso mais efetivo com o monitoramento e aferição de resultados. Assim, as informações (índices, taxas e indicadores ¹) contribuem para identificar as demandas por direitos que orientam diretrizes para a ação dos gestores públicos. Os índices são resultado da combinação de várias informações que expressam de maneira sintética um dado fenômeno social, econômico, educacional e ambiental. Eles são úteis porque criam referências (nacionais, regionais e municipais) capazes de orientar o planejamento e alocação de recursos. Também expressam o esforço de governos em relação aos aspectos neles combinados, permitindo construir séries históricas numa perspectiva de monitoramento e avaliação, a exemplo das tabelas que apresentaremos nesse capítulo.

¹ Exemplo disso são os Índices de Vulnerabilidade Social, Índice de Desenvolvimento Humano e seus correlatos em nível municipal (como o IDH-M), Taxa de Distorção Série-Idade, Taxa de Natalidade e Mortalidade, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, entre outros.

O IDEB COMO REFERÊNCIA PARA O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO

Em face dos desafios atuais da melhoria da qualidade da educação pública brasileira, foi criado o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB. Esta iniciativa do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP – é pioneira por reunir num só indicador dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. Ele agrega ao enfoque pedagógico dos resultados das avaliações em larga escala do INEP a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas de ensino.

O indicador proposto é o resultado da combinação de dois outros indicadores:

- a) pontuação média dos estudantes em exames padronizados ao final de determinada etapa do ensino fundamental (4ª e 8ª séries) e 3º ano do ensino médio; e
- b) taxa média de aprovação dos estudantes da correspondente etapa de ensino.

O planejamento do Programa MAIS EDUCAÇÃO apoiou-se fortemente no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, sendo um dos critérios para a escolha das escolas participantes. Vale ressaltar que esta escolha implicou na destinação de recursos federais aos estados, municípios e Distrito Federal, conforme Resolução MEC/FNDE relativa à transferência de recursos no âmbito do Programa.

A apresentação dos quadros do IDEB dos estados e dos municípios participantes do Programa MAIS EDUCAÇÃO em 2008, no anexo, tem por objetivo contribuir para que os gestores levem em consideração o patamar da educação básica no seu estado ou município e as metas que deverão atingir.

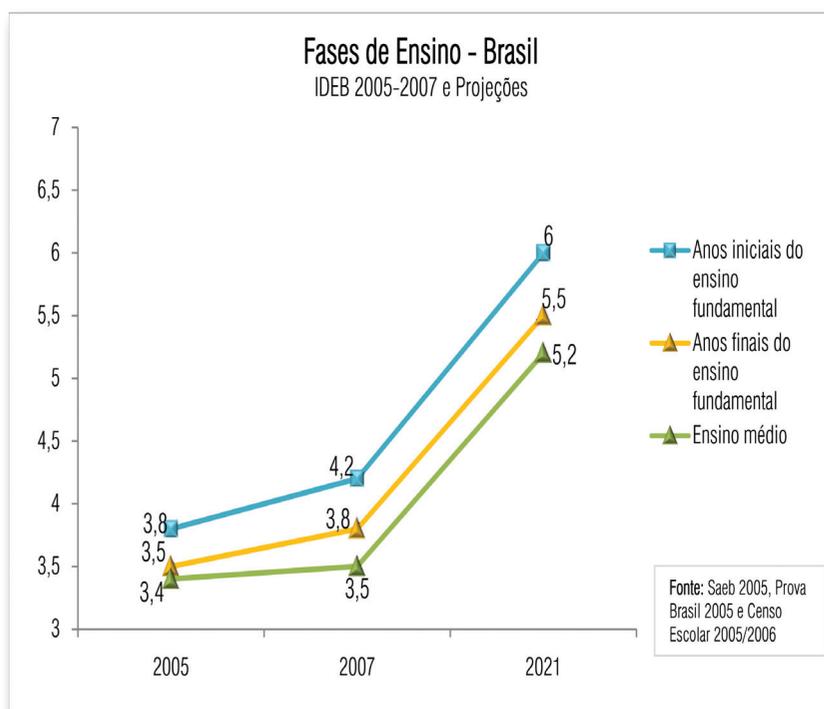
O exercício de analisar o IDEB, a seguir, pode orientar as escolhas que os gestores farão para articular as diversas políticas setoriais em torno de um objetivo comum: oferecer educação de qualidade para crianças e adolescentes nos diversos espaços educativos já existentes ou naqueles que serão criados.

O IDEB será apresentado relacionando as dimensões territorial e temporal:

- Serão mantidos os dados do território nacional, estaduais e municipais para que se inclua, durante a leitura, a noção da totalidade, assim como de regionalidade;
- Será mantida a série histórica feita pelo INEP (2005-2007-2021) na qual estão disponíveis os dados atualizados e as projeções/metabol até 2021, para que se preserve a dimensão processual e de gradualidade do alcance das metas, que são consensuais a partir da assinatura do Termo de Compromisso Todos pela Educação.

Questões norteadoras para a leitura dos quadros:

- Quando observamos as projeções e refletimos sobre a situação atual, quais os desafios que o município e a escola precisam enfrentar?
- Que esforços serão necessários para lidar com estes desafios?
- Quais os meios que o município e o estado dispõem para alcançar a educação integral de suas crianças e adolescentes?



As primeiras informações que podemos observar são as médias do País.

Como se observa no gráfico, em todas as fases do ensino básico houve ampliação do desempenho no período 2005-2007. O destaque está para as séries iniciais, nas quais o índice teve um deslocamento de 0,4 pontos (3,8 para 4,2).

É possível inferir que se a performance do biênio (2005-2007) se mantiver, atingiremos a meta proposta para 2021 antes deste prazo. No entanto, é preciso destacar que a diferença de desempenho entre as etapas da educação básica é um forte traço de expressão da desigualdade.

Olhando o gráfico “Fases do ensino - Brasil” pode-se questionar: que ações serão necessárias para deslocar positivamente o indicador no próximo biênio? Que fatores terão contribuído para manter o indicador quase imobilizado em duas etapas da educação básica? A busca de respostas a essas questões é tarefa fundamental dos gestores municipais e estaduais.

Ainda que o IDEB-Brasil seja relevante para termos uma noção em nível nacional e, portanto, orientar as ações em nível federal, ele não é suficiente para orientar as decisões em nível estadual e municipal e no Distrito Federal.

Por essa razão, utilizamos como recurso demonstrativo os índices de alguns estados para explicitar que o desafio de alcançar a qualidade da educação varia muito entre as regiões e estados do país. Dessa forma, dependendo do ponto de partida (IDEB 2005/2007), os gestores e a sociedade civil poderão dimensionar e concentrar seus esforços.

Para os estados as metas variam de acordo com o desempenho obtido em 2007. No caso da rede estadual pontuamos que, numa perspectiva de projeção para o ano 2021, é preciso dimensionar o grau de municipalização do Ensino Fundamental – Ciclo 1 (EF-1), o que confere maior precisão às demandas a serem respondidas pelos estados – Ensino Fundamental Ciclo 2 e Ensino Médio - em cumprimento ao pacto federativo definido na Lei de Diretrizes e Bases (LDB-1996)

Para os municípios as metas também variam de acordo com o desempenho obtido em 2007. Cabe aqui a mesma ressalva que fizemos com relação à rede estadual. Tendo em vista que a responsabilidade principal da rede municipal de ensino é Ensino Fundamental – Ciclo 1 (EF-1), é essencial dimensionar seus investimentos nos demais níveis de ensino, bem como a perspectiva de municipalização do EF-1 por parte do estado. Assim, cada ente federativo poderá responder de modo mais assertivo às demandas que lhe são próprias.

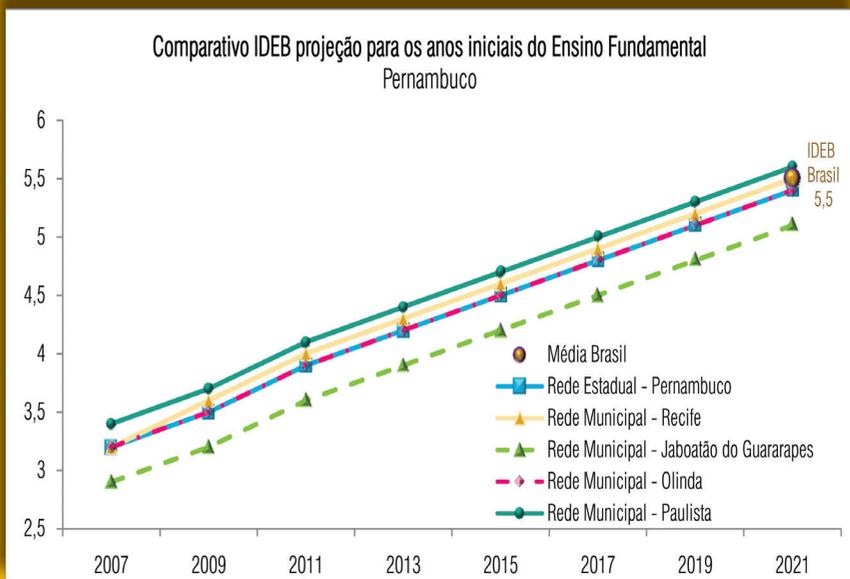
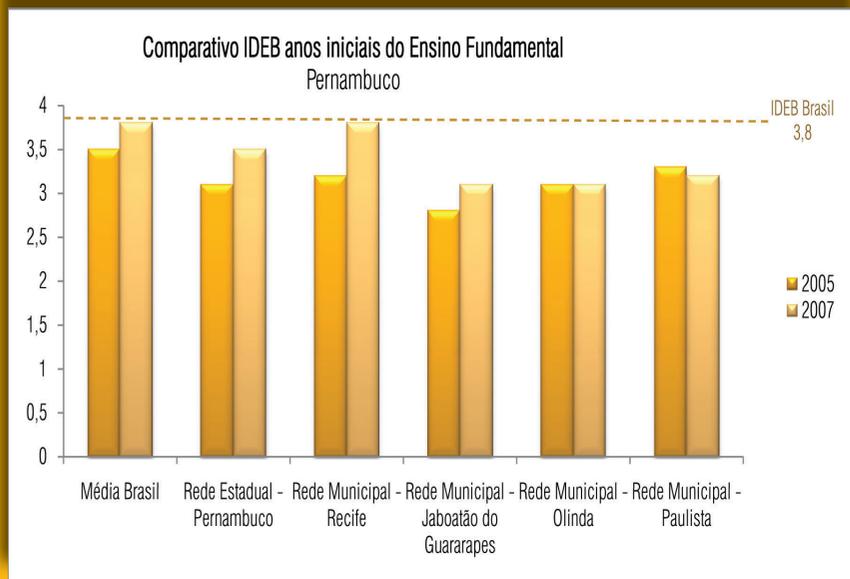
As informações das ações em curso no município (governamentais e da sociedade civil) permitem o reconhecimento das capacidades instaladas e a construção de relações de confiança, compromisso e cooperação (capital social) entre elas.

As páginas seguintes oferecem alguns demonstrativos como referências para o exercício que os gestores precisarão realizar em seus municípios.

COMPARATIVO DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Anos Iniciais do Ensino Fundamental	IDEB Observado				Metas Projetadas					
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Média Brasil	3,5	3,8								5,5
Rede Estadual - Pernambuco	3,1	3,5	3,2	3,5	3,9	4,2	4,5	4,8	5,1	5,4
Rede Municipal - Recife	3,2	3,8	3,2	3,6	4	4,3	4,6	4,9	5,2	5,5
Rede Municipal - Jaboatão do Guararapes	2,8	3,1	2,9	3,2	3,6	3,9	4,2	4,5	4,8	5,1
Rede Municipal - Olinda	3,1	3,1	3,2	3,5	3,9	4,2	4,5	4,8	5,1	5,4
Rede Municipal - Paulista	3,3	3,2	3,4	3,7	4,1	4,4	4,7	5	5,3	5,6

Fonte: Saeb, Prova Brasil e Censo Escolar



Os gráficos apresentam um comparativo entre a performance de municípios da região metropolitana de Recife, também comparado ao estado de Pernambuco e ao Brasil. Observamos que há uma distância significativa entre a média brasileira e a média de Pernambuco. Na região metropolitana, quando comparamos o período de projeção, a melhor performance é do município de Paulista, no entanto, este município tem um deslocamento negativo quando comparamos os dados de 2005-2007. Recife mostra um desempenho diferenciado, superando em 2007 a meta projetada para 2009.

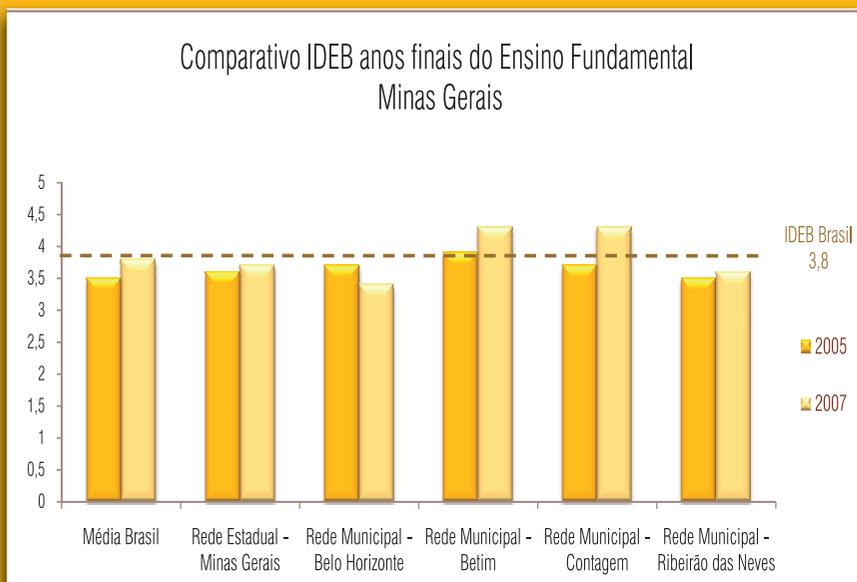
Este conjunto de informações nos leva a perguntar: que ações foram implementadas para produzir esse deslocamento mais intenso de Recife? O que os municípios vizinhos poderiam aprender com esta experiência?

Uma leitura que pode contribuir na busca de respostas é a publicação *Redes de Aprendizagem* (UNICEF/MEC: 2007), na qual são analisadas redes escolhidas com base no cruzamento entre informações socioeconômicas dos alunos, informações do município e o IDEB. A pesquisa revela os múltiplos fatores que contribuem para o desempenho escolar em contextos socioeconômicos desfavoráveis.

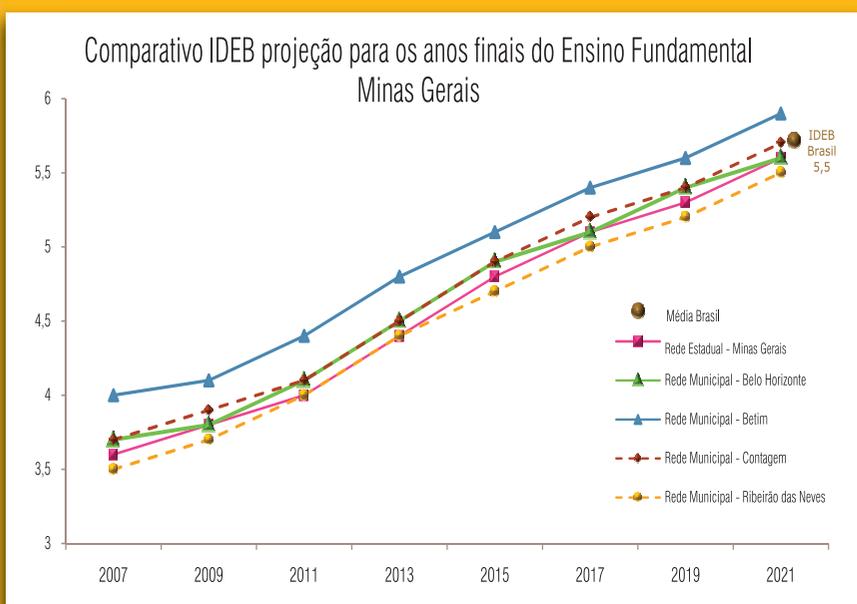
COMPARATIVO DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Anos Finais do Ensino Fundamental	IDEB Observado				Metas Projetadas					
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Média Brasil	3,5	3,8								5,5
Rede Estadual - Minas Gerais	3,6	3,7	3,6	3,8	4	4,4	4,8	5,1	5,3	5,6
Rede Municipal - Belo Horizonte	3,7	3,4	3,7	3,8	4,1	4,5	4,9	5,1	5,4	5,6
Rede Municipal - Betim	3,9	4,3	4	4,1	4,4	4,8	5,1	5,4	5,6	5,9
Rede Municipal - Contagem	3,7	4,3	3,7	3,9	4,1	4,5	4,9	5,2	5,4	5,7
Rede Municipal - Ribeirão das Neves	3,5	3,6	3,5	3,7	4	4,4	4,7	5	5,2	5,5

Fonte: Saeb, Prova Brasil e Censo Escolar



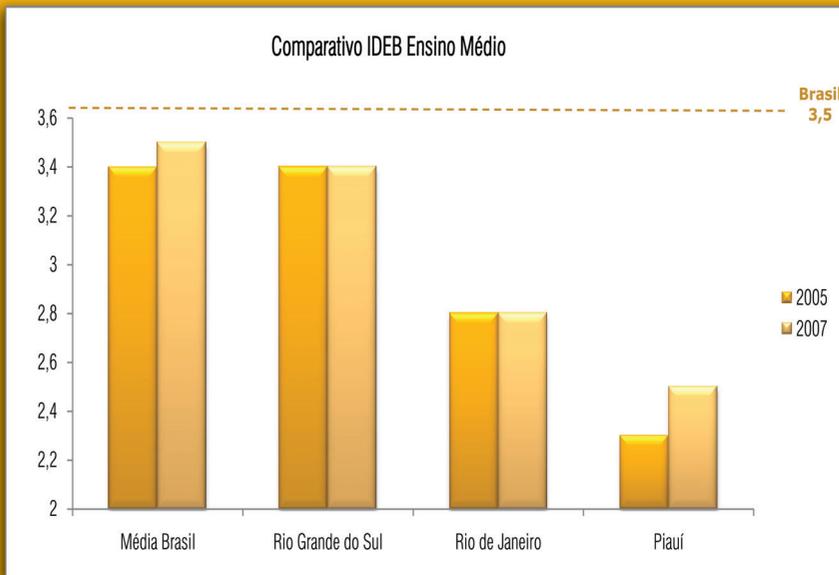
Observa-se, no gráfico, desempenhos muito diferentes entre os municípios da região metropolitana de Belo Horizonte no biênio 2005-2007, os quais apresentam redução e ampliação significativas. Algumas questões suscitadas: Que ações teriam produzido esta intensidade, de um lado positiva, de outro negativa? Que contribuições estes municípios poderiam realizar entre si?



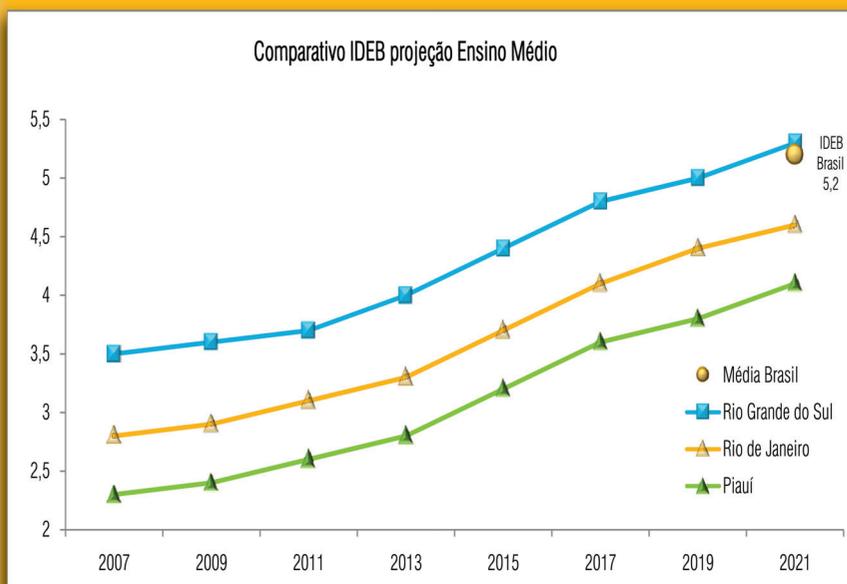
Em relação à projeção, vemos que dois municípios, Betim e Contagem, superaram a meta de 2009. E, se mantiverem a performance, em 2021 estarão garantindo aprendizagem para as crianças e adolescentes de forma mais efetiva.

Ensino Médio	IDEB Observado					Metas Projetadas				
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Média Brasil	3,4	3,5								5,2
Rio Grande do Sul	3,4	3,4	3,5	3,6	3,7	4	4,4	4,8	5	5,3
Rio de Janeiro	2,8	2,8	2,8	2,9	3,1	3,3	3,7	4,1	4,4	4,6
Piauí	2,3	2,5	2,3	2,4	2,6	2,8	3,2	3,6	3,8	4,1

Fonte: Saeb, Prova Brasil e Censo Escolar



Nota-se que nesta fase de ensino os três estados estão abaixo da média nacional observada em 2007 e que o crescimento do desempenho é mais lento, se comparado ao ensino fundamental. Caberia, portanto, perguntar: que aspectos foram responsáveis por esta estabilidade? Que ações serão necessárias para produzir deslocamento positivo do índice?



A projeção feita aponta para a persistência das desigualdades dos índices regionais, uma vez que o estado do Piauí, segundo esta estimativa, atingirá em 2021 metas que os estados do Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro atingirão em 2013 e 2017, respectivamente. O desempenho do estado do Piauí, por sua vez, em 2007 superou as expectativas do IDEB para 2009. Cabe reconhecer esse esforço e indagar quais foram as decisões que favoreceram a superação do índice projetado.

COMPROMISSOS PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO

No conjunto dos gráficos observamos, em sua maior parte, uma performance positiva. No entanto, como nos alerta Dirce Koga (2004), [...] *Em realidades de altas desigualdades sociais, as médias pouco podem expressar sobre a heterogeneidade vivida pelas populações nesses territórios.*

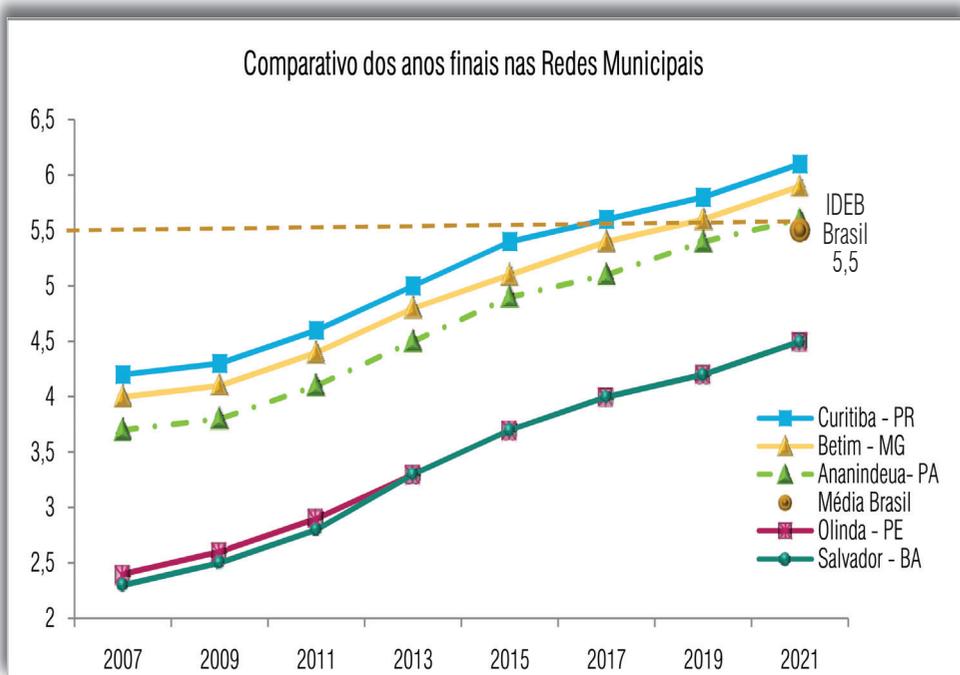
Do conjunto das informações apresentadas acima destacamos **dois compromissos** para a agenda de todos aqueles que estão alinhados com a melhoria da qualidade da educação das crianças, adolescentes e jovens.

O primeiro deles indica que é preciso planejar e executar políticas de equidade para diminuir as desigualdades regionais.

Do ponto de vista da média projetada para 2021, muitos municípios atingirão só daqui a 16 anos índices muito próximos dos atuais (2007) de municípios como Curitiba e Betim.

Anos Finais do Ensino Fundamental nas Redes Municipais	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Curitiba - PR	4,2	4,2	4,2	4,3	4,6	5	5,4	5,6	5,8	6,1
Betim - MG	3,9	4,3	4	4,1	4,4	4,8	5,1	5,4	5,6	5,9
Ananindeua- PA	3,6	3,7	3,7	3,8	4,1	4,5	4,9	5,1	5,4	5,6
Média Brasil	3,5	3,8								5,5
Olinda - PE	2,4	2,4	2,4	2,6	2,9	3,3	3,7	4	4,2	4,5
Salvador - BA	2,2	2,4	2,3	2,5	2,8	3,3	3,7	4	4,2	4,5

Fonte: Saeb, Prova Brasil e Censo Escolar



Lidar com este desafio implica fortalecer instâncias de decisão compartilhada entre as esferas de governo, com representação das várias políticas envolvidas e criação de instrumentos de gestão metropolitana capazes de propor soluções mais eficientes para problemas comuns.

Retomamos aqui o alerta da pesquisadora Dirce Koga quanto à opacidade das médias em contextos de grandes desigualdades e a necessidade de construção de metodologias relativas à aplicação dos índices para a análise e apreensão das dinâmicas sociais e territoriais.

O segundo compromisso se configura, portanto, na produção de informações que possam ser compartilhadas entre as diferentes políticas setoriais e, ainda, o desenvolvimento de indicadores que já possam ser construídos por meio do diálogo e produção compartilhada entre as diversas políticas setoriais.

Certamente o IDEB é um ponto de partida fundamental para o Programa MAIS EDUCAÇÃO, mas ele não é suficiente para responder às metas e propósitos da educação integral. Por isso, é muito importante que os Comitês Metropolitanos tenham em sua pauta a sistematização dos resultados alcançados pelas experiências em andamento, de modo a subsidiar a produção de indicadores na perspectiva territorial e intersetorial.

Por fim, é fundamental que as metas para a educação integral possam ser constantemente replanejadas. Equacionar metas e recursos, meios e fins, é tarefa tão urgente quanto necessária para uma ação governamental responsável pela garantia de proteção integral às crianças e adolescentes brasileiros.

CONCORSO
CONCORSO

CONCORSO
CONCORSO

CONCORSO
CONCORSO

CONCORSO
CONCORSO

CONCORSO
CONCORSO

CONCORSO
CONCORSO

OPERACIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA NO TERRITÓRIO

INSTÂNCIAS DE GESTÃO POLÍTICO-PEDAGÓGICA DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO

O Programa MAIS EDUCAÇÃO convoca as capacidades instaladas nos territórios para uma intervenção que busca sinergia entre iniciativas federais, estaduais, municipais, governamentais e da sociedade civil.

Entendemos por **capacidades instaladas**:

- Disposição de diversos atores para negociação, pactuação e implementação da educação integral;
- Potencialidades das políticas e programas para o público infanto-juvenil no território (recursos

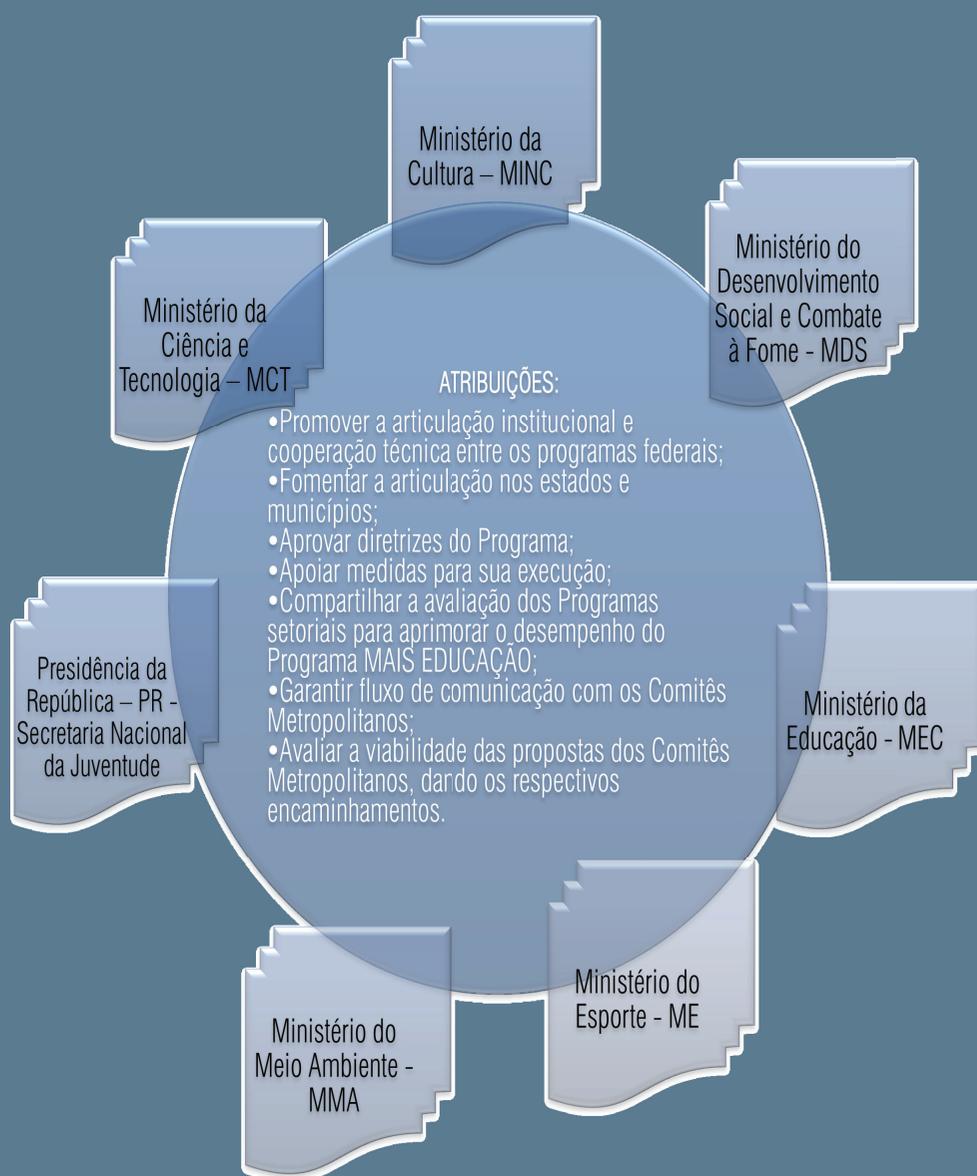
humanos, técnicos e metodológicos);

- Metodologias de produção e análise de informações, bem como sua divulgação;
- Implementação de ações pactuadas, monitoramento e avaliação.

A seguir são apresentados os processos de gestão nas três esferas de governo, bem como as estratégias e seus procedimentos para implementação do Programa nos territórios.

O FÓRUM INTERMINISTERIAL MAIS EDUCAÇÃO

Em **nível federal**, o FÓRUM INTERMINISTERIAL MAIS EDUCAÇÃO foi instituído pela Portaria Interministerial nº 17 (de 24 de abril de 2007). Seu objetivo principal é promover a articulação institucional e cooperação técnica entre ministérios e secretarias federais, governos estaduais e municipais. Tem um caráter normativo e deliberativo.



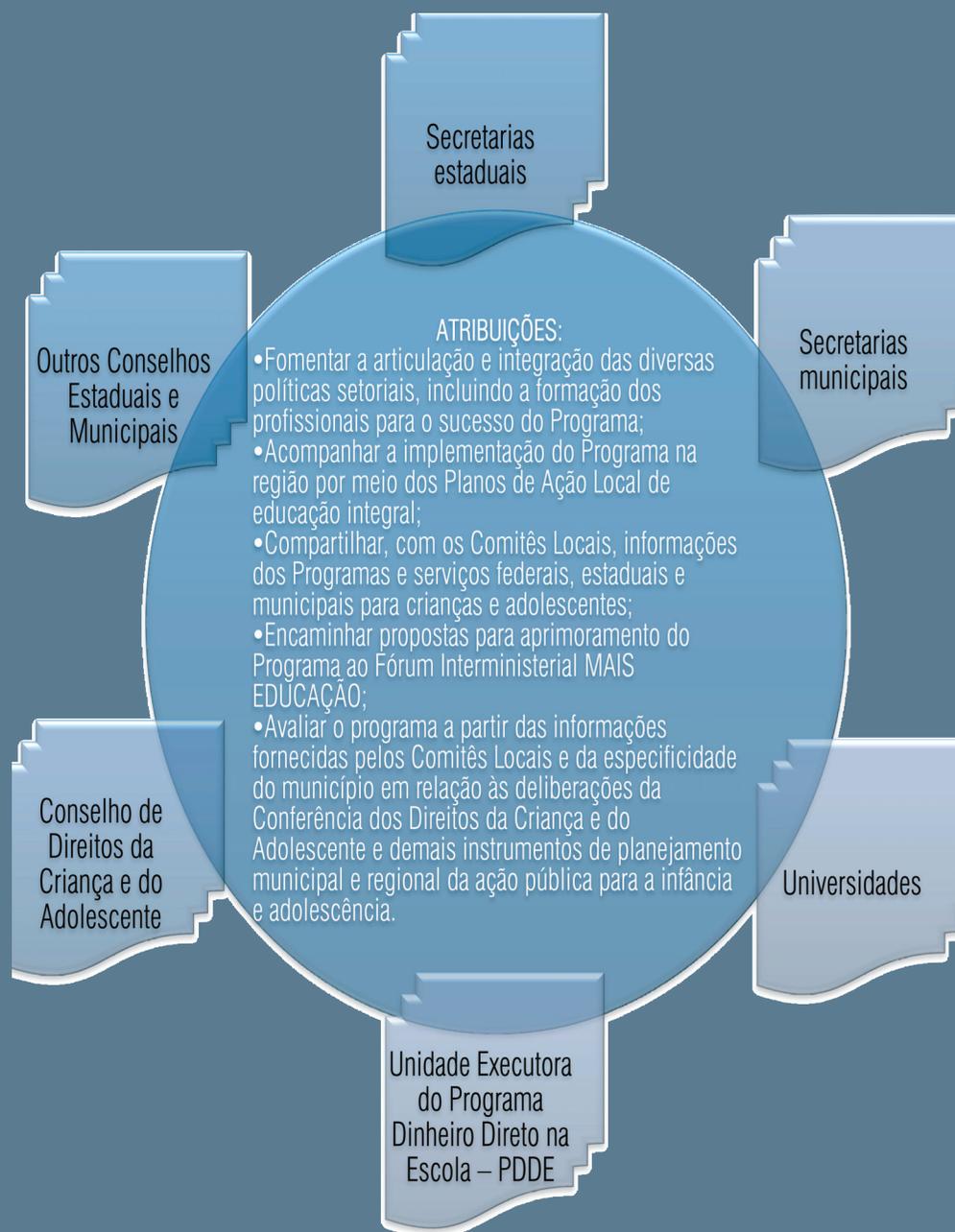
O COMITÊ METROPOLITANO MAIS EDUCAÇÃO

Em **nível metropolitano** a instância de gestão é o Comitê Metropolitano MAIS EDUCAÇÃO, instituído para reunir diferentes atores institucionais. Seu objetivo principal é articular as ações de programas do Governo Federal, bem como de outros programas de atendimento a crianças, adolescentes e jovens em curso em seus territórios e populações, com vistas a ampliar os objetos de conhecimento, os sujeitos ensinantes e aprendentes, o tempo e os espaços educativos. Seu papel será consultivo, propositivo e indutor. Os gestores, ao trabalhar conjuntamente, poderão dar unidade e consistência ao planejamento e execução de ações conectadas capazes de ampliar as oportunidades de desenvolvimento integral de crianças e adolescentes.

Recomenda-se que esse Comitê seja instituído em cada município. Evidentemente a escolha dos critérios para implementação e expansão do Programa nos municípios depende dos instrumentos de planejamento, de produção de informações, de participação popular e de responsabilidades, já assumidas ou previstas em lei específica.

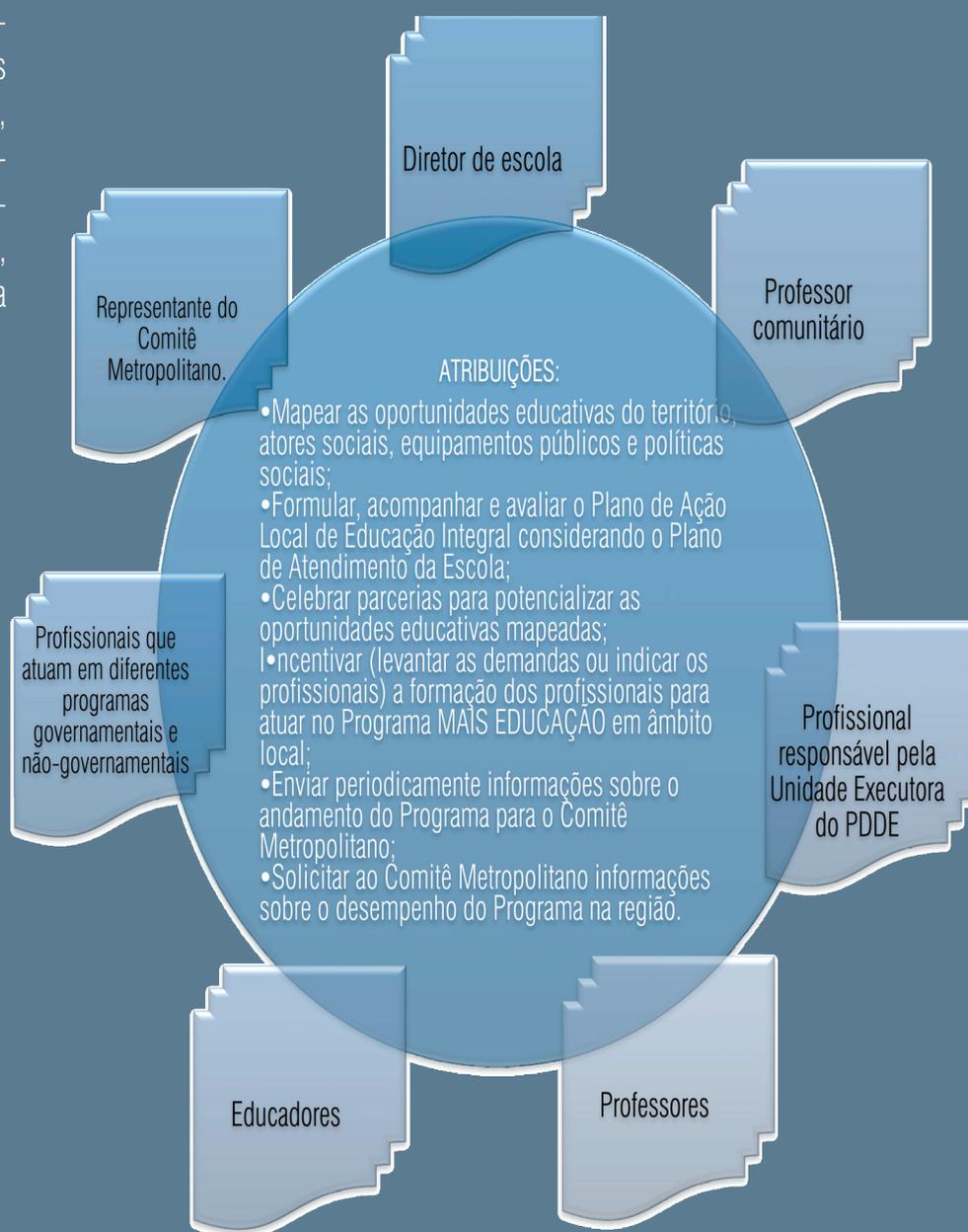
Apenas como exercício, listamos alguns recortes possíveis:

- territoriais, contemplando diferenciações intramunicipais;
- temáticos, a partir de afinidades já existentes entre programas municipais, estaduais e federais já em andamento;
- etários ou pelo ciclo escolar;
- por grupos específicos, como quilombolas, migrantes ou estrangeiros;
- por escolas com baixo IDEB.



O COMITÊ LOCAL MAIS EDUCAÇÃO

Em **nível local**, o Comitê Local MAIS EDUCAÇÃO institui-se com o objetivo de integrar diferentes atores do território para formular e acompanhar o Plano de Ação Local de Educação Integral. Os territórios se constituem a partir do cotidiano das crianças e adolescentes e dos seus acessos às oportunidades de aprendizagem. Partindo das escolas¹ os territórios perpassam os serviços, programas, projetos e equipamentos das políticas de educação, cultura, assistência social, esporte, meio ambiente e ciência e tecnologia.



¹ Em 2008, as escolas foram definidas pelos gestores responsáveis pela rede de ensino estadual e/ou municipal com base no IDEB e em outros indicadores municipais.

IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NO TERRITÓRIO

Devido às afinidades conceituais e operacionais entre o Programa MAIS EDUCAÇÃO, optamos por adaptar a metodologia do Bairro-Escola para colaborar na implementação do Programa nos territórios. A sistematização dessa metodologia, publicada no caderno **Bairro Escola Passo a Passo** (Cidade escola Aprendiz, 2007) trata da Educação Comunitária, onde se explicita uma concepção que traz novos significados para a educação ao aproximar o processo educacional da vida das pessoas numa ligação mais estreita com seu cotidiano.

A Educação Comunitária está baseada em princípios destacados abaixo, que reafirmam a pertinência da educação integral, portanto se alinham ao Programa.



Na mesma direção destes princípios o **Caderno Rede de Saberes**², afirma que [...] *a circulação de saberes e bens culturais pode ser uma operação pedagógica e política, suscetível de instaurar outras formas de organização social, bem como outras visões de aprendizagem estruturadas em noções mais amplas de saberes.* (2008, p.17).

Com o objetivo de criar uma seqüência de procedimentos que oriente os gestores na implementação do Programa nos territórios e que permita que ele articule dimensões pedagógicas, orçamentárias e políticas, apresentamos alguns movimentos para fazer o Programa MAIS EDUCAÇÃO acontecer:

² Este Caderno compõe a Série MAIS EDUCAÇÃO que subsidiam a implementação do Programa.

Construção de Bases Político-Comunitárias

A Educação Integral torna-se mais potente à medida que é entendida como um projeto de cidade¹. Esse entendimento decorre de processos contínuos de negociação, pactuação e acordos formalizados entre todos os envolvidos. A constituição do Comitê Metropolitano inclui processos de negociação e articulação que sustentem sua legitimidade com o poder público local e com diversos setores da sociedade civil.

No âmbito do Programa MAIS EDUCAÇÃO a primeira pactuação, já realizada, foi a assinatura do Compromisso Todos pela Educação, no qual gestores estaduais e municipais comprometem-se a colocar em prática as 28 Diretrizes do Plano de Desenvolvimento da Educação- PDE.

Expansão

Este último passo encerra um ciclo da implementação ao mesmo tempo em que pode inaugurar uma nova experiência. Para que o Programa MAIS EDUCAÇÃO possa ter efetividade é preciso que seja acompanhado pela construção de parâmetros de qualidade e indicadores de resultados, analisados por meios de mecanismos permanentes de monitoramento e avaliação. (Ibidem, p. 29)

A avaliação dos resultados obtidos quanto ao acesso e usufruto das crianças e adolescentes às diversas oportunidades educativas articuladas pelo Programa pode reafirmar suas bases político-comunitárias.

As possibilidades de expansão do Programa também estão fortemente ligadas à análise de informações afetas à qualidade da educação ofertada às crianças e adolescentes; ao bom equacionamento entre meios (recursos humanos, financeiros e técnicos) e fins (melhoria da qualidade da aprendizagem das crianças e adolescentes participantes do Programa).

Este tema certamente será pauta dos Comitês Metropolitanos, assim como dos Comitês Locais que, conjuntamente, podem indicar perspectivas de continuidade, aprimoramento e expansão do Programa MAIS EDUCAÇÃO no Território.

A noção de ação intersectorial traz questões relevantes ao Programa MAIS EDUCAÇÃO, e as respostas coletivas que serão produzidas irão expressar o compromisso efetivo dos gestores públicos com sua responsabilidade de garantir o direito à educação de crianças, adolescentes e jovens, tal como apresentado pelos municípios de Nova Iguaçu, Belo Horizonte, Apucarana etc. À medida que tais respostas forem portadoras de uma nova relação das políticas públicas às demandas de aprendizagem de crianças, adolescentes e jovens – efetivamente mais participativas – o Programa MAIS EDUCAÇÃO estará, de fato, sendo protagonista de uma inovação na gestão educativa.

Identificação de Referências

A sustentabilidade da ação nos territórios se dá também pelo conhecimento de outras experiências, pesquisas, formação continuada dos profissionais que inspiram e subsidiam a implementação e sua sistematização.

Este é um aporte essencial para ser construído no âmbito do Comitê Metropolitano – que conta com a participação de representantes de universidades – e disponibilizado para o conjunto dos profissionais e gestores envolvidos.

Expressão, Comunicação, Mobilização e Disseminação

Do ponto de vista da gestão do Programa MAIS EDUCAÇÃO este é um processo estratégico tanto na implementação quanto na sustentabilidade e aprimoramento do Programa em cada território.

É fundamental que o fluxo de comunicação esteja a serviço da finalidade do programa, o aprendizado compartilhado entre as instâncias federais, metropolitanas e locais. A comunicação neste sentido, não tem mero caráter de controle da ação de um sobre o outro, mas precisa ser pensada como um processo capaz de aperfeiçoar as práticas dos envolvidos – Comitês Locais, Comitê Metropolitano e Fórum Interministerial. *Recomendamos ainda que os saberes gerados pelo Bairro-Escola sejam sistematizados e compartilhados interna e externamente, a fim de que possam subsidiar outras experiências e se aprimorar a interação entre elas.* (Idem, p. 29)

Em seu traço mobilizador, cuidar dos processos de comunicação implica planejar estratégias e produtos de acordo com o público que se pretende mobilizar: outros profissionais, órgãos públicos, famílias, agentes comunitários, jovens da comunidade. *Torna-se fundamental, portanto, que se criem canais de comunicação dinâmicos e interativos [...] para facilitar as conexões, as trocas, o trabalho coletivo e produção de conhecimentos, elementos essenciais para que o Bairro-Escola torne-se parte da cultura e da rotina dessas localidades.* (Ibidem, p. 29)

¹ Para saber sobre esta concepção consulte MOLL, Jaqueline. Reinventar a escola dialogando com a comunidade e com a cidade: Novos Itinerários Educativos. Revista Pátio. Porto Alegre: ARTMED ano IV, n. 24: 58-61, nov/2002 - jan/2003.

Realização do Projeto-Piloto

É fundamental que a implementação do Programa MAIS EDUCAÇÃO em 2008 seja registrada em seus processos de planejamento, execução e avaliação para que sirva de referência tanto para a continuidade no próximo ano, como também forneça “orientações flexíveis e adaptáveis” capazes de inspirar outros municípios que virão a implementá-lo.

A responsabilidade pelo acompanhamento e avaliação do Programa deverá ser compartilhada entre o Comitê Metropolitano e os Comitês Locais, assim como pelo Fórum Interministerial. Por essa razão é indispensável um fluxo de comunicação claro e efetivo.

Mapeamento

O mapeamento é uma estratégia que auxilia na identificação e no reconhecimento dos potenciais educativos do território. Difere-se da idéia de diagnóstico na medida em que é uma busca das presenças e das potências locais, enquanto os diagnósticos são freqüentemente utilizados na identificação de suas carências e fragilidades.

Trata-se de uma nova cultura, forjada a partir desse novo olhar sobre a educação, em que a escola deixa de ser o único espaço educativo, para se tornar catalisadora e articuladora de muitas outras oportunidades de formação. Uma nova forma de pensar e fazer educação. Envolvendo múltiplos espaços e atores, e que se estrutura a partir do trabalho em rede, da gestão participativa e da co-responsabilização. (Aprendiz, 2007, p.14)

Portanto, o mapeamento está orientado pela busca de composições e não de sobreposições; de complementaridades e sinergias educativas e não de competitividade entre as instituições.

Por sua proximidade com o cotidiano das crianças e adolescentes, os participantes do Comitê Local estão mais aptos a realizar o mapeamento das potencialidades educativas dos territórios. A troca de informações entre o Comitê Metropolitano e os Comitês Locais torna-se essencial para que as informações relevantes estejam à disposição de todos.

O Comitê Metropolitano, por sua composição heterogênea e multisetorial, terá condições de visualizar a distribuição das capacidades instaladas nos territórios, numa perspectiva de orientar a melhor distribuição e acesso destas capacidades para o conjunto das experiências em desenvolvimento na região metropolitana.

A participação dos executores dos programas federais, estaduais e/ou municipais no Comitê Metropolitano pode aportar conhecimentos já produzidos nos territórios por meio de metodologias próprias que lançam luz às oportunidades e espaços culturais, esportivos, de educação ambiental etc.

A formalização de parcerias decorrentes dos mapeamentos realizados colabora para a [...] *construção de uma rede de parceiros coesa e diversificada, que se co-responsabiliza pela implantação e sustentabilidade de todo o processo.* (Idem, p. 26)

Construção e Gestão de Trilhas Educativas

Assim como a metodologia proposta no *Caderno Rede de Saberes Mais Educação*, na qual as mandalas inspiram a construção de planos pedagógicos mais dinâmicos e facilitadores das conexões entre os saberes escolares e os saberes da comunidade, a experiência do Bairro Escola propõe a organização do processo pedagógico em forma de trilhas, que expressam igualmente a dinâmica e circulação de saberes presentes nos territórios.

Em ambas as referências, o trabalho do professor comunitário é fundamental para o planejamento, articulação e mobilização dos diversos espaços e agentes educativos envolvidos na realização da educação integral. O professor comunitário em seu papel articulador *deve procurar criar um ambiente agradável de confiança e respeito mútuo entre professores da escola e membros da comunidade.* (LIMA, 2008)

Entendemos a construção dessas mandalas ou trilhas educativas como expressão dos princípios do Programa MAIS EDUCAÇÃO no cotidiano das instituições e dos profissionais. Nesse sentido, a atuação do Comitê Local ganha ainda mais relevância na medida em que a diversidade das oportunidades de aprendizagem do território passa a compor efetivamente um processo educativo.

No *Caderno Rede de Saberes Mais Educação* são apresentadas sugestões facilitadoras destes processos.



The page contains a dense grid of white, cursive handwriting on a green background. The text is highly stylized and repetitive, appearing to be a series of overlapping or mirrored words and phrases. The words are difficult to decipher due to the cursive style and the way they are layered on top of each other. Some legible fragments include "education", "liberalism", "individual", "social", "structure", "culture", "economy", "politics", "religion", "science", "technology", "art", "music", "literature", "philosophy", "history", "geography", "biology", "chemistry", "physics", "mathematics", "medicine", "law", "business", "industry", "agriculture", "environment", "nature", "humanity", "society", "community", "family", "relationships", "communication", "information", "knowledge", "wisdom", "creativity", "innovation", "progress", "development", "growth", "change", "evolution", "revolution", "reform", "transformation", "adaptation", "resilience", "strength", "endurance", "perseverance", "courage", "bravery", "honesty", "integrity", "compassion", "empathy", "kindness", "generosity", "selflessness", "humility", "modesty", "simplicity", "clarity", "focus", "determination", "commitment", "dedication", "passion", "enthusiasm", "optimism", "positivity", "hope", "faith", "belief", "trust", "confidence", "respect", "appreciation", "gratitude", "love", "affection", "care", "support", "encouragement", "inspiration", "motivation", "drive", "ambition", "goals", "dreams", "vision", "purpose", "meaning", "fulfillment", "satisfaction", "happiness", "joy", "peace", "harmony", "balance", "equilibrium", "stability", "security", "protection", "defense", "war", "conflict", "struggle", "fight", "battle", "victory", "triumph", "achievement", "success", "accomplishment", "realization", "fulfillment", "completion", "closure", "resolution", "reconciliation", "forgiveness", "healing", "recovery", "restoration", "renewal", "regeneration", "rebirth", "transformation", "evolution", "progress", "development", "growth", "change", "evolution", "revolution", "reform", "transformation", "adaptation", "resilience", "strength", "endurance", "perseverance", "courage", "bravery", "honesty", "integrity", "compassion", "empathy", "kindness", "generosity", "selflessness", "humility", "modesty", "simplicity", "clarity", "focus", "determination", "commitment", "dedication", "passion", "enthusiasm", "optimism", "positivity", "hope", "faith", "belief", "trust", "confidence", "respect", "appreciation", "gratitude", "love", "affection", "care", "support", "encouragement", "inspiration", "motivation", "drive", "ambition", "goals", "dreams", "vision", "purpose", "meaning", "fulfillment", "satisfaction", "happiness", "joy", "peace", "harmony", "balance", "equilibrium", "stability", "security", "protection", "defense", "war", "conflict", "struggle", "fight", "battle", "victory", "triumph", "achievement", "success", "accomplishment", "realization", "fulfillment", "completion", "closure", "resolution", "reconciliation", "forgiveness", "healing", "recovery", "restoration", "renewal", "regeneration", "rebirth", "transformation".



O Programa MAIS EDUCAÇÃO na escola

Em 2008, o Ministério da Educação destina recursos do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE) para as ações de educação integral por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Os critérios para o recebimento e prestação de contas dos recursos estão normatizados na Resolução nº 19, de 15 de maio de 2008 e as respectivas orientações constam do Manual de Educação Integral, disponível no sítio www.fnde.gov.br.

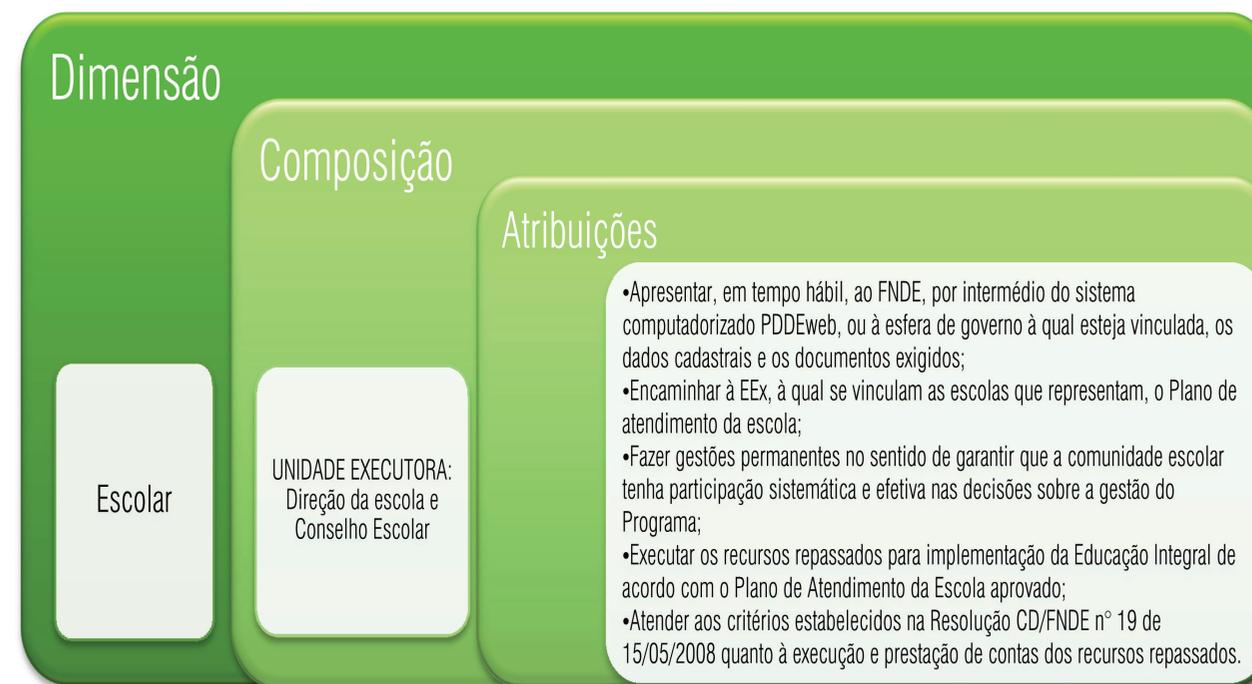
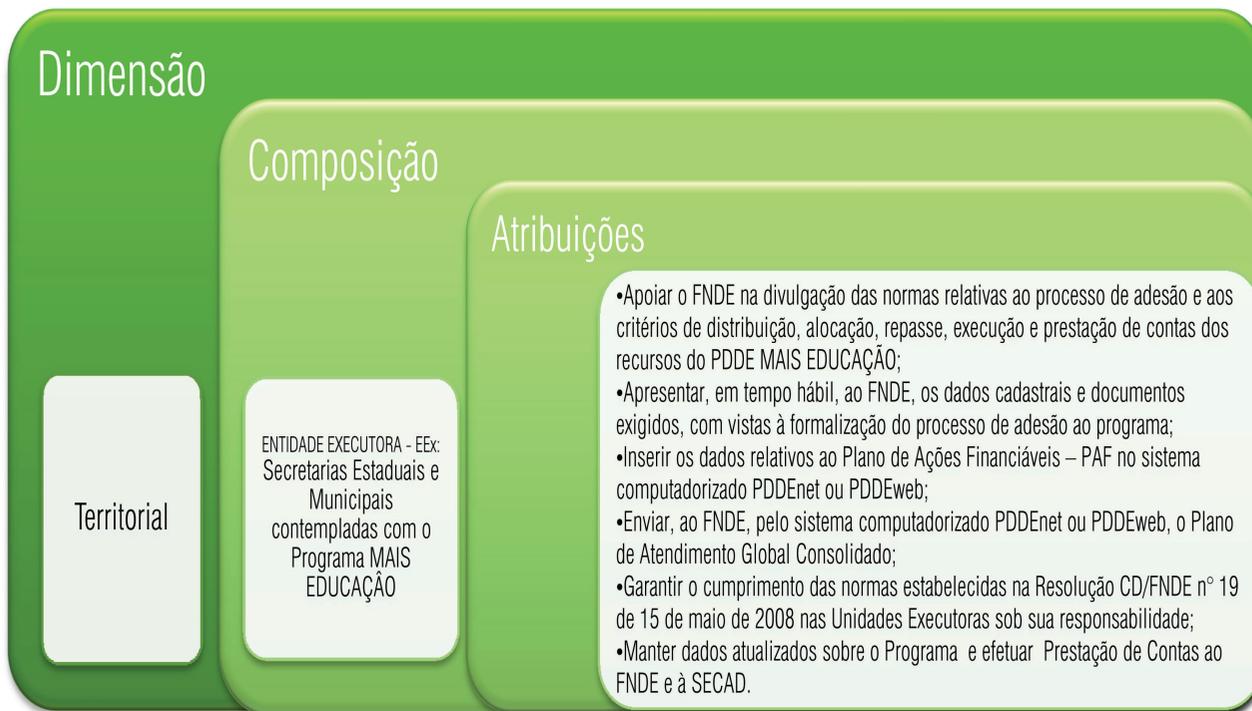
Algumas diretrizes orientam as ações de educação integral que a escola formula:

- compromisso com a busca e criação de oportunidades diversificadas de aprendizagem para as crianças e adolescentes;
- participação ativa das famílias, crianças e profissionais;
- articulação e cooperação entre diversos espaços educativos;
- transparência e publicização dos resultados alcançados.

INSTÂNCIAS DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

As instâncias administrativas para operacionalizar o Programa estão organizadas em três dimensões: nacional, territorial e escolar.





No Programa MAIS EDUCAÇÃO os profissionais diretamente responsáveis pela elaboração e implementação do plano são o diretor da escola, o presidente da unidade executora e o professor comunitário, conforme detalhamento abaixo:

PLANEJAMENTO E FINANCIAMENTO

A liberação dos recursos está condicionada à apresentação do Plano de Atendimento da Escola, conforme fluxo apresentado a seguir.

Vale ressaltar, que a escola terá como referência pedagógica para o seu planejamento, escolha dos macrocampos e articulação com os demais programas, o caderno Rede de Saberes MAIS EDUCAÇÃO. Estas orientações permitem dimensionar e articular os saberes da comunidade e os conteúdos escolares valorizando o Projeto Político-Pedagógico da escola.

Quando a escola compartilha a sua responsabilidade pela educação, ela não perde seu papel de protagonista porque sua ação é necessária e insubstituível. Porém, não é suficiente para dar conta da tarefa da educação integral. (SECAD, 2008, p.X)

Diretor escolar

- É o responsável legal pela escola e por acompanhar e apoiar a gestão do Programa com a equipe constituída. O Programa incentiva o Conselho Deliberativo Escolar para a vivência de processos de participação democrática.

Presidente da Unidade Executora

- **Unidade Executora** é uma entidade representativa do estabelecimento de ensino público, constituída e integrada por membros das comunidades escolar e local (Caixa Escolar, Associação de Pais e Mestres e Conselho Escolar ou similar), registrada na Receita Federal com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem a finalidade de auxiliar a administração da escola e é responsável pela execução financeira dos recursos destinados às ações de educação integral.
- É o responsável legal pela assinatura do termo de compromisso, pela gestão compartilhada dos recursos e pela prestação de contas.

Professor comunitário

- É, preferencialmente, um professor efetivo do corpo docente da escola, indicado pela Unidade Executora. Será responsável pelo planejamento de atividades que integram o Programa MAIS EDUCAÇÃO com a escola regular. Tem como principais atribuições:
- divulgar o Programa, com ações de mobilização de alunos, familiares e pessoas da escola e da comunidade;
- participar das reuniões, formações e eventos realizados pelas secretarias e entidades de apoio;
- participar das reuniões do comitê local;
- contribuir no mapeamento da comunidade e na identificação de parceiros locais para o desenvolvimento das ações, em conjunto com os demais participantes do Comitê Local;
- elaborar e executar o planejamento das atividades no âmbito da escola, apoiado no referencial apresentando no Caderno Redes de Saberes MAIS EDUCAÇÃO;
- planejar e realizar com a equipe ações que proporcionem a criação de vínculos da escola com a comunidade e, em especial, com o jovem, tais como feiras, concursos culturais, festivais, gincanas, dentre outros;
- orientar e auxiliar os oficinairos no preenchimento dos formulários e na elaboração do plano de trabalho;

Assinatura do Termo de Compromisso Todos pela Educação pelo Estado ou Município Gestores estaduais (governadores) ou municipais (prefeitos) Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação Decreto Nº 6.094 de 24 /04/07

Comprovação de situação de regularidade da Entidade Executora junto à União Entidades Executoras do PDDE (Secretarias Estaduais, do Distrito Federal ou Municipais de Educação). Conforme documentação estabelecida no artigo 1º da Resolução/ FNDE/ CDN/ nº 13, de 28/04/08

Escolha das escolas participantes do Programa Mais Educação Secretarias Estaduais, do Distrito Federal ou Municipais de Educação, a partir da lista disponibilizada pela SECAD. Conforme critérios definidos no artigo 13º §1 da Resolução / FNDE/ CDN/ nº 19, de 15/05/08

Definição de crianças e jovens para o Programa Mais Educação, a partir da lista disponibilizada pela SECAD, em conjunto com os gestores locais. • Conforme recomendação da Resolução/ FNDE/ CDN/ nº 13, de 28/04/08, o número de crianças e jovens a serem contratados para o Programa Mais Educação deve ser compatível com o número de vagas disponíveis nas escolas participantes do Programa Mais Educação. • Conforme critérios definidos no artigo 13º §1 da Resolução / FNDE/ CDN/ nº 19, de 15/05/08

PLANEJAMENTO E FINANCIAMENTO

A liberação dos recursos está condicionada à apresentação do Plano de Atendimento da Escola, conforme fluxo apresentado nesta página.

- AÇÕES
- RESPONSÁVEIS
- FINANCIAMENTO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - LEGISLAÇÃO PERTINENTE

Vale ressaltar, que a escola terá como referência pedagógica para o seu planejamento, escolha dos macrocampos e articulação com os

demaís programas, o *Caderno Rede de Saberes MAIS EDUCAÇÃO*. Este permite dimensionar e articular os saberes da comunidade e os conteúdos escolares valorizando o Projeto Político-Pedagógico da escola.

Quando a escola compartilha a sua responsabilidade pela educação, ela não perde seu papel de protagonista porque sua ação é necessária e insubstituível. Porém, não é suficiente para dar conta da tarefa da educação integral. (SECAD, 2008, p.X)

Disponibilização dos recursos para a Unidade Executora ou Entidade Executora FNDE Parcela única anual em favor de cada escola, conforme critérios definidos no artigo 15º da Resolução / FNDE/ CDN/ nº 19, de 15/05/08.

Envio do Plano de Atendimento Global Consolidado ao FNDE Secretaria Estadual ou Secretaria Municipal de Educação Conforme critérios definidos no artigo 14º § 2 e § 3 da Resolução / FNDE/ CDN/ nº 19, de 15/05/08.

Validação dos Planos Consolidados SECAD e FNDE Conforme critérios definidos no artigo 16º inciso III alínea E Resolução / FNDE/ CDN/ nº 19, de 15/05/08.

Definição do número de crianças participantes do Programa Mais Educação na unidade escolar Secretarias Estaduais ou Municipais de Educação, a partir de avaliação conjunta dos gestores das unidades escolares, de acordo com a recomendação indicada no item “Requisitos para o apoio financeiro”, do Manual de Educação Integral disponível no sítio: www.fnde.gov.br. Os critérios definidos no artigo 13º §7 da Resolução / FNDE/ CDN/ nº 19, de 15/05/08, o número de crianças é a referência para o cálculo da aquisição de materiais de consumo e contratação de serviços.

Definição dos macro campos (mínimos de 3 e máximo de 6), de acordo com o projeto político-pedagógico da unidade escolar Profissionais das unidades escolares Conforme critérios definidos no artigo 13º § 2 da Resolução / FNDE/ CDN/ nº 19, de 15/05/08. Os macro campos estão detalhados no Manual de Educação Integral

Composição do número de turmas (de até 30 crianças) em função do número de atividades escolhidas (de 3 a 6 atividades) Profissionais das unidades escolares Conforme critérios sugeridos no Manual de Educação Integral

Definição do número de monitores em função do número de turmas e atividades escolhidas Profissionais das unidades escolares • Conforme critérios definidos no artigo 13º § 6 da Resolução / FNDE/ CDN/ nº 19, de 15/05/08, o número de turmas é referência para o ressarcimento de despesas com transporte e alimentação dos monitores, sendo o valor de referência equivalente a R\$ 48 por turma.
• Conforme Manual de Educação Integral, cada monitor poderá ser responsável por, no máximo, 5 turmas.

Previsão de aquisição de materiais de consumo e kits de materiais básicos, bem como de contratação de serviços Profissionais das unidades escolares • Conforme critérios definidos no artigo 13º § 7 da Resolução / FNDE/ CDN/ nº 19, de 15/05/08, os valores referentes a este item variam de acordo com o número de crianças participantes do Programa Mais Educação. • Conforme recomendação indicada no item “O que são os kits de materiais”, do Manual de Educação Integral disponível no sítio: www.fnde.gov.br

Global
ria
l de
nidos
ução /
08.

Consolidação dos Planos de Atendimento de todas as escolas da rede estadual ou municipal participantes Secretaria Estadual ou Secretaria Municipal de Educação • Para otimização dos recursos para aquisição de materiais, consultar as recomendações do Manual de Educação Integral no item “O que são os kits de materiais”. • Conforme critérios definidos no artigo 14º § 2 da Resolução / FNDE/ CDN/ nº 19, de 15/05/08.

Elaboração dos Planos de Atendimento da Escola, contemplando as definições anteriores Profissionais das unidades escolares e responsável pela adesão, habilitação e prestação de contas do PDDE Conforme critérios definidos no caput do artigo 14º da Resolução / FNDE/ CDN/ nº 19, de 15/05/08.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO CIDADE ESCOLA APRENDIZ. *Bairro-Escola passo a passo*. São Paulo, s.d.

BRASIL. Congresso Nacional. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm.

_____. Lei 8069 de 13 de julho de 1990 – institui o Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, 1990. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm.

_____. Lei 8742 de 07 de dezembro de 1993 – dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm.

_____. Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996 – estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm.

_____. Lei 11494 de 20 de junho de 2007 – regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - Fundeb. Brasília, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11494.htm.

_____. Decreto 6094 de 24 de abril de 2007 – dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação Brasília, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6094.htm.

_____. Portaria normativa interministerial N° 17, de 24 de Abril de 2007 – dispões sobre o Programa MAIS EDUCAÇÃO. Brasília, 2007. Disponível em

BRASIL. Ministério da Educação. Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Brasília, 2007. *O Plano de Desenvolvimento da Educação: Razões, Princípios e Programas*

_____. Ministério da Educação e UNICEF. Aprova Brasil – O Direito de Aprender

_____. Ministério da Educação e UNICEF. Redes de Aprendizagem

_____. Ministério da Educação/ SECAD. Rede de Saberes – Série Mais Educação

_____. Ministério da Educação/ SECAD. Educação Integral – Série Mais Educação

BRASLAVSKY, Cecília. *Dez fatores para uma educação de qualidade para todos no século XXI*. Brasília: Unesco, 2004.

BRONZO, Carla e VEIGA, Laura. Intersetorialidade e políticas de superação da pobreza: desafios para a prática. *Revista Serviço Social e Sociedade*. Ano XXVIII, n° 92, Novembro de 2007.

BRUGUÉ, Q.; GOMÀ, R. La Dimension local del bienestar social: el marco conceptual. In: _____ *Gobiernos locales y políticas públicas*. Barcelona: Ariel, 1998.

CADERNOS CENPEC Educação Integral. Ano I, Número 2, 2006.

CENPEC. *Seminário Tecendo Redes para Educação Integral*. São Paulo, 2006.

CARPIM, Thaís Regina Pavez, Políticas públicas e ampliação de capital social em comunidades segregadas: o programa

Santo André Mais Igual. 2005.118f.

CKAGNAZAROFF, I. B., MOTA, N. R. Considerações sobre a relação entre descentralização e intersetorialidade como estratégias de modernização de prefeituras municipais. *Economia e Gestão*, Belo Horizonte, v.3, n.6, p.23-41, 2003.

COSTA, Maria Alice Nunes. Sinergia e capital social na construção de políticas sociais: a favela da mangueira no Rio de Janeiro, *Revista Sociologia e Política*, Nov 2003, n° 21, p.147-163. ISSN 0104-4478.

GOUVEIA, Maria Júlia Azevedo. *Educação integral com a infância e juventude*. In: Cadernos Cenpec/Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária, *Educação Integral*, n° 2 (2006), p. 77, São Paulo: CENPEC, 2006.

JUNQUEIRA, L.A. P; INOJOSA, R. M. e KOMATSU, S. *Descentralização e Intersectorialidade na Gestão Pública Municipal no Brasil: a experiência de Fortaleza*. Trabalho apresentado no XI Concurso de Ensayos del CLAD “El Tránsito de la Cultura Burocrática al Modelo de la Gerencia Pública: Perspectivas, Posibilidades y Limitaciones”. Caracas, 1997. Pesquisado no endereço: <http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/CLAD/UN-PAN003743.pdf>

KOGA. Dirce. A incorporação da topografia social no processo de gestão de políticas públicas locais. IX Congreso Internacional del CLAD sobre La Reforma Del Estado y La Administración Pública, Madrid, Espana, 2-5 nov/2004.

LIMA, Sueli. Caderno Rede de Saberes Mais Educação. Brasília: MEC/SECAD:2008.

MOLL, Jaqueline. *A Cidade Educadora como possibilidade – apontamentos*. In TOLEDO, Leslie; FLORES, Maria Luiza; CONZATTI, Marli. (orgs.). *Cidade Educadora: a experiência de Porto Alegre*. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 2004.

MONLEVADE, J. A. Para Entender o FUNDEB. Ceilândia: Idéa, 2007.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Convenção sobre os direitos da criança*. Brasília, 2004. Disponível em: www.onu-brasil.org.br/doc_crianca.php.

SEDA, Edson. *A criança, o índio, a cidadania: Estatuto da Criança e do Adolescente comentado para os cidadãos das comunidades, urbanas, rurais e indígenas*. Rio de Janeiro: Adês, 2005. Disponível em: <http://www.edsonseada.com.br/acrianindi.doc>.

SOARES, Sergei e SÁTYRO, Natália. *O impacto da infra-estrutura escolar na taxa de distorção idade-série das escolas brasileiras de ensino fundamental – 1998 a 2005*. IPEA: Textos para discussão 1338, Rio de Janeiro, maio de 2008.

SPOSATI, Aldaíza. *Gestão pública intersectorial: sim ou não? Comentários de experiência*. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, v.27, n.85, mar. 2006. Cortez Editora, São Paulo, 2006

Sites:

<http://www.inep.gov.br>

<http://portal.mec.gov.br>

<http://www.brasil.gov.br>

distinct social
matters!

the same

the same

the same

the same

the same

ANEXOS

IDEBs OBSERVADOS EM 2005-2007 E PROJEÇÕES A PARA REDE ESTADUAL E REDE MUNICIPAL¹

IDEBs observados em 2005-2007 e Metas para rede Estadual - ACRE										
Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	3,3	3,8	3,5	3,8	4,2	4,5	4,8	5,1	5,4	5,7
Anos Finais do Ensino Fundamental	3,5	3,8	3,5	3,7	4	4,4	4,7	5	5,3	5,5
	3	3,3	3	3,1	3,3	3,5	3,9	4,3	4,6	4,8
IDEBs observados em 2005-2007 e Metas para rede Municipal - RIO BRANCO										
Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	4,1	4,4	4,2	4,5	5	5,2	5,5	5,8	6	6,3
Anos Finais do Ensino Fundamental	2,8	-	2,8	3	3,3	3,7	4	4,3	4,6	4,8

Fonte: Saeb, Prova Brasil e Censo Escolar

IDEBs observados em 2005-2007 e Metas para rede Estadual - ALAGOAS										
Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	2,9	3,3	3	3,3	3,7	4	4,3	4,6	4,9	5,2
Anos Finais do Ensino Fundamental	2,5	2,7	2,5	2,7	2,9	3,3	3,7	4	4,2	4,5
Ensino Médio	2,8	2,6	2,8	2,9	3,1	3,3	3,7	4,1	4,4	4,6
IDEBs observados em 2005-2007 e Metas para rede Municipal - MACEIO										
Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	3,1	3,6	3,2	3,5	4	4,2	4,5	4,8	5,1	5,4
Anos Finais do Ensino Fundamental	2,3	2,5	2,3	2,5	2,8	3,3	3,7	3,9	4,2	4,5

Fonte: Saeb, Prova Brasil e Censo Escolar

¹ Referentes aos 54 municípios do Programa MAIS EDUCAÇÃO em 2008

IDEBs observados em 2005-2007 e Metas para rede Estadual - AMAZONAS										
Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	3,3	3,9	3,4	3,7	4,1	4,4	4,7	5	5,3	5,6
Anos Finais do Ensino Fundamental	2,7	3,3	2,7	2,8	3,1	3,5	3,9	4,1	4,4	4,7
Ensino Médio	2,3	2,8	2,3	2,4	2,5	2,8	3,1	3,5	3,8	4
IDEBs observados em 2005-2007 e Metas para rede Municipal - MANAUS										
Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	3,5	3,5	3,6	3,9	4,3	4,6	4,9	5,2	5,5	5,8
Anos Finais do Ensino Fundamental	2,6	2,8	2,6	2,8	3	3,4	3,8	4,1	4,3	4,6
IDEBs observados em 2005-2007 e Metas para a rede estadual - Manaus										
Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	3,7	4	3,8	4,1	4,5	4,8	5,1	5,4	5,6	5,9
Anos Finais do Ensino Fundamental	2,8	3,3	2,8	3	3,3	3,7	4	4,3	4,6	4,8

Fonte: Saeb, Prova Brasil e Censo Escolar

IDEBs observados em 2005-2007 e Metas para rede Estadual - AMAPÁ										
Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	3,1	3	3,2	3,5	3,9	4,2	4,5	4,8	5,1	5,4
Anos Finais do Ensino Fundamental	3,5	3,4	3,5	3,7	4	4,4	4,7	5	5,2	5,5
Ensino Médio	2,7	2,7	2,7	2,8	3	3,2	3,6	4	4,3	4,5
IDEBs observados em 2005-2007 e Metas para rede Municipal - MACAPÁ										
Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	3,4	3,5	3,5	3,8	4,2	4,5	4,8	5,1	5,4	5,7
Anos Finais do Ensino Fundamental	3,1	3,6	3,1	3,3	3,6	4	4,3	4,6	4,9	5,1

Fonte: Saeb, Prova Brasil e Censo Escolar

IDEBs observados em 2005-2007 e Metas para rede Estadual - BAHIA										
Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	2,6	2,6	2,7	3,1	3,5	3,8	4	4,3	4,7	5
Anos Finais do Ensino Fundamental	2,6	2,7	2,7	2,8	3,1	3,5	3,9	4,2	4,4	4,7
Ensino Médio	2,7	2,8	2,7	2,8	3	3,3	3,6	4,1	4,3	4,5
IDEBs observados em 2005-2007 e Metas para rede Municipal - SALVADOR										
Ensino Fundamental	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	2,8	3,8	2,8	3,2	3,6	3,9	4,2	4,5	4,8	5,1
Anos Finais do Ensino Fundamental	2,2	2,4	2,3	2,5	2,8	3,3	3,7	4	4,2	4,5

Fonte: Saeb, Prova Brasil e Censo Escolar

IDEBs observados em 2005-2007 e Metas para rede Estadual - CEARÁ										
Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	3,2	3,5	3,2	3,6	4	4,3	4,6	4,9	5,2	5,5
Anos Finais do Ensino Fundamental	2,8	3,4	2,8	2,9	3,2	3,6	4	4,3	4,5	4,8
Ensino Médio	3	3,1	3	3,1	3,2	3,5	3,9	4,3	4,5	4,8

IDEBs observados em 2005-2007 e Metas para rede Municipal - FORTALEZA										
Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	3,2	3,4	3,3	3,6	4	4,3	4,6	4,9	5,2	5,5
Anos Finais do Ensino Fundamental	2,5	2,7	2,6	2,7	3,1	3,5	3,9	4,2	4,4	4,7

IDEBs observados em 2005-2007 e Metas para rede Municipal - CAUCAIA										
Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	3,3	3,9	3,3	3,7	4,1	4,4	4,6	4,9	5,2	5,5
Anos Finais do Ensino Fundamental	3,3	3,7	3,3	3,4	3,7	4,1	4,5	4,8	5	5,3

IDEBs observados em 2005-2007 e Metas para rede Municipal - MARACANAÚ										
Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	3,9	3,8	3,9	4,3	4,7	5	5,2	5,5	5,8	6,1
Anos Finais do Ensino Fundamental	3	3,6	3	3,1	3,4	3,8	4,2	4,5	4,7	5

Fonte: Saeb, Prova Brasil e Censo Escolar

IDEBs observados em 2005-2007 e Metas para rede Estadual - DISTRITO FEDERAL										
Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	4,4	4,8	4,5	4,9	5,3	5,5	5,8	6	6,3	6,5
Anos Finais do Ensino Fundamental	3,3	3,5	3,3	3,4	3,7	4,1	4,5	4,8	5	5,3
Ensino Médio	3	3,2	3	3,1	3,3	3,6	3,9	4,4	4,6	4,8

Fonte: Saeb e Censo Escolar.

IDEBs observados em 2005-2007 e Metas para rede Estadual - ESPÍRITO SANTO										
Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	3,7	4,1	3,8	4,2	4,6	4,9	5,2	5,4	5,7	6
Anos Finais do Ensino Fundamental	3,5	3,6	3,6	3,7	4	4,4	4,8	5	5,3	5,5
Ensino Médio	3,1	3,2	3,1	3,2	3,4	3,6	4	4,4	4,7	4,9
IDEBs observados em 2005-2007 e Metas para rede Municipal - VITÓRIA										
Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	4,1	4,2	4,2	4,5	4,9	5,2	5,5	5,7	6	6,2
Anos Finais do Ensino Fundamental	3,5	3,6	3,5	3,6	3,9	4,3	4,7	4,9	5,2	5,5

Fonte: Saeb, Prova Brasil e Censo Escolar

IDEBs observados em 2005-2007 e Metas para rede Estadual - GOIÁS										
Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	3,9	4,3	4	4,3	4,7	5	5,3	5,6	5,8	6,1
Anos Finais do Ensino Fundamental	3,3	3,4	3,3	3,5	3,7	4,1	4,5	4,8	5	5,3
Ensino Médio	2,9	2,8	2,9	3	3,2	3,4	3,8	4,2	4,4	4,7
IDEBs observados em 2005-2007 e Metas para rede Municipal - GOIANIA										
Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	3,9	4,2	3,9	4,3	4,7	5	5,3	5,5	5,8	6,1
Anos Finais do Ensino Fundamental	2,9	3,3	2,9	3,1	3,3	3,7	4,1	4,4	4,7	4,9

Fonte: Saeb, Prova Brasil e Censo Escolar

IDEBs observados em 2005-2007 e Metas para rede Estadual - MARANHÃO										
Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	3,2	3,3	3,3	3,6	4	4,3	4,6	4,9	5,2	5,5
Anos Finais do Ensino Fundamental	3,2	3,4	3,2	3,4	3,6	4,1	4,4	4,7	5	5,2
Ensino Médio	2,4	2,8	2,5	2,6	2,7	3	3,3	3,7	4	4,2
IDEBs observados em 2005-2007 e Metas para rede Municipal - SAO LUIS										
Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	3,6	4	3,6	4	4,4	4,7	5	5,2	5,5	5,8
Anos Finais do Ensino Fundamental	2,9	3,5	2,9	3	3,3	3,7	4,1	4,3	4,6	4,9

Fonte: Saeb, Prova Brasil e Censo Escolar

IDEBs observados em 2005-2007 e Metas para rede Estadual - MINAS GERAIS										
Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	4,9	4,9	5,1	5,4	5,7	6	6,2	6,5	6,7	6,9
Anos Finais do Ensino Fundamental	3,6	3,7	3,6	3,8	4	4,4	4,8	5,1	5,3	5,6
Ensino Médio	3,4	3,5	3,5	3,6	3,7	4	4,4	4,8	5	5,3
IDEBs observados em 2005-2007 e Metas para rede Municipal - BELO HORIZONTE										
Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	4,6	4,4	4,6	5	5,4	5,6	5,9	6,1	6,4	6,6
Anos Finais do Ensino Fundamental	3,7	3,4	3,7	3,8	4,1	4,5	4,9	5,1	5,4	5,6
IDEBs observados em 2005-2007 e Metas para rede Municipal - BETIM										
Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	4,5	4,5	4,6	4,9	5,3	5,6	5,8	6,1	6,3	6,6
Anos Finais do Ensino Fundamental	3,9	4,3	4	4,1	4,4	4,8	5,1	5,4	5,6	5,9
IDEBs observados em 2005-2007 e Metas para a rede estadual - Betim										
Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	4,3	4,6	4,4	4,7	5,1	5,4	5,7	5,9	6,2	6,4
Anos Finais do Ensino Fundamental	3,4	3,6	3,5	3,6	3,9	4,3	4,7	4,9	5,2	5,4
IDEBs observados em 2005-2007 e Metas para rede Municipal - CONTAGEM										
Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	4,7	4,4	4,7	5,1	5,5	5,7	6	6,2	6,5	6,7
Anos Finais do Ensino Fundamental	3,7	4,3	3,7	3,9	4,1	4,5	4,9	5,2	5,4	5,7
IDEBs observados em 2005-2007 e Metas para rede Municipal - RIBEIRAO DAS NEVES										
Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	4,3	3,8	4,3	4,7	5,1	5,3	5,6	5,9	6,1	6,4
Anos Finais do Ensino Fundamental	3,5	3,6	3,5	3,7	4	4,4	4,7	5	5,2	5,5

Fonte: Saeb, Prova Brasil e Censo Escolar

IDEBs observados em 2005-2007 e Metas para rede Estadual - MATO GROSSO										
Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	3,6	4,4	3,6	4	4,4	4,7	5	5,2	5,5	5,8
Anos Finais do Ensino Fundamental	2,9	3,6	2,9	3,1	3,3	3,7	4,1	4,4	4,6	4,9
Ensino Médio	2,6	3	2,6	2,7	2,9	3,1	3,5	3,9	4,2	4,4
IDEBs observados em 2005-2007 e Metas para rede Municipal - CUIABA										
Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	3,7	4,1	3,7	4,1	4,5	4,8	5	5,3	5,6	5,9
Anos Finais do Ensino Fundamental	3,2	3,5	3,2	3,3	3,6	4	4,4	4,7	4,9	5,2
IDEBs observados em 2005-2007 e Metas para a rede municipal - Alta Floresta										
Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	4	4,6	4	4,4	4,8	5,1	5,3	5,6	5,9	6,1
Anos Finais do Ensino Fundamental	3	3,8	3	3,2	3,4	3,9	4,2	4,5	4,8	5

Fonte: Saeb, Prova Brasil e Censo Escolar

IDEBs observados em 2005-2007 e Metas para rede Estadual - MATO GROSSO DO SUL										
Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	3,2	4	3,3	3,6	4	4,3	4,6	4,9	5,2	5,5
Anos Finais do Ensino Fundamental	2,9	3,5	3	3,1	3,4	3,8	4,2	4,4	4,7	5
Ensino Médio	2,8	3,4	2,9	3	3,2	3,4	3,8	4,2	4,5	4,7
IDEBs observados em 2005-2007 e Metas para rede Municipal - CAMPO GRANDE										
Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	4,2	5,1	4,3	4,6	5	5,3	5,6	5,8	6,1	6,3
Anos Finais do Ensino Fundamental	3,7	4,5	3,8	3,9	4,2	4,6	5	5,2	5,5	5,7

Fonte: Saeb, Prova Brasil e Censo Escolar

IDEBS observados em 2005-2007 e Metas para rede Estadual - PARÁ										
Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	2,8	2,8	2,9	3,2	3,6	3,9	4,2	4,5	4,8	5,1
Anos Finais do Ensino Fundamental	3,1	2,9	3,2	3,3	3,6	4	4,4	4,6	4,9	5,2
Ensino Médio	2,6	2,3	2,7	2,7	2,9	3,2	3,5	4	4,2	4,4
IDEBS observados em 2005-2007 e Metas para rede Municipal - BELEM										
Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	3	3,4	3,1	3,4	3,8	4,1	4,4	4,7	5	5,3
Anos Finais do Ensino Fundamental	3,1	3,2	3,1	3,3	3,6	4	4,3	4,6	4,9	5,1
IDEBS observados em 2005-2007 e Metas para rede Municipal - ANANINDEUA										
Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	3,3	3,4	3,4	3,8	4,2	4,5	4,7	5	5,3	5,6
Anos Finais do Ensino Fundamental	3,6	3,7	3,7	3,8	4,1	4,5	4,9	5,1	5,4	5,6
IDEBS observados em 2005-2007 e Metas para a rede estadual - ANANINDEUA										
Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	3,1	2,8	3,2	3,5	3,9	4,2	4,5	4,8	5,1	5,4
Anos Finais do Ensino Fundamental	3,3	3,1	3,4	3,5	3,8	4,2	4,6	4,8	5,1	5,3
IDEBS observados em 2005-2007 e Metas para a rede municipal - Paragominas										
Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	3,2	3,5	3,3	3,6	4	4,3	4,6	4,9	5,2	5,5
Anos Finais do Ensino Fundamental	2,9	3,1	2,9	3	3,3	3,7	4,1	4,4	4,6	4,9

Fonte: Saeb, Prova Brasil e Censo Escolar

IDEBS observados em 2005-2007 e Metas para rede Estadual - PIAUÍ										
Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	2,6	3,2	2,6	2,9	3,3	3,6	3,9	4,2	4,5	4,8
Anos Finais do Ensino Fundamental	2,6	3,1	2,7	2,8	3,1	3,5	3,8	4,1	4,4	4,7
Ensino Médio	2,3	2,5	2,3	2,4	2,6	2,8	3,2	3,6	3,8	4,1
IDEBS observados em 2005-2007 e Metas para rede Municipal - TERESINA										
Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	4,2	4,4	4,3	4,6	5	5,3	5,6	5,8	6,1	6,4
Anos Finais do Ensino Fundamental	3,9	3,9	3,9	4,1	4,4	4,8	5,1	5,4	5,6	5,9

Fonte: Saeb, Prova Brasil e Censo Escolar

IDEBs observados em 2005-2007 e Metas para rede Estadual - PARAÍBA										
Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	3	3,5	3,1	3,4	3,8	4,1	4,4	4,7	5	5,3
Anos Finais do Ensino Fundamental	2,5	2,8	2,6	2,7	3	3,4	3,7	4	4,3	4,5
Ensino Médio	2,6	2,9	2,7	2,7	2,9	3,2	3,5	4	4,2	4,4

IDEBs observados em 2005-2007 e Metas para rede Municipal - JOAO PESSOA										
Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	2,9	3,5	3	3,3	3,7	4	4,3	4,6	4,9	5,2
Anos Finais do Ensino Fundamental	2,4	3	2,5	2,6	2,9	3,4	3,8	4	4,3	4,6

Fonte: Saeb, Prova Brasil e Censo Escolar

IDEBs observados em 2005-2007 e Metas para rede Estadual - PERNAMBUCO										
Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	3,1	3,5	3,2	3,5	3,9	4,2	4,5	4,8	5,1	5,4
Anos Finais do Ensino Fundamental	2,4	2,5	2,4	2,6	2,8	3,3	3,6	3,9	4,2	4,5
Ensino Médio	2,7	2,7	2,7	2,8	3	3,2	3,6	4	4,3	4,5

IDEBs observados em 2005-2007 e Metas para rede Municipal - RECIFE										
Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	3,2	3,8	3,2	3,6	4	4,3	4,6	4,9	5,2	5,5
Anos Finais do Ensino Fundamental	2,8	2,5	2,8	3	3,3	3,6	4	4,3	4,6	4,8

IDEBs observados em 2005-2007 e Metas para rede Municipal - JABOATAO DO GUARARAPES										
Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	2,8	3,1	2,9	3,2	3,6	3,9	4,2	4,5	4,8	5,1
Anos Finais do Ensino Fundamental	2,6	2,8	2,6	2,7	3	3,4	3,8	4	4,3	4,6

IDEBs observados em 2005-2007 e Metas para rede Municipal - OLINDA										
Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	3,1	3,1	3,2	3,5	3,9	4,2	4,5	4,8	5,1	5,4
Anos Finais do Ensino Fundamental	2,4	2,4	2,4	2,6	2,9	3,3	3,7	4	4,2	4,5

IDEBs observados em 2005-2007 e Metas para rede Municipal - PAULISTA										
Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	3,3	3,2	3,4	3,7	4,1	4,4	4,7	5	5,3	5,6
Anos Finais do Ensino Fundamental	2,7	2,5	2,8	2,9	3,2	3,6	3,9	4,2	4,5	4,7

Fonte: Saeb, Prova Brasil e Censo Escolar

IDEBs observados em 2005-2007 e Metas para rede Estadual - PARANÁ										
Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	5	5,2	5	5,4	5,7	6	6,2	6,5	6,7	6,9
Anos Finais do Ensino Fundamental	3,3	4	3,3	3,5	3,8	4,2	4,5	4,8	5,1	5,3
Ensino Médio	3,3	3,7	3,3	3,4	3,6	3,9	4,2	4,6	4,9	5,1
IDEBs observados em 2005-2007 e Metas para rede Municipal - CURITIBA										
Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	4,7	5,1	4,8	5,1	5,5	5,7	6	6,2	6,5	6,7
Anos Finais do Ensino Fundamental	4,2	4,2	4,2	4,3	4,6	5	5,4	5,6	5,8	6,1
IDEBs observados em 2005-2007 e Metas para a rede estadual - Curitiba										
Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental (municipal)	4,7	5,1	4,8	5,1	5,5	5,7	6	6,2	6,5	6,7
Anos Finais do Ensino Fundamental	3,6	4,1	3,7	3,8	4,1	4,5	4,9	5,1	5,4	5,6
IDEBs observados em 2005-2007 e Metas para rede Municipal - COLOMBO										
Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	4,1	4,4	4,2	4,5	4,9	5,2	5,4	5,7	6	6,2
Anos Finais do Ensino Fundamental	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IDEBs observados em 2005-2007 e Metas para rede estadual Colombo										
Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental (municipal)										
Anos Finais do Ensino Fundamental	3,2	3,5	3,2	3,3	3,6	4	4,4	4,7	4,9	5,2
IDEBs observados em 2005-2007 e Metas para rede Municipal - SAO JOSE DO PINHAIS										
Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	4,3	4,7	4,3	4,7	5,1	5,3	5,6	5,9	6,1	6,4
Anos Finais do Ensino Fundamental	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IDEBs observados em 2005-2007 e Metas para a rede estadual - São José dos Pinhais										
Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental (municipal)										
Anos Finais do Ensino Fundamental	3,5	3,8	3,5	3,6	3,9	4,3	4,7	5	5,2	5,5

Fonte: Saeb, Prova Brasil e Censo Escolar

IDEBS observados em 2005-2007 e Metas para rede Estadual - RIO DE JANEIRO										
Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	4	5,1	4	4,4	4,8	5,1	5,3	5,6	5,9	6,1
Anos Finais do Ensino Fundamental	2,5	2,5	2,6	2,8	3,2	3,6	4,1	4,3	4,6	4,9
Ensino Médio	2,8	2,8	2,8	2,9	3,1	3,3	3,7	4,1	4,4	4,6
IDEBS observados em 2005-2007 e Metas para rede Municipal - RIO DE JANEIRO										
Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	4,2	4,5	4,3	4,6	5,1	5,3	5,6	5,9	6,1	6,4
Anos Finais do Ensino Fundamental	3,7	4,3	3,8	3,9	4,2	4,6	5	5,2	5,5	5,7
IDEBS observados em 2005-2007 e Metas para rede Municipal - BELFORD ROXO										
Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	3,5	3,6	3,5	3,9	4,3	4,6	4,9	5,1	5,4	5,7
Anos Finais do Ensino Fundamental	2,7	2,7	2,7	2,8	3,1	3,5	3,9	4,1	4,4	4,7
IDEBS observados em 2005-2007 e Metas para rede Municipal - DUQUE DE CAXIAS										
Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	3,3	3,7	3,4	3,7	4,2	4,4	4,7	5	5,3	5,6
Anos Finais do Ensino Fundamental	2,5	2,7	2,5	2,7	3	3,4	3,7	4	4,3	4,6
IDEBS observados em 2005-2007 e Metas para rede Municipal - MAGE										
Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	3,3	3,6	3,3	3,7	4,1	4,4	4,7	5	5,2	5,5
Anos Finais do Ensino Fundamental	3	3,3	3	3,2	3,4	3,8	4,2	4,5	4,7	5
IDEBS observados em 2005-2007 e Metas para rede Municipal - NITEROI										
Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	3,9	4,4	4	4,3	4,7	5	5,3	5,5	5,8	6,1
Anos Finais do Ensino Fundamental	3,8	3,8	3,8	4	4,3	4,7	5	5,3	5,5	5,8

IDEBS observados em 2005-2007 e Metas para rede Estadual - RIO DE JANEIRO										
Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	4	5,1	4	4,4	4,8	5,1	5,3	5,6	5,9	6,1
Anos Finais do Ensino Fundamental	2,5	2,5	2,6	2,8	3,2	3,6	4,1	4,3	4,6	4,9
Ensino Médio	2,8	2,8	2,8	2,9	3,1	3,3	3,7	4,1	4,4	4,6
IDEBS observados em 2005-2007 e Metas para rede Municipal - RIO DE JANEIRO										
Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	4,2	4,5	4,3	4,6	5,1	5,3	5,6	5,9	6,1	6,4
Anos Finais do Ensino Fundamental	3,7	4,3	3,8	3,9	4,2	4,6	5	5,2	5,5	5,7
IDEBS observados em 2005-2007 e Metas para rede Municipal - BELFORD ROXO										
Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	3,5	3,6	3,5	3,9	4,3	4,6	4,9	5,1	5,4	5,7
Anos Finais do Ensino Fundamental	2,7	2,7	2,7	2,8	3,1	3,5	3,9	4,1	4,4	4,7
IDEBS observados em 2005-2007 e Metas para rede Municipal - DUQUE DE CAXIAS										
Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	3,3	3,7	3,4	3,7	4,2	4,4	4,7	5	5,3	5,6
Anos Finais do Ensino Fundamental	2,5	2,7	2,5	2,7	3	3,4	3,7	4	4,3	4,6
IDEBS observados em 2005-2007 e Metas para rede Municipal - MAGE										
Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	3,3	3,6	3,3	3,7	4,1	4,4	4,7	5	5,2	5,5
Anos Finais do Ensino Fundamental	3	3,3	3	3,2	3,4	3,8	4,2	4,5	4,7	5
IDEBS observados em 2005-2007 e Metas para rede Municipal - NITEROI										
Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	3,9	4,4	4	4,3	4,7	5	5,3	5,5	5,8	6,1
Anos Finais do Ensino Fundamental	3,8	3,8	3,8	4	4,3	4,7	5	5,3	5,5	5,8

IDEBS observados em 2005-2007 e Metas para rede Municipal - NOVA IGUACU										
Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	3,6	3,9	3,7	4	4,4	4,7	5	5,3	5,6	5,8
Anos Finais do Ensino Fundamental	3,5	3,6	3,5	3,7	3,9	4,3	4,7	5	5,2	5,5
IDEBS observados em 2005-2007 e Metas para rede Municipal - SAO GONCALO										
Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	3,8	3,8	3,8	4,2	4,6	4,9	5,1	5,4	5,7	6
Anos Finais do Ensino Fundamental	2,9	3,4	3	3,1	3,4	3,8	4,2	4,5	4,7	5
IDEBS observados em 2005-2007 e Metas para rede Municipal - SAO JOAO DE MERITI										
Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	3,7	3,6	3,8	4,1	4,5	4,8	5,1	5,4	5,6	5,9
Anos Finais do Ensino Fundamental	2,6	2,5	2,7	2,8	3,1	3,5	3,8	4,1	4,4	4,6
IDEBS observados em 2005-2007 e Metas para a rede estadual - São João de Meriti										
Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	3,2	3,3	3,3	3,6	4	4,3	4,6	4,9	5,2	5,5
Anos Finais do Ensino Fundamental	3	2,7	3	3,2	3,4	3,8	4,2	4,5	4,7	5
IDEBS observados em 2005-2007 e Metas para a rede estadual - Duque de Caxias										
Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	3,1	3,2	3,2	3,5	3,9	4,2	4,5	4,8	5,1	5,4
Anos Finais do Ensino Fundamental	3	2,7	3	3,1	3,4	3,8	4,2	4,5	4,7	5
IDEBS observados em 2005-2007 e Metas para a rede estadual - Magé										
Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	3,8	4,1	3,9	4,2	4,6	4,9	5,2	5,5	5,7	6
Anos Finais do Ensino Fundamental	3,2	2,6	3,3	3,4	3,7	4,1	4,5	4,7	5	5,3

IDEBs observados em 2005-2007 e Metas para a rede estadual - Campo dos Goytacazes										
Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	3,4	3,4	3,5	3,9	4,3	4,6	4,8	5,1	5,4	5,7
Anos Finais do Ensino Fundamental	2,9	2,9	2,9	3,1	3,3	3,7	4,1	4,4	4,6	4,9
IDEBs observados em 2005-2007 e Metas para a rede estadual - Itaboraí										
Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	3,5	3,5	3,5	3,9	4,3	4,6	4,9	5,1	5,4	5,7
Anos Finais do Ensino Fundamental	3	3,8	3	3,1	3,4	3,8	4,2	4,4	4,7	5
IDEBs observados em 2005-2007 e Metas para a rede estadual - Petrópolis										
Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	4,1	3,5	4,2	4,5	4,9	5,2	5,5	5,7	6	6,2
Anos Finais do Ensino Fundamental	3,3	2,6	3,3	3,4	3,7	4,1	4,5	4,7	5	5,3
IDEBs observados em 2005-2007 e Metas para a rede estadual - Volta Redonda										
Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	5	4,4	5,1	5,4	5,7	6	6,2	6,5	6,7	6,9
Anos Finais do Ensino Fundamental	3,2	2,8	3,2	3,4	3,7	4,1	4,5	4,7	5	5,2
Fonte: Saeb, Prova Brasil e Censo Escolar										

IDEBs observados em 2005-2007 e Metas para rede Estadual - RIO GRANDE DO NORTE										
Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	2,6	3	2,7	3	3,4	3,7	4	4,3	4,6	4,9
Anos Finais do Ensino Fundamental	2,6	2,7	2,6	2,7	3	3,4	3,8	4	4,3	4,6
Ensino Médio	2,6	2,6	2,6	2,7	2,9	3,2	3,5	3,9	4,2	4,4
IDEBs observados em 2005-2007 e Metas para rede Municipal - NATAL										
Ensino Fundamental	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	3,3	3,7	3,3	3,7	4,1	4,4	4,7	4,9	5,2	5,5
Anos Finais do Ensino Fundamental	3	3,2	3	3,2	3,5	3,9	4,2	4,5	4,8	5
Fonte: Saeb, Prova Brasil e Censo Escolar										

IDEBs observados em 2005-2007 e Metas para rede Estadual - RONDÔNIA										
Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	3,6	4	3,6	4	4,4	4,7	5	5,3	5,5	5,8
Anos Finais do Ensino Fundamental	3,2	3,3	3,2	3,4	3,6	4	4,4	4,7	4,9	5,2
Ensino Médio	3	3,1	3	3,1	3,3	3,5	3,9	4,3	4,5	4,8
IDEBs observados em 2005-2007 e Metas para rede Municipal - PORTO VELHO										
Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	3,5	3,8	3,6	3,9	4,3	4,6	4,9	5,2	5,5	5,8
Anos Finais do Ensino Fundamental	3,3	3,2	3,3	3,5	3,8	4,2	4,6	4,8	5,1	5,3

Fonte: Saeb, Prova Brasil e Censo Escolar

IDEBs observados em 2005-2007 e Metas para rede Estadual - RORAIMA										
Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	3,5	3,5	3,7	4	4,4	4,7	5	5,3	5,5	5,8
Anos Finais do Ensino Fundamental	3,2	3,5	3,2	3,4	3,7	4,1	4,4	4,7	5	5,2
Ensino Médio	3,2	3,1	3,3	3,4	3,5	3,8	4,2	4,6	4,8	5,1
IDEBs observados em 2005-2007 e Metas para rede Municipal - BOA VISTA										
Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	3,9	4,4	4	4,3	4,7	5	5,3	5,6	5,8	6,1
Anos Finais do Ensino Fundamental	4,1	4,5	4,2	4,3	4,6	5	5,3	5,6	5,8	6,1

Fonte: Saeb, Prova Brasil e Censo Escolar

IDEBS observados em 2005-2007 e Metas para rede Estadual - RIO GRANDE DO SUL										
Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	4,2	4,5	4,3	4,6	5	5,3	5,5	5,8	6,1	6,3
Anos Finais do Ensino Fundamental	3,5	3,7	3,5	3,7	4	4,4	4,8	5	5,3	5,5
Ensino Médio	3,4	3,4	3,5	3,6	3,7	4	4,4	4,8	5	5,3
IDEBS observados em 2005-2007 e Metas para rede Municipal - PORTO ALEGRE										
Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	3,6	3,9	3,7	4	4,5	4,7	5	5,3	5,6	5,9
Anos Finais do Ensino Fundamental	3,2	3,3	3,3	3,4	3,7	4,1	4,5	4,7	5	5,3
IDEBS observados em 2005-2007 e Metas para rede Municipal - CANOAS										
Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	3,8	4,1	3,8	4,2	4,6	4,9	5,2	5,4	5,7	6
Anos Finais do Ensino Fundamental	3,6	3,5	3,7	3,8	4,1	4,5	4,9	5,1	5,4	5,6
IDEBS observados em 2005-2007 e Metas para rede Municipal - GRAVATAI										
Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	4,1	4,4	4,2	4,5	5	5,2	5,5	5,8	6	6,3
Anos Finais do Ensino Fundamental	3,3	3,6	3,3	3,5	3,8	4,2	4,5	4,8	5,1	5,3
IDEBS observados em 2005-2007 e Metas para rede Municipal - NOVO HAMBURGO										
Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	4,4	4,8	4,5	4,8	5,2	5,5	5,8	6	6,3	6,5
Anos Finais do Ensino Fundamental	3,6	3,8	3,7	3,8	4,1	4,5	4,9	5,1	5,4	5,6
IDEBS observados em 2005-2007 e Metas para rede Municipal - VIAMAO										
Ensino Fundamental	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	3,9	4	4	4,3	4,7	5	5,3	5,5	5,8	6,1
Anos Finais do Ensino Fundamental	3,3	3,5	3,3	3,4	3,7	4,1	4,5	4,7	5	5,3

Fonte: Saeb, Prova Brasil e Censo Escolar

IDEBs observados em 2005-2007 e Metas para rede Estadual - SERGIPE										
Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	3	3,4	3,1	3,4	3,9	4,1	4,4	4,7	5	5,3
Anos Finais do Ensino Fundamental	2,9	2,9	2,9	3	3,3	3,7	4,1	4,4	4,6	4,9
Ensino Médio	2,8	2,6	2,9	3	3,1	3,4	3,7	4,2	4,4	4,7
IDEBs observados em 2005-2007 e Metas para rede Municipal - ARACAJU										
Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	2,9	3,3	3	3,3	3,7	4	4,3	4,6	4,9	5,2
Anos Finais do Ensino Fundamental	2,5	3,1	2,6	2,8	3,2	3,6	4,1	4,3	4,6	4,9
IDEBs observados em 2005-2007 e Metas para a rede estadual - Aracaju										
Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	3,4	3,5	3,4	3,8	4,2	4,5	4,7	5	5,3	5,6
Anos Finais do Ensino Fundamental	3	2,9	3	3,1	3,4	3,8	4,2	4,4	4,7	5

Fonte: Saeb, Prova Brasil e Censo Escolar

IDEBs observados em 2005-2007 e Metas para rede Estadual - SANTA CATARINA										
Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	4,3	4,7	4,3	4,7	5,1	5,3	5,6	5,9	6,1	6,4
Anos Finais do Ensino Fundamental	4,1	4,1	4,1	4,3	4,5	4,9	5,3	5,5	5,8	6
Ensino Médio	3,5	3,8	3,5	3,6	3,8	4	4,4	4,8	5,1	5,3
IDEBs observados em 2005-2007 e Metas para rede Municipal - FLORIANOPOLIS										
Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	4,2	5	4,3	4,6	5	5,3	5,5	5,8	6,1	6,3
Anos Finais do Ensino Fundamental	4	4,2	4	4,2	4,4	4,8	5,2	5,5	5,7	5,9

Fonte: Saeb, Prova Brasil e Censo Escolar

IDEBs observados em 2005-2007 e Metas para rede Estadual - TOCANTINS										
Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	3,6	4,2	3,7	4	4,5	4,7	5	5,3	5,6	5,9
Anos Finais do Ensino Fundamental	3,4	3,6	3,4	3,5	3,8	4,2	4,6	4,8	5,1	5,4
Ensino Médio	2,9	3,1	2,9	3	3,2	3,4	3,8	4,2	4,5	4,7
IDEBs observados em 2005-2007 e Metas para rede Municipal - PALMAS										
Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	3,8	4,4	3,9	4,3	4,7	4,9	5,2	5,5	5,8	6,1
Anos Finais do Ensino Fundamental	3,5	3,8	3,5	3,6	3,9	4,3	4,7	5	5,2	5,5

Fonte: Saeb, Prova Brasil e Censo Escolar

QUADROS DOS PROGRAMAS MINISTERIAIS

ciência e tecnologia

Programa Casa Brasil Inclusão Digital

Secretaria de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social

Departamento de Popularização e Difusão da Ciência e Tecnologia

Início	2005
Síntese	Caracteriza-se como espaço comunitário de acesso universal, livre e gratuito que reúne vários módulos: telecentro, sala de leitura, auditório, estúdio multimídia e laboratório de divulgação da ciência ou informática. Está voltado para o atendimento à população periférica dos núcleos urbanos e rurais, preferencialmente usuários de bibliotecas e escolas públicas, áreas de exclusão social, com baixo IDH.
Objetivos	<ul style="list-style-type: none">• Inserir os menos favorecidos em ambiente que possibilite concorrência (no mercado de trabalho) com o restante da população que já dispõe do acesso às facilidades tecnológicas em informática;• Implantar junto às comunidades um espaço destinado à convergência de ações do governo federal nas áreas de inclusão digital, social e cultural, geração de trabalho e renda, ampliação da cidadania, popularização da ciência e da arte.
Proponente	Secretarias estaduais, municipais e departamentos ligados à Ciência e Tecnologia.
Principais Estratégias	<ul style="list-style-type: none">• Oferta de acesso às tecnologias de informação e capacitação na prática básica das técnicas computacionais, voltadas tanto para o aperfeiçoamento da qualificação profissional, quanto para a melhoria do ensino.
Critérios e condições de participação dos municípios	Apoio e articulação dos espaços.
Publicações	Orientações disponíveis nos sites: www.mct.gov.br e www.casabrasil.gov.br .
Contato	SCN Quadra 04 Bloco B Pétala D, sala 1202, Edifício Centro Empresarial Varig Brasília-DF – CEP 70710-900 Tel. (61) 3424-3893, Fax (61) 3424-3998 portal@casabrasil.gov.br / http://www.casabrasil.gov.br

Fonte: <http://www.casabrasil.gov.br/> e Questionário MAIS EDUCAÇÃO.

Programa Centros e Museus de Ciência do Brasil

Secretaria de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social – SECIS

Departamento de Popularização e Difusão da Ciência e Tecnologia – DEPDI

Associação Brasileira de Centros e Museus de Ciência – ABCMC

Início	2000
Síntese	<p>O programa visa compartilhar experiências, consolidar idéias e possibilitar intercâmbio entre os Centros e Museus de Ciência de todo o Brasil. São parques, centros e museus de ciência, laboratórios, núcleos, jardins botânicos, museus de história e espaços com acervos e coleções que, se associando, integram uma rede com influência direta junto às esferas pública e privada nas decisões políticas que direcionam a disseminação do conhecimento científico. Participam de atividades de cooperação regional, nacional e internacional, de ações de formação e atualização de profissionais e colaboram com a publicação de materiais de conhecimento científico e tecnológico.</p> <p>Dentre as instituições apoiadas pelo MCT encontra-se a Associação Brasileira de Centros e Museus de Ciências – ABCMC, que abrange diversos centros e museus de ciências do país além dos Jardins Botânicos, Zoológicos e instituições similares.</p>
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliar e desenvolver a rede de popularização da ciência, da tecnologia e da inovação no país e a articulação dos centros e museus de C,T&I entre si; • Aumentar a quantidade e melhorar a distribuição regional de centros e museus de C,T&I, planetários, observatórios, parques de ciência, Oficinas de Ciência, Cultura e Arte - OCCAS, atividades itinerantes de divulgação de C,T&I etc; • Estimular universidades e instituições de pesquisa a se integrarem nas atividades de educação e divulgação científico-tecnológica e de inovação.
Proponente	Profissionais e instituições que trabalhem com a popularização da ciência.
Principais Estratégias	<ul style="list-style-type: none"> • Articulação dos espaços formais e não-formais de ensino.
Critérios e condições de participação dos municípios	Para associar-se, é necessário preencher o formulário disponível no portal www.abcmc.org.br e enviá-lo juntamente com documentos que comprovem a atuação na área de popularização da ciência.
Publicações	Centros e Museus de Ciência do Brasil – Rio de Janeiro: ABCMC: UFRJ. Casa da Ciência: FioCruz, Museu da Vida, 2005.
Contato	Associação Brasileira de Centros e Museus de Ciência - Rua Lauro Muller, 3, Botafogo, Rio de Janeiro-RJ, CEP 22290-160 Tel. (21) 2542-7494, secretaria@abcmc.org.br e www.abcmc.org.br

Fonte: Questionário MAIS EDUCAÇÃO.

Programa Centros Vocacionais Tecnológicos - CVTs

Secretaria de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social – SECIS

Departamento de Popularização e Difusão da Ciência e Tecnologia – DEPDI

Início	2003
Síntese	<p>Os Centros fazem parte do Programa de Popularização e Difusão da Ciência e Tecnologia e são unidades de ensino e de profissionalização voltados para a difusão do conhecimento científico e tecnológico, conhecimentos práticos na área de serviços técnicos e transferência de conhecimentos tecnológicos na área de processo produtivo.</p> <p>Visa utilizar a estrutura de ensino e laboratórios como apoio aos cursos de capacitação e incentivo à pesquisa científico-tecnológica, laboratórios de ciências básicas (química, física e biologia), oficinas, salas de aulas, laboratórios de informática, sala de vídeo-conferência e bibliotecas (presenciais e digitais). Podem estar interligados por meio de redes eletrônicas pelas quais transitam informações em forma de som, imagem e texto e por videoconferências.</p>
Objetivos	<p>Consolidar e expandir o programa de Centros Vocacionais Tecnológicos, visando:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fortalecer a rede nacional de difusão e popularização da Ciência e Tecnologia, ampliando assim a oferta de pontos de acesso ao conhecimento científico e tecnológico; • Fortalecer os sistemas locais e regionais de C,T&I, por meio da integração das capacidades dos atores locais; • Contribuir para a melhoria da educação científica, proporcionando cursos de formação técnica e/ou profissional, presencial ou à distância, na área científico-tecnológica; • Fortalecer a vocação regional por meio do aproveitamento das oportunidades setoriais (arranjos ou processos produtivos locais) já existentes ou emergentes; • Favorecer a transferência de Tecnologias Sociais como meio de contribuição ao desenvolvimento regional, com ênfase em inclusão social e redução de disparidades locais.
Proponente	Secretarias estaduais, municipais e departamentos ligados à Ciência e Tecnologia.
Principais Estratégias	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitação técnica de recursos humanos por meio de cursos; • Apoio ao Ensino e Capacitação à Distância; • Apoio ao Ensino Formal de Educação.
Critérios e condições de participação dos municípios	Apoio e articulação dos espaços.
Publicações	Orientação do Programa disponível no <i>site</i> www.mct.gov.br .
Contato	Ministério da Ciência e Tecnologia - Esplanada dos Ministérios, Bloco E, Brasília-DF - CEP 70067-900 Tel. (61) 3317-7500.

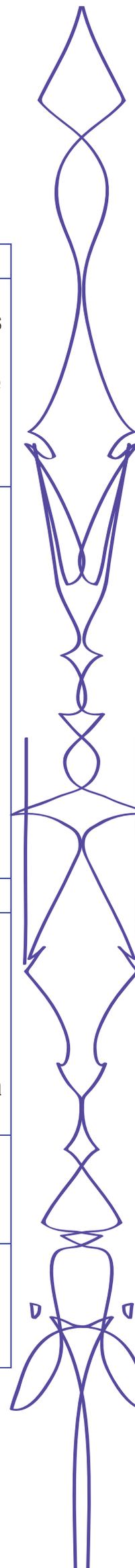
Fonte: Questionário MAIS EDUCAÇÃO.

Programa Casas do Patrimônio

Secretaria de Programas e Projetos Culturais - SPPC

Início	2008
Síntese	Constituem-se, essencialmente, em um projeto pedagógico de estruturação das sedes das representações regionais e dos escritórios técnicos do Iphan, para atuar como dinamizadores culturais locais. Propicia informações referentes aos bens culturais de interesse cultural, artístico e turístico e aos diversos instrumentos de preservação, aos diferenciais e ao valor dos bens tombados e registrados, além de dados sobre atividades relacionadas às manifestações culturais, materiais e imateriais, de âmbito local e regional.
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitar educadores da rede pública municipal e estadual em Educação Patrimonial por meio de oficinas focalizadas na interface Patrimônio e Educação, com a finalidade de torná-los multiplicadores desse enfoque; • Promover a participação das escolas nas comunidades, em ações de proteção, promoção e redefinição do uso social dos bens culturais, a partir da disseminação do método de Educação Patrimonial; • Promover a valorização das comunidades nas quais as escolas estão inseridas, bem como sua capacitação e inserção tecnológica e digital por meio de oficinas de audiovisual que permitam a construção dialógica e participativa de auto-retratos na forma de registros documentais e artísticos de suas próprias tradições, história e manifestações culturais; • Desenvolver a articulação e o diálogo entre escolas e as Casas do Patrimônio como pólos irradiadores da cultura local e nacional, tendo como instrumento principal a Educação Patrimonial.
Proponente	Secretarias e departamentos de Educação e Cultura.
Principais Estratégias	<ul style="list-style-type: none"> • Quatro fases de implementação: programa de treinamento e materiais didáticos; formação de formadores (técnicos do Iphan); formação dos educadores da rede pública municipal e estadual de ensino; avaliação e disseminação de práticas bem sucedidas; • Elaboração de materiais didáticos e instrucionais para os educadores multiplicadores; • Produção de arquivos audiovisuais documentais; • Integração com as ações educativas e de capacitação de gestores municipais do Programa MAIS EDUCAÇÃO.
Critérios e condições de participação dos municípios	Municípios com representação do Iphan (Superintendência Regional, Sub-regional ou Escritório Técnico) com técnicos disponíveis para as ações educativas planejadas. Parceria com contrapartida (ceder professores para os cursos de capacitação).
Contato	Ministério da Cultura - Secretaria de Programas e Projetos Culturais Setor Comercial Sul, Quadra 4 - Edifício Vera Cruz, Bloco A, 2º Andar - Brasília-DF CEP 70304-913 Tel. (61) 3901-3870/ Fax: (61) 3901-3822

Fonte: Questionário MAIS EDUCAÇÃO.



Programa Cineclube na Escola

Secretaria de Programas e Projetos Culturais - SPPC

Início	2008
Síntese	Em parceria com MEC, o programa visa divulgar a produção audiovisual brasileira a estudantes das escolas públicas, criando cineclubes dentro das escolas que serão os pontos de transmissão no horário de contra-turno. Cerca de 90% dos municípios brasileiros não têm salas de cinema, teatro, museus ou espaços culturais multiuso, dificultando o acesso da população à produção artística audiovisual.
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Aproximar a comunidade escolar da produção audiovisual brasileira, por meio do acervo da Programadora Brasil, TV Escola e do viés cineclubista, estimulando reflexões críticas sobre o conteúdo audiovisual.
Proponente	Secretarias e departamentos de Educação.
Principais Estratégias	<ul style="list-style-type: none"> • Oficinas de formação para educadores das escolas; • Debates; • Atividades culturais e educativas; • Formação de público na perspectiva de promoção da educação para a mídia de toda comunidade escolar.
Contato	Ministério da Cultura - Secretaria de Programas e Projetos Culturais Setor Comercial Sul, Quadra 4 - Edifício Vera Cruz, Bloco A, 2º Andar - Brasília-DF CEP 70304-913 Tel. (61) 3901-3870/ Fax: (61) 3901-3822

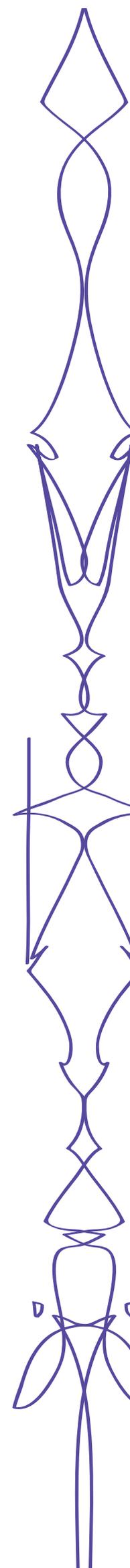
Fonte: Questionário MAIS EDUCAÇÃO e [site www.cultura.gov.br/noticias/noticias_do_minc/index.php?p=30222&more=1](http://www.cultura.gov.br/noticias/noticias_do_minc/index.php?p=30222&more=1).

Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania - Cultura Viva

Secretaria de Programas e Projetos Culturais - SPPC

Início	2004
Síntese	<p>Pontos de Cultura são organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, selecionadas por meio de editais públicos que passaram a receber financiamento para potencializar seus projetos e ações culturais, com o objetivo de criar condições para o desenvolvimento alternativo e autônomo para a sustentabilidade da comunidade. Inclui atividades de inclusão digital, desenvolvimento de habilidades que gerem autonomia no mundo do trabalho, da família e da sociedade, valorização dos mestres de tradição oral e de estímulo à interação entre Cultura e Educação.</p> <p>Esta última ação, denominada Ação Escola Viva, visa transformar as experiências inovadoras das escolas em Pontos de Cultura e estas em uma escola de cultura brasileira, numa perspectiva de que os jovens e adolescentes possam identificar os signos e códigos da cultura local, e na troca de experiência com outros Pontos, apropriar-se do que é a cultura brasileira e sua relação com as outras culturas e fazer interação com os processos educativos.</p> <p>Este programa conta também com o Pontão de Cultura, cujo objetivo é irradiar ações culturais e educacionais, regional ou nacionalmente, por meio de apresentações das diversas linguagens artísticas, de cursos e oficinas, de experimentação em software livre e de outras iniciativas de desenvolvimento de habilidades e competências pessoais e práticas sociais que gerem autonomia, empoderamento e sustentabilidade. Esse Pontão pode ser gerido por um Ponto, um grupo de pontos ou pelo governo local.</p>
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • potencializar ações culturais já desenvolvidas por setores historicamente aliados das políticas públicas, criando condições para o desenvolvimento econômico alternativo e autônomo para a sustentabilidade da comunidade; • estabelecer novos parâmetros de gestão e democracia na relação Estado e sociedade, em que o Estado diz quanto pode oferecer e o movimento social como e em que utilizará os recursos; • potencializar a relação da cultura com a educação junto à rede de ensino público fundamental, por meio da rede de pontos de cultura, através de editais de seleção de propostas culturais e socioeducativas; • articulação de Pontos de Cultura em rede, com vistas à capacitação de professores e gestores estaduais e municipais para a implementação de políticas públicas de cultura e educação.
Proponente	Organizações privadas e instituições públicas, legalmente constituídas, de caráter cultural e social, sendo as não-governamentais sem fins lucrativos.
Principais Estratégias	<ul style="list-style-type: none"> • Formação de redes de comunicação e intercâmbio dos Pontos de Cultura; • Articulação de ações como a Cultura Digital, que favorece o uso de software livre para a produção audiovisual em todas as idades.
Critérios e condições de participação dos municípios	<p>Convênio com contrapartida.</p> <p>Municípios - como proponente de um ou mais Pontos de Cultura; como parceiro de um ou mais projetos; como co-gestor com o Ministério da Cultura na seleção de projetos de Pontos de Cultura no âmbito de sua área administrativa.</p> <p>Competência federal - normatização, financiamento, monitoramento e avaliação.</p>
Contato	<p>Ministério da Cultura - Secretaria de Programas e Projetos Culturais Setor Comercial Sul, Quadra 4 - Edifício Vera Cruz, Bloco A, 2º Andar - Brasília-DF CEP 70304-913 Tel. (61) 3901-3870/ Fax: (61) 3901-3822</p>

Fonte: Questionário MAIS EDUCAÇÃO.



Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola - COM-Vida

Coordenação-Geral de Educação Ambiental

Diretoria de Educação Integral Direitos Humanos e Cidadania – DEIDHUC

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD

Início	2004
Síntese	<p>A COM-Vida é uma ação estruturante que potencializa a educação ambiental em suas duas vertentes constitutivas: nas escolas e nas comunidades. Nas escolas, a COM-Vida - <i>Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida</i> propicia, por um lado, a organização estudantil em torno de temáticas socioambientais e, por outro, busca aproximar a comunidade escolar do planejamento participativo da Agenda 21 na escola.</p> <p>Ela deve dialogar com o projeto político-pedagógico da escola por meio da reflexão e produção de conhecimentos, bem como da oferta de novos espaços de convivência e aprendizagem. As COM-Vidas podem ser celeiro de Coletivos Jovens de Meio Ambiente.</p> <p>Fora das escolas, com a indução do Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, a COM-Vida é denominada <i>Comunidade de Aprendizagem sobre Meio Ambiente e Qualidade de Vida</i>, atuando nos territórios para a construção de sociedades sustentáveis. As COM-Vidas que atuam nas comunidades são celeiro de <i>educadores ambientais populares</i>.</p> <p>Com base no conceito de “círculos de aprendizagem e cultura” do educador Paulo Freire, as COM-Vidas nas escolas e comunidades são espaços dialógicos que visam a construção de processos transformadores locais.</p>
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Construir a Agenda 21 na escola; • Desenvolver e acompanhar a educação ambiental de forma permanente; • Contribuir com a construção do projeto político-pedagógico; • Realizar a Conferência de Meio Ambiente na escola; • Favorecer o diálogo escola-comunidade; • Promover intercâmbios com outras COM-Vidas e com as Agendas 21 Locais.
Proponente	Secretarias estaduais e municipais de Educação; secretarias de Meio Ambiente.
Principais Estratégias	<ul style="list-style-type: none"> • Formação de jovens ambientalistas e de educadores ambientais populares; • Articulação em rede de COM-Vidas; • Elaboração na internet de banco de dados integrado, permitindo cadastro, acesso e publicação de COM-Vidas.
Crítérios e condições de participação dos municípios	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio ao processo da III Conferência Nacional Infante-Juvenil pelo Meio Ambiente em 2008, estimulando as escolas a realizarem conferências de meio ambiente; • Construção da Agenda 21 nas escolas, em sintonia com a Agenda 21 Local e seus fóruns; • Organização e vontade das comunidades escolares que desejem criar ou fortalecer a COM-Vida.
Insumos	Publicações enviadas para as Secretarias Municipais de Educação e escolas públicas de ensino fundamental (anos finais).
Publicações	<p>BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. <i>Formando Com-Vida – Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola; construindo Agenda 21 na Escola</i>. 2ª ed. Brasília: MEC, 2007.</p> <p>HENRIQUES, Ricardo <i>et al.</i> Educação Ambiental: aprendizes de sustentabilidade. Em: <i>Cadernos SECAD 1</i>. Brasília: MEC, 2007.</p> <p>MELLO, Soraia Silva de. TRAJBER, Rachel. (org.) <i>Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola</i>. Brasília: MEC/MMA/UNESCO, 2007.</p> <p>Publicações disponíveis em meio digital no portal da SECAD/MEC: www.mec.gov.br/secad, em “Educação Ambiental”</p>
Contato	<p>Coordenação-Geral de Educação Ambiental – CGEA – DEIDHUC – SECAD - MEC Coordenadora-Geral: Rachel Trajber SGAS 607, Lote 50, 2º. andar, sala 212 – Asa Sul– Brasília–DF - CEP 70.200-670 Tel. (61) 2104-6142 ea@mec.gov.br</p>

Fonte: Coordenação-Geral de Educação Ambiental (DEIDHUC/SECAD/MEC) e Questionário MAIS EDUCAÇÃO.

Programa Nacional de Tecnologia Educacional - ProInfo

Secretaria de Educação a Distância - SEED

Início	1997
Síntese	<p>O programa funciona de forma descentralizada, sendo que em cada Unidade da Federação existe uma Coordenação Estadual do ProInfo, cuja atribuição principal é a de introduzir o uso das tecnologias de informação e comunicação nas escolas da rede pública, além de articular as atividades desenvolvidas sob sua jurisdição, em especial as ações dos Núcleos de Tecnologia Educacional - NTEs.</p> <p>As escolas estaduais são selecionadas pela Coordenação do ProInfo de cada Estado, já as escolas municipais são selecionadas pelos prefeitos dos municípios.</p>
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Promover o uso pedagógico das Tecnologias de Informática e Comunicações (TICs) na rede pública de ensino fundamental e médio.
Proponente	O termo de adesão deve ser feito pelo prefeito ou seu representante legal, seguido de cadastro de seleção das escolas.
Principais Estratégias	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação de ambientes tecnológicos equipados com computadores e recursos digitais nas escolas públicas de educação básica; • Capacitação dos professores, gestores e outros agentes educacionais para a utilização pedagógica das tecnologias nas escolas e inclusão digital; • Oferta de conteúdos educacionais multimídia e digitais, soluções e sistemas de informação disponibilizados pela SEED-MEC.
Critérios e condições de participação dos municípios	<p>Comprometer-se com as diretrizes do Programa;</p> <p>Ter escolas públicas que correspondam aos critérios de infra-estrutura exigidos pelo Programa.</p> <p>Para saber mais consulte o sitio: http://portal.mec.gov.br/seed</p>
Publicações	<p>O MEC disponibiliza na internet duas cartilhas para a montagem dos laboratórios:</p> <p>Escolas urbanas: http://sip.proinfo.mec.gov.br/upload/manuais/cartilhaurbana.pdf</p> <p>Escolas rurais: http://sip.proinfo.mec.gov.br/upload/manuais/cartilharural.pdf</p>
Contato	<p>Tel. 0800 616161 (ligação gratuita)</p> <p>e-mail: proinfo@mec.gov.br</p>

Fonte: <http://portal.mec.gov.br/seed/>

Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade

Secretaria de Educação Especial - SEESP

Início	2006
Síntese	<p>Com o objetivo de disseminar a política da educação especial na perspectiva da educação inclusiva, o Programa é formado por 168 municípios-pólo que atuam como multiplicadores da formação de gestores para os demais municípios. Dos municípios abrangidos pelo MAIS EDUCAÇÃO todas as capitais mais o município de Niterói são pólo do Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade.</p> <p>Para 2008, os municípios-pólo receberão assistência financeira para a ação de formação do Programa e publicações pedagógicas de orientação à implementação de sistemas educacionais inclusivos.</p> <p>Cabe ao MEC a capacitação nacional para ingresso dos pólos e o financiamento anual da ação de multiplicação da formação aos municípios de abrangência do pólo. A SEESP faz o monitoramento e avaliação do Programa.</p>
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Disseminar a política da educação especial na perspectiva da educação inclusiva.
Proponente	<p>Todas as capitais dentre os municípios abrangidos pelo MAIS EDUCAÇÃO mais o município de Niterói.</p> <p>O Programa prevê assistência financeira aos municípios-pólo para:</p>
Principais Estratégias	<ul style="list-style-type: none"> • Formação de gestores municipais; • Publicações pedagógicas de orientação à implementação de sistemas educacionais inclusivos.

Fonte: Questionário MAIS EDUCAÇÃO.

Projeto Educar na Diversidade

Secretaria de Educação Especial - SEESP

Início	2006
Síntese	<p>O Projeto disponibiliza o material de formação docente <i>Educar na Diversidade</i> para a realização de oficinas pedagógicas com o objetivo de desenvolver práticas educacionais inclusivas em sala de aula.</p> <p>Anualmente, são realizadas formações nacionais para professores multiplicadores que atuam na formação dos docentes das escolas indicadas pelas Secretarias de Educação. Todas as capitais têm multiplicador do projeto formado pela Secretaria de Educação Especial - SEESP e o projeto foi implementado em escolas indicadas pela Secretaria de Educação.</p>
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver práticas educacionais inclusivas em sala de aula.
Proponente	Secretarias municipais de Educação.
Principais Estratégias	<ul style="list-style-type: none"> • Anualmente, são realizadas formações nacionais para professores multiplicadores que atuam na formação dos docentes das escolas indicadas pelas Secretarias de Educação. • Disponibiliza material de formação docente <i>Educar na Diversidade</i> para a realização de oficinas pedagógicas
Critérios e condições de participação dos municípios	<p>Indicação da demanda no PAR;</p> <p>Implementação da ação de formação docente.</p>

Fonte: Questionário MAIS EDUCAÇÃO.

Programa Escola Aberta

Secretaria de Educação Básica - SEB

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD

Início	2004
Síntese	<p>Em parceria com a Unesco, o Programa Escola Aberta visa proporcionar aos alunos da educação básica das escolas públicas e as suas comunidades, espaços alternativos nos finais de semana para o desenvolvimento de atividades de cultura, esporte, lazer, geração de renda, formação para a cidadania e ações educativas complementares, utilizando-se de espaços e equipamentos da escola.</p> <p>Abrange 22 estados e atinge, por mês, cerca de 2 milhões de pessoas das comunidades escolares em todas as regiões.</p>
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Contribuir para a melhoria da qualidade da educação, a inclusão social e a construção de uma cultura de paz, estimulando a integração entre escola e comunidade; • Promover a informação, a cidadania, a recreação, o entretenimento e a formação inicial para o trabalho.
Proponente	<p>Secretarias de educação municipais, estaduais e do DF.</p> <p>Escolas públicas de ensino fundamental e médio localizadas em regiões urbanas de risco e vulnerabilidade social.</p>
Principais Estratégias	<ul style="list-style-type: none"> • Oficinas instituídas a partir dos interesses da comunidade e da valorização dos talentos locais; • Oficinas oferecidas pela coordenação nacional, nas áreas de educação, cultura e arte, esporte e lazer, saúde, informática e trabalho.
Critérios e condições de participação dos municípios	<p>Estar em região metropolitana, em área de risco social, oferecer ensino fundamental e estar em dia com a prestação de contas de recursos recebidos do FNDE.</p>
Insumos	<p>Cada escola tem sua estrutura própria composta poricineiros e um coordenador da própria comunidade.</p> <p>Supervisores, coordenador geral e três coordenadores temáticos das secretarias parceiras.</p> <p>Uma unidade local em cada estado e a coordenação nacional do programa, integrada pelas Secretaria de Educação Básica - SEB e de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD, ambas do Ministério da Educação, entre outros parceiros governamentais.</p>
Contato	<p>Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE / Programa Escola Aberta Av. N1 Leste, Pavilhão das Metas, Brasília-DF CEP 70150-900 Tel. (61) 3966-5966 e 0800-616161 (ligação gratuita) Email: escolaaberta@mec.gov.br</p>

Fonte: www.fnde.gov.br e www.mec.gov.br.

Programa Escola que Protege

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD

Início	Projeto piloto em 2004. Houve execução em todos os anos posteriores.
Síntese	O Programa Escola que Protege visa apoiar ações educativas e preventivas que revertam o atual quadro de violência a que crianças e adolescentes estão submetidos. Incentiva e investe na formação de profissionais de educação e produção de material didático e paradidático nas temáticas de Educação em Direitos Humanos e das formas de violência contra crianças e adolescentes.
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Prevenir e romper o ciclo da violência contra crianças e adolescentes no Brasil; • Reconhecer o papel da escola na construção da cidadania de crianças e adolescentes; • Assegurar a capacitação de recursos humanos, sobretudo profissionais de educação, no campo dos direitos humanos e no enfrentamento das violências contra crianças e adolescentes.
Proponente	Instituições de Ensino Superior (Núcleos de pesquisas, professores especialistas via pró-reitoria de extensão das universidades públicas).
Principais Estratégias	<p>Apoio a Instituições de Educação Superior tendo em vista a:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Realização de cursos de formação para profissionais da educação; • Produção de materiais didáticos e paradidáticos nas temáticas de Educação em Direitos Humanos e de todas as formas de violências contra crianças e adolescentes.
Critérios e condições de participação dos municípios	<p>Combinação do IDEB - MEC, PRONASCI - MJ e Mapa da Violência - Unesco focando os municípios mais vulneráveis.</p> <p>Seleção de projetos apresentados pelas universidades.</p>
Publicações	Escola que protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes.
Contato	<p>Ministério da Educação - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD</p> <p>Programa Educação em Direitos Humanos/ Diretoria de Educação Integral, Direitos Humanos e Cidadania/ Coordenação-Geral de Direitos Humanos</p> <p>Esplanada dos Ministérios, Bloco L, 4º andar, sala 414, Brasília-DF</p> <p>CEP 70047-900</p> <p>Tel. (61) 2104-9468 / 2104-9469 / 0800-616161</p> <p>www.mec.gov.br</p>

Fonte: site http://portal.mec.gov.br/secad/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=98 e Questionário MAIS EDUCAÇÃO.

Programa Ética e Cidadania

Início	2004
Síntese	<p>É desenvolvido por meio de projetos que envolvem a comunidade escolar para a formação ética e moral de todos os membros que dela participam.</p> <p>Pressupõe intervenções focadas em quatro grandes eixos: Ética, Convivência Democrática, Direitos Humanos e Inclusão Social.</p>
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Levar ao cotidiano das escolas reflexões sobre a ética, os valores, seus fundamentos e sua importância para o desenvolvimento dos seres humanos e suas relações com o mundo; • Conhecer e desenvolver experiências educativas que tenham como foco a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); • Introduzir o trabalho nos conselhos escolares para a resolução de conflitos. • Desenvolver ações de interação da escola com a comunidade em projetos que envolvam questões relativas aos Direitos Humanos e Direitos de crianças e adolescentes; • Construir escolas inclusivas, abertas às diferenças e à igualdade de oportunidades para todas as pessoas.
Proponente	Adesão voluntária dos Sistemas de Ensino Estaduais e Municipais de Educação ou por iniciativa das próprias escolas.
Principais Estratégias	<p>Cursos presenciais, em forma de Seminários Regionais, para formação dos docentes que se disponham a promover em suas unidades escolares a constituição de um fórum permanente de ética e de cidadania.</p> <p>Distribuição de material complementar sobre ética e cidadania</p> <p>Fórum Escolar de Ética e Cidadania nas escolas que integram o Programa</p> <p>Ambiente Virtual de Aprendizagem do Programa Ética e Cidadania</p>
Insumos Básicos	<p>Recursos Financeiros no valor de R\$ 5.000,00 por escola para capacitação dos professores e mobilização da comunidade.</p> <p>Publicações</p> <p>Ambiente Virtual de Aprendizagem</p>
Critérios e condições de participação dos municípios	<p>Ser escola pública de educação básica</p> <p>Inscrição da escola no site do Programa</p> <p>Constituição de funcionamento do Fórum Escolar de Ética e de Cidadania, ancorado nos quatro eixos: Ética, Convivência Democrática, Direitos Humanos e Inclusão Social</p>
Publicações	<p>Material produzido em 2007</p> <p>Vídeo: Assembléias Escolares</p> <p>Livro: Ética e Cidadania</p> <p>Ambiente Virtual de Aprendizagem do Programa Ética e Cidadania</p> <p>Fascículos: Coleção 1 - Exclusão e Inclusão, Coleção 2 - Protagonismo Juvenil, Coleção 3 - Relações Étnicas</p>
Contato	<p>Ministério da Educação / Secad/ Diretoria de Educação Integral, Direitos Humanos e Cidadania Coordenação-Geral de Direitos Humanos – Rosiléa Maria Roldi Wille</p> <p>Tel. (061) 2104-9473/2104-9468</p> <p>Técnica Responsável: Lêda Gomes</p> <p>E-mail: ledagomes@mec.gov.br</p>

Programa Juventude e Meio Ambiente

Coordenação-Geral de Educação Ambiental

Diretoria de Educação Integral, Direitos Humanos e Cidadania – SECAD

Início	2005
Síntese	<p>A proposta é incentivar e aprofundar o debate socioambiental com foco em políticas públicas, deflagrando um processo de formação de jovens e de fortalecimento dos Coletivos Jovens de Meio Ambiente - CJs existentes em todo o país.</p> <p>Os CJs, formados por jovens de 15 a 29 anos, são parte de um movimento juvenil autônomo, horizontal, auto-gestionado e que atua em rede, em todos os estados da Federação. Esses coletivos se organizam independentemente do agente indutor da política concernente à juventude e meio ambiente (governo federal – MEC e MMA).</p> <p>Ao mesmo tempo, os CJs contribuem para o fortalecimento das COM-Vidas - Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida e construção da Agenda 21 na escola, em parceria com o Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental. Seus princípios metodológicos são: <i>jovem educa jovem; jovem escolhe jovem; e uma geração aprende com a outra.</i></p> <p>A partir de 2005, como resposta a demandas advindas da I Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente (2003), a Coordenação-Geral de Educação Ambiental da SECAD/MEC busca implementar o programa Juventude e Meio Ambiente.</p>
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Contribuir para fortalecer jovens, organizações e movimentos de juventude do país, com foco na Educação Ambiental e Juventude, com especial atuação junto aos Coletivos Jovens; • Incentivar o debate sobre juventude e meio ambiente no contexto nacional, com foco em políticas públicas para esta área (juventude, meio ambiente e educação ambiental); • Deflagrar processos de ampliação e formação de lideranças ambientalistas; • Contribuir para o fortalecimento de Coletivos Jovens de Meio Ambiente nos Estados, da Rede da Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade - REJUMA e para criação de Coletivos Jovens municipais.
Proponente	Organizações, colegiados e movimentos de juventude.
Principais Estratégias	<ul style="list-style-type: none"> • Formação presencial e a distância; • Apoio à articulação, comunicação e gestão propostas por Coletivos Jovens.
Crítérios e condições de participação dos municípios	Apoio a ações e projetos que visem o fortalecimento da Conferência de Meio Ambiente nas escolas, das Com-Vidas, estimulando a criação de um núcleo de Coletivo Jovem no Município, caso não exista.
Insumos	Publicações enviadas para as Secretarias municipais de Educação e escolas públicas de ensino fundamental (anos finais).
Publicações	<p>Brasil. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental. Ministério da Educação. Coordenação Geral de Educação Ambiental. <i>Coletivos Jovens de Meio Ambiente: Manual Orientador</i>, 2005.</p> <p>http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/cjs.pdf</p> <p>Brasil. Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental. <i>Programa Juventude e Meio Ambiente</i>. Série Documentos Técnicos, nº 9. Brasília: MMA/MEC, 2007.</p> <p>http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/dt9.pdf</p>
Contato	<p>Coordenação-Geral de Educação Ambiental (CGEA/DEIDHUC/SECAD/MEC) Coordenadora-Geral: Rachel Trajber SGAS 607, Lote 50, 2º andar, sala 212 – Asa Sul, Brasília -DF CEP 70200-670 Tel. (61) 2104-6142 E-mail: ea@mec.gov.br www.mec.gov.br/secad</p>

Fonte: Coordenação-Geral de Educação Ambiental (DEIDHUC/SECAD/MEC) e portal SECAD www.mec.gov.br/secad, em "Educação Ambiental".

Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais

Secretaria de Educação Especial - SEESP

Início	
Síntese	<p>O Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais visa apoiar os sistemas de ensino para a organização do atendimento educacional especializado, serviços e recursos especializados. As salas são compostas com equipamentos, mobiliários e materiais didático-pedagógicos.</p> <p>As atividades de atendimento educacional especializado, realizadas neste espaço, devem acontecer em horário diferente da escolarização, ampliando a carga horária do aluno na escola e oferecendo condições de acessibilidade física, nas comunicações e aos materiais didáticos.</p> <p>Cabe ao MEC a aquisição dos equipamentos, mobiliários e materiais didático e pedagógico. E a SEESP, além da distribuição, faz o monitoramento e avaliação do Programa.</p>
Objetivos	<p>Apoiar os sistemas de ensino para a organização do atendimento educacional especializado, serviços e recursos especializados.</p>
Critérios e condições de participação dos municípios	<p>Municípios ou estados devem apresentar a demanda de escolas no PAR. Como contrapartida o município ou estado deve disponibilizar os profissionais com formação específica para a realização do atendimento educacional especializado e o espaço adequado para implantação da sala.</p>
Insumos	<p>Equipamentos, mobiliários e materiais didático e pedagógico.</p>

Fonte: Questionário MAIS EDUCAÇÃO.

Programa Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS

Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS

Início	2004
Síntese	<p>O Centro de Referência Especializado de Assistência Social, integrado ao Sistema Único de Assistência Social, constitui uma unidade pública estatal, pólo de referência, coordenador e articulador da proteção social especial de média complexidade.</p> <p>É responsável pela oferta de orientação e apoio especializados e continuados a indivíduos e famílias com direitos violados, direcionando o foco das ações para a família, na perspectiva de potencializar e fortalecer a função protetiva.</p>
Objetivos	Oferecer ações de orientação, proteção e acompanhamento psicossocial a crianças e adolescentes e suas famílias em situação de risco ou violação de direitos e a adolescentes autores de ato infracional, em cumprimento das medidas socioeducativas em meio aberto.
Proponente	Secretarias de Assistência Social ou congêneres.
Principais Estratégias	<p>Prestação de serviços de enfrentamento à violência, abuso, exploração sexual contra crianças e adolescentes;</p> <p>Orientação e apoio especializado a indivíduos e famílias com seus direitos violados;</p> <p>Orientação e acompanhamento a adolescentes em medida socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade.</p>
Crítérios e condições de participação dos municípios	<p>Os critérios para partilha de recursos e inclusão de municípios são definidos anualmente pela Comissão Intergestores Tripartite – CIT.</p> <p>O co-financiamento federal se dá por meio de transferência de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social para os Fundos Municipais de Assistência Social, compondo o Piso Fixo de Média Complexidade (conforme Portaria N° 440/ 2005 - Art. 3º).</p>
Publicações	<p>GUIA CREAS http://www.mds.gov.br/programas/rede-suas/protecao-social-especial/centros-de-referencia-especializados-de-assistencia-social;</p> <p>Portaria n° 440 de 23 de agosto de 2005 – Regulamentação dos Pisos da Proteção Social Especial estabelecidos pela NOB/SUAS.</p>
Contato	<p>Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - Secretaria Nacional de Assistência Social - Departamento de Proteção Social Especial</p> <p>Esplanada dos Ministérios, Bloco 'C', 6º andar, Brasília/DF</p> <p>CEP 70046-900</p> <p>E-mail: protecaosocialespecial@mds.gov.br</p> <p>Tel. (61) 3433-1342 / 3433-1344</p> <p>http://www.mds.gov.br</p>

Fonte: Questionários MAIS EDUCAÇÃO e *site* <http://www.mds.gov.br>.

Programa Atenção Integral à Família - PAIF

Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS

Início	2004
Síntese	<p>O Programa de Atenção Integral à Família - PAIF combina ações e serviços socioassistenciais de prestação continuada. Destina-se a assegurar proteção social básica às famílias, por meio de mecanismos que previnem o rompimento dos vínculos familiares e a violência no âmbito de suas relações, garantindo o direito à convivência familiar e comunitária.</p> <p>O PAIF é de atribuição exclusiva do poder público. Assim, a execução e a gestão do PAIF é atribuição do Estado, cabendo aos municípios esta responsabilidade. O PAIF é desenvolvido necessariamente no Centro de Referência da Assistência Social – CRAS. O CRAS é uma unidade pública estatal localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada ao atendimento socioassistencial de famílias.</p>
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Contribuir para a prevenção e enfrentamento de situações de vulnerabilidade risco social; • Fortalecer os vínculos familiares e comunitários; • Promover aquisições sociais e materiais às famílias, com o objetivo de fortalecer o protagonismo e a autonomia das famílias e comunidades.
Proponente	Secretarias ou Departamentos de Assistência Social.
Principais Estratégias	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento do convívio, socialização, autonomia e protagonismo das famílias; • Desenvolvimento de projetos coletivos; • Promoção do acesso a programas de transferência de renda, benefícios assistenciais e aos demais serviços socioassistenciais e setoriais; • Acolhimento, acompanhamento familiar, inserção das famílias em serviços socioeducativos, desenvolvimento de atividades coletivas/comunitárias e encaminhamento para serviços socioassistenciais ou de outros setores.
Critérios e condições de participação dos municípios	Ter o CRAS implementado de acordo com o nível de gestão do município (básica ou plena).
Insumos	Adquiridos pelos municípios a partir dos recursos financeiros repassados mensalmente para o Fundo Municipal e Assistência Social.
Contato	<p>Ministério Desenvolvimento Social e Combate à Fome - Secretaria Nacional de Assistência Social - Coordenação de Proteção Social Básica / PSB/SNAS/MDS Esplanada dos Ministérios – Bloco C – Salas 637, 645, Brasília-DF CEP 70046-900 e-mail: protecaosocialbasica@mds.gov.br</p>

Fonte: *site* www.mds.gov.br/programas/rede-suas/protecao-social-basica/paif e Questionário MAIS EDUCAÇÃO.

Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI

Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS

Início	1996
Síntese	O PETI é um Serviço Socioassistencial da Política de Assistência Social, que integra as diversas ações intersetoriais do Governo na defesa dos direitos fundamentais da criança e do adolescente, garantindo o mínimo necessário para a sobrevivência da família e oportunizando o desenvolvimento integral de seus filhos retirados do trabalho. O programa é destinado às famílias com crianças e adolescentes até 16 anos em situação de trabalho infantil. Articula o serviço socioeducativo com as crianças e adolescentes e suas famílias e transferência de renda às famílias.
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Combate e erradicação do trabalho infantil, entendido como toda atividade econômica e/ou atividade de sobrevivência, com ou sem finalidade de lucro, remuneradas ou não, realizadas por crianças ou adolescentes em idade inferior a 16 (dezesesseis) anos, ressalvada a condição de aprendiz a partir dos 14 (quatorze) anos, independentemente da sua condição ocupacional.
Proponente	Secretarias de Assistência Social ou congêneres.
Principais Estratégias	<ul style="list-style-type: none"> • Transferência de renda às famílias com crianças e adolescentes em situação de trabalho; • Possibilidade de acesso, permanência e bom desempenho das crianças e adolescentes na escola; • Oferta do Serviço Socioeducativo a todas as crianças e adolescentes retirados do trabalho, por intermédio de atividades culturais, desportivas e de lazer, no período complementar ao do ensino regular; • Apoio e orientação às famílias beneficiadas por meio de atividades de inclusão produtiva, disponíveis na rede socioassistencial; • Contribuição para o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, oportunizando o acesso e a permanência na escola formal, o acesso à saúde e a convivência familiar e comunitária; • Garantia de espaços de participação da sociedade civil no enfrentamento do trabalho infantil e controle social das ações de combate ao trabalho infantil; • Realização de trabalho intersetorial, envolvendo diferentes segmentos governamentais e não-governamentais no enfrentamento do trabalho infantil.
Critérios e condições de participação dos municípios	Os municípios devem inserir no Cadastro Único os dados de todas as crianças e adolescentes retirados das diversas situações de trabalho. O co-financiamento federal se dá por meio de transferência de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social para os Fundos Municipal de Assistência Social, como forma de garantir a oferta do Serviço Socioeducativo pelos municípios.
Insumos	Adquiridos pelos municípios a partir dos recursos financeiros repassados mensalmente para o Fundo Municipal e Assistência Social.
Publicações	Portaria nº 666 de 28 de dezembro de 2005 – Disciplina a Integração entre o Programa Bolsa Família e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.
Contato	Ministério Desenvolvimento Social e Combate à Fome Secretaria Nacional de Assistência Social/ Departamento de Proteção Social Especial Esplanada dos Ministérios – Bloco C – Sala 642, Brasília-DF CEP 70046-900 e-mail: protecaosocialbasica@mds.gov.br; protecaosocialespecial@mds.gov.br Tel. (61) 3433-1342/3433-1343/ 3433-1344 / Fax (61) 3433-1341

Fonte: *site* www.mds.gov.br/programas/rede-suas/protecao-social-especial/programa-de-erradicacao-do-trabalho-infantil-peti, *site* www.portaltransparencia.gov.br/ e Questionário MAIS EDUCAÇÃO.

Programa ProJovem Adolescente – Serviço Socioeducativo

Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS

Início	2008
Síntese	<p>O ProJovem Adolescente – Serviço Socioeducativo é a modalidade do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM destinada a jovens de 15 a 17 anos pertencentes a famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família – PBF e egressos ou vinculados a programas e serviços de proteção social especial.</p> <p>O PROJOVEM unifica seis programas dirigidos à juventude: Agente Jovem, Saberes da Terra, ProJovem, Consórcio Nacional da Juventude, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica. Assim, o ProJovem Adolescente é a modalidade do PROJOVEM desenvolvida a partir da reformulação do Agente Jovem.</p> <p>Desta maneira, o ProJovem Adolescente integra a Política Nacional de Juventude e a Política Nacional de Assistência Social no contexto da proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). É coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em parceria com os órgãos executores das outras modalidades do PROJOVEM: Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria Nacional da Juventude e Ministério da Educação e com a colaboração de outros ministérios parceiros: Ministério da Saúde, do Meio Ambiente, do Esporte, da Cultura e da Secretaria Especial de Direitos Humanos.</p>
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Complementar a Proteção Social Básica à família, criando mecanismos para garantir a convivência familiar e comunitária e criar condições para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional; • Desenvolver potencialidades e estimular aptidões e talentos, promovendo a auto-estima, a autodeterminação e a autonomia dos jovens; • Orientar os jovens na busca pelo reconhecimento de suas aptidões e interesses para a construção de um projeto pessoal e coletivo de desenvolvimento profissional; • Promover a inclusão no mundo digital e das novas tecnologias, desenvolvendo nos jovens suas competências comunicativas e capacidades cognitivas, afetivas e de sensibilidades ético-estéticas; • Desenvolver a capacidade de discernimento diante de situações de risco, reforçando nos jovens a não violência e a cultura de paz; • Estimular a participação social, cultural e política dos jovens na vida pública e seu potencial de transformar a realidade em que vivem.
Proponente	Secretaria de Assistência Social ou órgão congênere do município.
Principais Estratégias	<ul style="list-style-type: none"> • atividades práticas e teóricas, ações socioeducativas e oficinas em grupos de 25 jovens; • realização de serviço socioeducativo.
Critérios e condições de participação dos municípios	<p>O ProJovem Adolescente será ofertado pelo Município que a ele aderir e pelo Distrito Federal, observados os seguintes pré-requisitos:</p> <p>I – habilitação nos níveis de gestão básica ou plena do SUAS;</p> <p>II – existência de CRAS instalado e em funcionamento, conforme informado na Ficha de Monitoramento do CRAS, independentemente da fonte de financiamento;</p> <p>III – Demanda mínima de 40 (quarenta) jovens de 15 a 17 anos, de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, residindo no Município, com base no CadÚnico – Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal.</p>
Insumos	Adquiridos pelos municípios a partir dos recursos financeiros repassados mensalmente para o Fundo Municipal e Assistência Social.
Contato	<p>Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Secretaria Nacional de Assistência Social / Departamento de Proteção Social Básica Esplanada dos Ministérios – Bloco C – Salas 637/ 645, Brasília-DF CEP 70046-900 juventude@mds.gov.br http://www.mds.gov.br/suas/guia_protecao/projovem</p>

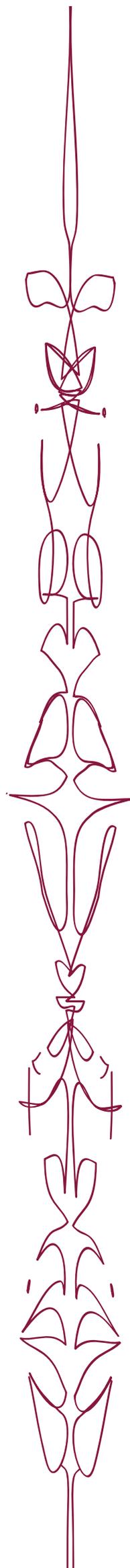
Fonte: Questionário MAIS EDUCAÇÃO.

Programa Esporte e Lazer da Cidade - PELC

Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer

Início	2003
Síntese	<p>Programa visa o acesso ao esporte e ao lazer como possibilidade de emancipação e desenvolvimento humano. Está organizado em dois conjuntos de ações:</p> <p>Esporte e Lazer da Cidade: voltado para a consolidação do esporte e lazer como política pública que viabilize e garanta o acesso da população. As ações ocorrem nos Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer, com atividades sistemáticas de esporte e lazer (oficinas dos conteúdos do lazer-físico-esportivos, artísticos, manuais, intelectuais, turísticos e sociais) bem como a organização popular na realização de macro eventos (ruas de lazer, colônias de férias, gincanas e festivais);</p> <p>Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Esporte e do Lazer: para a configuração de documentação e informação esportiva, implementação de pesquisas de políticas de esporte recreativo e de lazer e fomento e discussão de eventos científicos e apoio a publicações.</p>
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • democratizar o acesso a políticas públicas de esporte e lazer reconhecendo-os como direito social; • propiciar formação permanente aos agentes sociais de esporte e lazer; • aplicar metodologia de avaliação institucional processual às políticas públicas de esporte e lazer; • fomentar a ressignificação de espaços; • universalizar o acesso ao esporte e ao lazer tendo como foco os educadores e educandos das Escolas Públicas da Educação Básica das redes municipal e estadual de ensino, a partir do Projeto Piloto MAIS EDUCAÇÃO.
Proponente	Instituições governamentais (Estaduais, Municipais e Federais), Entidades Privadas sem fins lucrativos.
Principais Estratégias	<p>Implementação de Núcleos de Esporte e Lazer - espaços de convivência social, onde são planejadas e desenvolvidas as manifestações esportivas e de lazer com o princípio da gestão participativa e democrática. Praças, quadras, salão paroquial;</p> <p>Capacitação de recursos humanos em parceria com o MEC, secretarias estaduais e municipais de educação e esporte e universidades públicas;</p>
Crítérios e condições de participação dos municípios	Convênio com previsão de contra-partida associada ao plano de trabalho.
Insumos	<ul style="list-style-type: none"> • Material esportivo (bolas, redes de acordo com as modalidades ofertadas, cedidas pelos Projetos Pintando a Liberdade e Pintando a Cidadania); • Material de consumo e permanente contratação de agentes sociais e formação continuada.
Publicações	<p>Brincar, Jogar e Viver - Programa Esporte e Lazer da Cidade volume I e II - disponível digitalizado no <i>site</i> www.esporte.gov.br.</p> <p>Orientação para Implementação do Programa disponível no <i>site</i> www.esporte.gov.br.</p>
Contato	<p>Ministério do Esporte - Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer (SNDEL) / Programa Esporte e Lazer da Cidade SAN QD 03 BL "A" 1º. Andar sala 1268 - Ed. Núcleo dos Transportes – DNIT, Brasília-DF CEP 70040-902 Tel. (61) 3429-6812 esportelazerdacidade@esporte.gov.br</p>

Fonte: Questionário MAIS EDUCAÇÃO e *site* http://portal.esporte.gov.br/sndel/esporte_lazer/.



Programa Segundo Tempo

Secretaria Nacional de Esporte Educacional

Início	2003
Síntese:	<p>O programa caracteriza-se pelo acesso a diversas atividades e modalidades esportivas e ações complementares, oferecidas no contra-turno escolar e desenvolvidas na escola ou em espaços comunitários.</p> <p>A unidade de funcionamento do Programa são os Núcleos de Esporte Educacional, grupo de 200 crianças e adolescentes participantes das práticas esportivas, um Coordenador de Núcleo (Profissional de Educação Física ou Esporte) e dois monitores (Estudantes de Educação Física ou Esporte).</p>
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Oferecer práticas esportivas educacionais em condições adequadas e de qualidade, estimulando crianças e adolescentes a manter interação efetiva que contribua para seu desenvolvimento integral; • Universalizar o acesso à prática esportiva a todos os alunos das escolas públicas da Educação Básica das redes municipal e estadual.
Proponente	<p>Secretarias ou órgãos equivalentes responsáveis pelo esporte nos estados e municípios, instituições de ensino, entidades privadas sem fins lucrativos.</p>
Principais Estratégias	<p>Os Núcleos de Esporte Educacional oferecem:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Atividades esportivas no contra-turno com frequência mínima de 3 vezes por semana e 2 horas diárias - no mínimo 03 modalidades esportivas, sendo duas coletivas (futebol, futsal, handebol, basquete ou vôlei) e uma individual (atletismo, ginástica, tênis de mesa, dança, capoeira, entre outras, de acordo com as possibilidades da escola); • Atividades complementares (reforço escolar, atividades culturais, palestras, passeios, entre outras); • Material esportivo (bolas e redes, de acordo com as modalidades ofertadas, cedidas pelos Projetos Pintando a Liberdade e Pintando a Cidadania); • Reforço alimentar; • Capacitação presencial e descentralizada de gestores, coordenadores de núcleos e monitores, em parceria com Universidades Federais, visando constituir padrões conceituais, operacionais e metodológicos, abordando aspectos gerenciais e pedagógicos do Programa.
Critérios e condições de participação dos municípios	<p>Convênio com previsão de contra-partida associada ao plano de trabalho.</p>
Insumos	<p>Materiais esportivos (bolas, redes e uniformes) e recursos financeiros para contratação de profissionais e aquisição de reforço alimentar</p>
Publicações	<p>SEGUNDO TEMPO. Manual 2008. Ministério do Esporte – Secretaria Nacional de Esporte Educacional. Brasília, 2008. Disponível em: http://portal.esporte.gov.br/arquivos/snee/segundotempo/manual_diretrizes.pdf</p> <p>SEGUNDO TEMPO. Material Didático para o Processo de Capacitação do Programa Segundo Tempo. Brasília, 2008. Disponível em: http://portal.esporte.gov.br/arquivos/snee/segundotempo/capitacaoCoordenadores/li_vro_segundo_tempo_26032008.pdf</p>
Contato	<p>Ministério do Esporte: Secretaria Nacional de Esporte Educacional - Departamento de Esporte Escolar e Identidade Cultural SAN Q. 03 Bloco A - Edifício Núcleo de Transportes - DNIT - 1º andar, Brasília-DF CEP 70040-900 Tel. (61) 3429-6804 ou (61) 3429-6802 http://www.esporte.gov.br/segundotempo; central_segundotempo@esporte.gov.br Coordenações do Programa: Formalização de Convênios - Tel. (61) 3429-6820 - salas 12/51 Formalização pst@esporte.gov.br</p>

Fonte: Questionário MAIS EDUCAÇÃO e Manual do Programa.

Programa Município Educador Sustentável

Departamento de Educação Ambiental – SAIC

Início	2005
Síntese	<p>O programa visa contribuir para transformar os espaços coletivos dos municípios em “espaços educadores”, que formem os munícipes para a construção da cidadania ambiental e participação na gestão pública, bem como promover o diálogo das organizações da sociedade civil com os projetos e ações governamentais desenvolvidos nos municípios, bacias hidrográficas e regiões administrativas.</p> <p>Ao mesmo tempo, propõe dar-lhes um enfoque educativo, no qual cidadãos passam a ser editores/educadores de conhecimento socioambiental, formando outros editores/educadores, multiplicando-se sucessivamente, de modo que o município se transforme em educador para a sustentabilidade.</p> <p>O Município Educador Sustentável (MES) deve ser apoiado por um Coletivo Educador, que tem o papel de protagonizar a articulação de instituições que já atuam com processos formativos no município, com o intuito de desenvolver um processo continuado de formação de educadores ambientais e implementar políticas públicas.</p> <p>Aderindo ao programa MES, o município se compromete a promover ações integradas que potencializem a educação ambiental na gestão municipal e no território, como também a divulgar informações e desenvolver um conjunto articulado de ações ligadas à questão ambiental, à difusão de práticas para a sustentabilidade, a campanhas educacionais e socioambientais, entre outras.</p>
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Transformar diversos espaços coletivos em espaços educadores, onde os cidadãos são co-responsáveis pela construção da sustentabilidade local; • Estimular e apoiar em cada município a organização das instituições locais e a realização de parcerias, a fim de construir um projeto educador que conduza à sustentabilidade socioambiental; • Promover ações que propiciem constante e continuamente a educação dos indivíduos para atuarem, auto-educarem-se e contribuírem para a educação de outros na construção de sociedades sustentáveis.
Proponente	Prefeituras e Secretarias Municipais.
Principais Estratégias	Formação de educadores ambientais; educomunicação ambiental; promoção de escolas ou outras estruturas educadoras para a temática socioambiental; promoção de instâncias e processos participativos.
Critérios e condições de participação dos municípios	<p>Realizar um Seminário Regional com representantes do município e parceiros para a definição de um subprograma de ação, contendo um pré-diagnóstico participativo e as iniciativas que serão desenvolvidas pelo município.</p> <p>Cada município formaliza sua participação no Programa por meio de um Termo de Adesão assinado pelo prefeito e secretários. A Coordenação do Programa em cada município é constituída por um Comitê Local, que pode ser o Conselho Municipal de Meio Ambiente.</p> <p>O município se reúne periodicamente em um Foro Deliberativo Regional, que pactua parcerias e onde os projetos locais, as formas de monitoramento e avaliação, as experiências e problemas são compartilhados.</p> <p>Cada município apresenta o seu projeto local de Município Educador Sustentável e passa a ser integrante do Programa.</p> <p>Cabe destacar que uma primeira iniciativa a ser tomada pelo município é constituir um Coletivo Educador.</p>
Publicações	<p>BRANDÃO, Carlos R. <i>Aqui é onde eu moro, aqui nós vivemos: escritos para conhecer, pensar e praticar o Município Educador Sustentável</i>. 2ª ed. Brasília: MMA, 2005.</p> <p>BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Programa Nacional de Educação Ambiental. <i>Programa Municípios Educadores Sustentáveis</i>. 2ª ed. Brasília: MMA, 2005. www.mma.gov.br/ea</p>
Contato	<p>Ministério do Meio Ambiente/ Diretoria de Educação Ambiental (DEA) Programa Municípios Educadores Sustentáveis Esplanada dos Ministérios, Bloco B, Sala 553, Brasília – DF CEP 70068-900 Tel. (61) 4009-1207 - Fax (61) 4009-1757 E-mail mes@mma.gov.br http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=20&idMenu=1139</p>

Fonte: Questionário MAIS EDUCAÇÃO; Departamento de Educação Ambiental (MMA);

Programa Sala Verde

Departamento de Educação Ambiental – SAIC

Início	2000
Síntese	<p>O Programa Sala Verde consiste no incentivo e apoio à implantação de espaços sócio-ambientais pelo país dedicados à democratização da informação e ao desenvolvimento de atividades de caráter educacional voltados à temática socioambiental.</p> <p>As Salas Verdes devem ser visualizadas como ambientes dinâmicos que dispõem de uma série de potencialidades, quais sejam: ambientais, culturais, sociais, de pesquisa, de articulação, de informação, dentre outras e que funcionam como espaços de promoção de sinergias entre instituições, projetos, programas e ações locais, conectadas em processos estaduais, regionais, nacionais.</p> <p>Cada instituição pode configurá-la à sua maneira, levando em consideração a identidade institucional e o público com quem trabalha, dialogando as potencialidades com as particularidades locais e regionais.</p> <p>O projeto busca ainda potencializar a atuação destes espaços promovendo sua articulação para que cumpram um papel integrador nas localidades onde se encontram.</p>
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Atuar como potenciais Centros de Informação e Educação Ambiental, apresentando como eixo central a democratização do acesso à informação ambiental bem como o diálogo com outras ações relacionadas à questão socioambiental voltada à gestão participativa.
Proponente	<p>Instituições públicas, privadas ou do terceiro setor - prefeituras, ONGs, associações, universidades, agências de fomento, empresas, dentre outras.</p>
Principais Estratégias	<ul style="list-style-type: none"> • Articulação com o MMA e potenciais parceiros (fomento, apoio institucional etc.); • Intercomunicação entre o Departamento de Educação Ambiental e Salas e entre as Salas através da página virtual do projeto e grupo de discussões; • Democratização da informação através de publicações produzidas e/ou distribuídas pelo MMA e editoras nas áreas de educação ambiental, sustentabilidade e meio ambiente bem como através de informações on-line.
Critérios e condições de participação dos municípios	<p>Realização de processo seletivo ou constituição de Parcerias:</p> <p>Apresentar projeto político-pedagógico;</p> <p>Local/espço físico ou móvel;</p> <p>Infra-estrutura mínima (mesas, cadeiras e estantes);</p> <p>Equipe mínima de duas pessoas (experiência em educação ambiental e organização de acervo);</p> <p>Manutenção (espço, estrutura e equipe).</p>
Publicações	<p>Manual de Orientação: Projeto Político-Pedagógico aplicado a CEAs e Salas Verdes. http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/sv_anexo3.pdf</p>
Contato	<p>Departamento de Educação Ambiental - Projeto Sala Verde Esplanada dos Ministérios, Bloco B, Sala 553, Brasília-DF CEP 70068-900 Tel. (61) 3317-1207 - Fax (61) 3317-1757 salaverde@mma.gov.br / www.mma.gov.br/ea</p>

Fonte: Questões para o Fórum Interministerial, www.mma.gov.br/ea/açoesejetos/salaverde.

Ministério do Meio Ambiente

Viveiros Educadores

Departamento de Educação Ambiental – SAIC

Início	
Síntese	<p>O projeto VIVEIROS EDUCADORES busca estimular, orientar e apoiar a implementação de viveiros florestais como espaço de aprendizagem, estimulando os viveiros já existentes a perceber, valorizar e a incorporar a dimensão educadora em suas atividades.</p> <p>Destina-se a educadoras e educadores ambientais, viveiros florestais em atividade, grupos e instituições organizados que possam deflagrar esse processo em suas comunidades, e ainda, a todos que tenham interesse em se aprofundar na temática e contribuir para a transformação de sua realidade.</p>
Objetivos	<p>Os Viveiros Educadores devem ser mais do que uma política pública, indo além, como instrumentos populares de transformação, enraizados em toda a sociedade brasileira, contribuindo para o resgate e a construção da “cultura do plantar”, presentes tanto nas comunidades rurais, quanto no meio urbano, em suas instituições, escolas, bairros e lares, fortalecendo as relações pessoais, os laços afetivos, e cativando cada vez mais pessoas dispostas a refletir e agir na direção de um mundo mais justo e equilibrado para todos.</p>
Principais Estratégias	<ul style="list-style-type: none"> • Estimular a implementação e fortalecimento de viveiros em diferentes espaços e segmentos da sociedade como: escolas, assentamentos, associações, cooperativas entre outros; • Associar a outras estruturas e processos educadores como: salas verdes, e telecentros, com o intuito de constituir centros integrados; • Desenvolver processos de formação a distância.
Crítérios e Condições de Participação	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver um projeto político pedagógico direcionado ao viveiro; • Disponibilizar espaço físico para a montagem do viveiro, ou associar-se a algum espaço ou instituição que o disponha; • Disponibilizar material de consumo necessário como: terra, areia, esterco; • Disponibilizar uma pessoa para conduzir as ações educativas do viveiro.
Publicações	<p>Viveiros Educadores – Plantando Vida</p> <p>Permacultura na Escola – um guia prático e didático</p>
Contatos	<p>Departamento de Educação Ambiental DEA/MMA</p> <p>Tel. (61) 3317 12 07 - FAX (61) 3317-1470</p> <p>educambiental@mma.gov.br</p>

advertising social

advertising social

advertising social

advertising social

advertising social

advertising social

POTENCIALIDADES COMUNS AOS MINISTÉRIOS.

A imagem abaixo agrupa os diversos programas ministeriais por suas potencialidades comuns.









